

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
PUC-SP

Harika Merisse Maia

**GRUPOS, REDES E MANIFESTAÇÕES: A EMERGÊNCIA DOS
AGRUPAMENTOS JUVENIS NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO**

Mestrado em Ciências Sociais

SÃO PAULO

2014

HARIKA MERISSE MAIA

**GRUPOS, REDES E MANIFESTAÇÕES: A EMERGÊNCIA DOS
AGRUPAMENTOS JUVENIS NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), sob supervisão da Prof^a Dra. Silvia Helena S. Borelli.

SÃO PAULO

2014

Banca Examinadora

Agradecimentos

Dedico este trabalho aos meus pais, à minha irmã Lais e ao meu companheiro Bruno. Obrigada por todo o carinho e compreensão que tiveram comigo nos momentos mais delicados dessa jornada. Eu os amo.

Aos meus companheiros de estrada Ariane Aboboreira e Emmanuel Duarte. Vocês suavizaram e encheram de boas risadas muitos dos momentos solitários e pesarosos próprios de quem sente o peso de elaborar e assinar uma pesquisa acadêmica e recebe pressões por todos os lados. Obrigada meus amigos!

Agradeço todo o suporte que recebi dos amigos de longa data, particularmente aqueles que não me deixaram desistir, em especial: Doroty Rojas, Gil Marçal, James Abreu, Maria do Rosário Ramalho, Marisabel Mello (Bel) e Neuza Lima.

Aos amigos que fiz na caminhada e que somaram à pesquisa: Queila Rodrigues, Daniel Silva, Leandro Hohene, Vander Chê, Uilian Chapéu e Emerson Alcalde. Obrigada pela paciência e por aceitarem dividir suas experiências comigo!

Ao CNPQ e à CLACSO por disponibilizarem bolsas de estudo que me possibilitaram uma formação mais qualificada. À minha orientadora e amiga Silvinha, que esteve comigo desde a graduação, compartilhando experiências e mostrando os “caminhos das pedras”. Não foi fácil.

Aos amigos que ofereceram ajuda na etapa final: Cecília Eduardo, Marisa Villi, Cleber Lopes e Renata Barrios. Obrigada.

Essas linhas de agradecimento são escritas ao final de todo trabalho de dissertação. Por isso, posso dizer que sem o apoio de todos vocês, não teria chegado neste ponto final.

*“Bola de meia, bola de gude
O solidário não quer solidão
Toda vez que a tristeza me alcança
O menino me dá a mão
Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto fraqueja
Ele vem pra me dar a mão”*

(Milton Nascimento/ Bola de meia, bola de gude)

*“Esse homem, ou mulher, está grávido de muita gente. Gente que sai por seus poros.
Assim mostram, em figuras de barro, os índios do Novo México: o narrador, o que
conta a memória coletiva, está todo brotado de pessoinhas”
(Eduardo Galeano / A paixão de dizer/2)*

Resumo

Grupos, redes e manifestações: a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo

A pesquisa a seguir teve como preocupação investigar as formas de agrupamentos juvenis encontradas na cidade de São Paulo, em especial aquelas evidenciadas mais recentemente, como os coletivos culturais das periferias da cidade. Pretende-se debater a relação entre juventude, cultura, território e política na formação destes grupos e nas ações que promovem. Questiona-se: Por que houve a emergência desses grupos nas periferias? Como se dá a politização desses coletivos? Para o que apontam? A metodologia utilizada buscou respostas nas narrativas produzidas pelos jovens e seus grupos e os pólos hegemônicos como a universidade e o Estado. Os grupos/coletivos juvenis são considerados espaços de construções e mediações simbólicas que permitem compreender questões cotidianas e estruturais, contradições que atravessam o universo do jovem urbano e as possibilidades de criações originais por meio da dimensão cultural. O estudo está alicerçado, sobretudo, pelas concepções de cultura e dinâmicas culturais desenvolvidas por pensadores como Gramsci, Martín-Barbero, Morin e Williams, os quais elaboram suas teorias em torno da possibilidade humana de projeção, identificação e criação, ainda que em um meio estruturado.

Palavras-chave: jovens/juventudes, ações coletivas, cidade, cultura, política.

Abstract

Groups, networks and street protests: the emergence of youth groups in the outskirts of Sao Paulo .

The following research has, as a main concern, the investigation of the forms of youth collectives within Sao Paulo, specially those who were recently brought to light as cultural groups located in the outskirts of the city and the street protests during the year of 2013. It is intended to discuss the relation between youth, culture, territory and politics within the formation of those groups and the actions they promote. The question is: Why was an emergence of those groups in the outskirts? How are those groups politized? What are they showing? The methodology used searched for answers on the narratives produced by the youngsters and their groups and the hegemonic axis like the State and the University. Youth groups/collectives are considered spaces of simbolic construction and mediation that allow us to understand everyday questions, contradictions that happen with the urban youth and the possibilities of original creation through cultural dimension. This study is structured with the conceptions of culture and cultural dynamics developed by authors like Gramsci, Martín-Barbero, Morin and Williams, who elaborate their theories around a human possibility of projection, identification and creation, even within a structured medium.

Key-Words: *youngs/youths, collective actions, youths, city, culture.*

Lista de Fotos

Foto 1 - Panorâmica do Slam da Guilhermina	19
Foto 2 - Panorâmica do Sarau O Que Dizem Os Umbigos	20
Foto 3 – Galeria: 1. Abayomi, produção de painéis graffiti; 2. Sarau dos Mesquiteiros, venda de livros; 3. Slam da Guilhermina, venda de artesanato; 4. Abayomi, venda de roupas	86
Foto 4 - Galeria: 1. Emerson Alcade no Sarau OQDU; 2. Festa Vamos ZL do Sarau OQDU; 3. Grupo do Balaio no Sarau OQDU; 4. Tita Reis no Slam da Guilhermina	87
Foto 5 - Espetáculo “Antes que a Terra Fuja”, em apresentação em prédio do Conjunto José Bonifácio, Itaquera, São Paulo, SP (2006) – Fonte: Dossiê COHAB. 2013	89
Foto 6 - Sarau O Que Dizem os Umbigos	91
Foto 7 - Sarau O Que Dizem os Umbigos	91
Foto 8 - Galeria: Sarau OQDU/ Vamos ZL; 2. Festa de Encerramento da 1ª Mostra das Periferias/ FCZL	92
Foto 9 - Galeria: Slam da Guilhermina	102
Foto 10 - Galeria: Camisetas usadas durante o Slam da Guilhermina	103
Foto 11 – Galeria: Comunicação visual do Sarau O Que Dizem os Umbigos?! no portão da Escola de Samba	106
Foto 12 - Treino Livre do Balaio	108
Foto 13 - Estandarte do grupo Do Balaio	108
Foto 14 - 1º Mostra Cultural das Periferias, Debate: "Arte Pública"	109
Foto 15 - 1º Mostra Cultural das Periferias, Debate: "Arte Pública"	109
Foto 16 - Slam da Guilhermina na Virada Cultural	119
Foto 17 - Panorâmica da Avenida Paulista durante as manifestações	127
Foto 18 - Manifestação nas imediações da Praça da Sé	127
Foto 19 - Referências patrióticas durante as manifestações	128
Foto 20 - Referências patrióticas durante as manifestações	128
Foto 21 - Cartazes na Praça da Sé	130
Foto 22 - Cartazes na Praça da Sé	130
Foto 23 - Cartazes na Praça da Sé	130
Foto 24 – Manifestante defendendo periferia durante as manifestações	133
Foto 25 – Barquinho de papel entregue no Debate Livre Leste	133

Foto 26 - Debate Livre Leste	135
Foto 27 - Debate Livre Leste	135
Foto 28 - Debate Livre Leste	135

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 - Flyers dos encontros do Fórum de Cultura da Zona Leste	21
Ilustração 2 – Flyer do Debate Livre Leste	135

Lista de Mapas

Mapa 1 - Redes do Programa VAI / 2010	16
Mapa 2 - Observações etnográficas 2012/2013	17

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Observações Etnográficas (2012 – 2013)	18
Tabela 2 – Coletivos de Coletivos: fragilidades e potencialidades segundo os entrevistados	81
Tabela 3 – Perfil dos Entrevistados (R1 a R6)	151

Lista de Siglas

ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano (cidades)

ALMA - Aliança Libertária Meio Ambiente

CCCS – Centre for Contemporary Cultural Studies

CDC – Centro Desportivo Comunitário

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CEU – Centro de Educação Unificado

CICAS – Centro Independente de Cultura Alternativa e Social

COHAB – Conjunto Habitacional

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CPC – Centro Popular de Cultura

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FCZL – Fórum de Cultura da Zona Leste

FIFA - Federação Internacional de Futebol Associado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MC – Mestre de Cerimônia
MPL – Movimento Passe Livre
NCA – Núcleo de Comunicação Alternativa
OQDU – O Que Dizem os Umbigos?
ONG – Organização Não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PROAC – Programa de Ação Cultural
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PT – Partido dos Trabalhadores
ROTA – Rodas Ostensivas Tobias de Aguiar
SAB – Sociedade Amigos de Bairro
SINAJUVE – Sistema Nacional da Juventude
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude
UNE – União Nacional dos Estudantes
VAI – Programa para Valorização de Iniciativas Culturais
ZL – Zona Leste

Sumário

Introdução	09
i. Percursos Metodológicos	12
ii. Leitura e análise dos 'textos manifestos'	13
iii. Prática etnográfica: acompanhando e sendo acompanhada	15
1. Jovens / juventudes: Concepções e dilemas	24
1.1 Balanço de algumas reflexões	25
1.1.1 Construção de um campo de conhecimento: Escola de Chicago	25
1.1.2 Anos 1950: “renascimento juvenil”	28
1.1.3 Subculturas juvenis	31
1.1.4 Estudos latino-americanos e as complexidades do terceiro mundo	34
1.2 Políticas públicas de juventude: paradoxos e paradigmas	38
1.2.1. Proteção aos “menores de idade”	39
1.2.2. Juventude-problema no discurso da exclusão/inclusão social	41
1.2.3. Rumo à Política Pública de Juventude	44
1.2.4. Jovens paulistanos reivindicam a fala	46
1.2.5. Estatuto da Juventude	51
1.3 Jovens falam de si e dos outros	53
2. Coletivos e redes culturais nas periferias de São Paulo	64
2.1 Primeiros grupos periféricos (1970-2000)	65
2.2 Coletivos culturais juvenis do século XXI	73
2.2.1 Indivíduos, grupos e redes	76
2.2.2 Arte, cultura e política: múltiplas conexões	88
2.3 Construindo lugares e ocupando espaços	99
3. Conexões dialéticas: novas e velhas formas de fazer política	111
3.1 Movimentos sociais e grupaldades emergentes	112
3.2 Interações entre coletivos e Estado	116
3.2.1 Uma relação dialética: a experiência do Fórum de Cultura da Zona Leste	120
3.3 Manifestações de junho de 2013	124
3.3.1 Ressonâncias nas periferias	132
Considerações finais	138
Referências bibliográficas	142
Anexo 1 – Tabela 3: Perfil dos entrevistados	151

Introdução

As páginas que se seguem tratam da apresentação, análise e interpretação de pesquisa realizada no âmbito das Ciências Sociais, que tomou por objeto de investigação os agrupamentos juvenis emergentes nas periferias da cidade de São Paulo, em especial na primeira década do século XXI, comumente organizados e conhecidos por “grupos”, “coletivos”, “redes”, “fóruns” ou “movimentos” culturais. Tais denominações, entretanto, são mais do que meras expressões; são conceitos que propiciam determinados posicionamentos sociais e estratégias de atuação política articulados no espaço da vida cotidiana e das instituições.

Com exhibições de filmes ao ar livre, realização de saraus, festivais de bandas independentes, produções de *graffiti*, apresentações de teatro, cortejos de maracatu, publicações de revistas, fanzines, livros, montagens de sites, *web* rádio e tv, formações artísticas, rodas de capoeira, encontros e debates e formações políticas, gravações de CDs e filmes, montagem de bibliotecas comunitárias, entre tantas outras atividades promovidas, esses grupos interferem na rotina dos espaços da cidade, que tomam como seus, propondo novas dinâmicas sociais inclusivas e deslocadas dos grandes centros hegemônicos de produção cultural e política, gerando, ademais, outras relações sociais e identitárias entre os envolvidos.

Essa movimentação veio na contramão do senso comum generalizado, que ora criminaliza ora vitimiza a juventude pauperizada, posicionando-a em um lugar de vulnerabilidade, incapacidade de respostas e de autonomia, marginalizada e apolítica. Por intermédio das suas práticas e narrativas, esses grupos revelam certo mal-estar sobre a precariedade da vida em sociedades modernas, marcada por relações sociais cada vez mais violentas e menos pessoais – deficiências estruturais das quais são duplamente afetados por sua condição de jovens e de pobres. Por outro lado, assistem de forma participativa, ainda que sob distintas condições, o desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação, a ampliação do acesso, da produção e da troca de informação e conhecimentos, além de um desenvolvimento político e econômico inéditos.

Todas estas questões fazem parte da condição de vida desses jovens, marcada pelas contradições de uma sociedade com estrutura e demandas complexas calcadas no modelo capitalista de produção e reprodução da vida social e pensamento neoliberal, agravados por uma visão de senso comum sobre juventude que exige dos jovens iniciativa e “espírito revolucionário” convertidos no empreendedorismo (Abramo, 1994;

Margulis e Urresti, 1998; Martín-Barbero 2001 e 2008; Morin, 1969; Reguillo, 2012).

A tônica que orienta as ações dos coletivos estudados, ao contrário da expectativa gerada pelo pensamento hegemônico, é a do cooperativismo comunitário, da ação grupal e, ainda mais desafiador, da codificação simbólica para a qualificação da vida nos contextos que emergem e atuam, via movimento artístico-político-cultural. A resistência artística e cultural que propõem é teorizada por eles a partir da apropriação ou “constituição” da sua história, da integração geracional e da necessidade de ligar a vida cotidiana local, que experimentam nos seus bairros e entre seus pares, com as formas de sociabilidades e sensibilidades difusas, próprias do tempo presente, da juventude e da vida na metrópole.

Por este conjunto de problematizações exposto, os grupos ou coletivos juvenis foram considerados, além de sujeitos, espaços metodológicos privilegiados para compreender as contradições deste tempo e a criação de respostas possíveis aos atores sociais ordinários. Assim, como aponta Reguillo (*op. cit.*), acredita-se que a juventude e o juvenil não sejam apenas temas de investigação, ao contrário, configuram-se lócus de produção de conhecimento aos que querem compreender questões contemporâneas, com possibilidade de múltiplas abordagens e com a vantagem de ser um objeto/sujeito que estabelece, com bastante intensidade, aproximações, desvios, customizações e apropriações de variadas ordens.

A pesquisa foi orientada, portanto, pela busca dos processos sociais, culturais e políticos que colaboraram, e ainda colaboram, para o desenvolvimento destes grupos, atraída pelas respostas e apontamentos que o fenômeno traz em si. Tratou-se da tentativa de investigar as formas por meio das quais alguns jovens respondem às questões colocadas no seu tempo e de acordo com suas condições sociais mediadas pelas dimensões culturais (Williams, 1979). Desta forma, temos delineadas as perguntas que deram origem ao estudo: afinal, quais razões de contexto poderiam explicar a emergência de manifestações juvenis em formato de grupo neste momento na cidade de São Paulo? Quais os acontecimentos históricos mais significativos para o aparecimento destes coletivos juvenis? Por que muitos deles encontram-se localizados nas periferias da cidade? Quais as características dessas formas de agrupar-se? De que forma esta ação coletiva permite a elaboração de identidades culturais próprias e orienta um “modo de estar” na sociedade?

Esta pesquisa esteve alicerçada, sobretudo, pelas concepções de cultura e dinâmicas culturais desenvolvidas por pensadores como Gramsci, Martín-Barbero,

Morin e Williams, que elaboraram suas teorias em torno de alguns pressupostos, como: a possibilidade humana de projeção, identificação e criação, ainda que em um meio estruturado; o ponto de vista da não superdeterminação entre base e superestrutura; a tensão entre objetividade e subjetividade, estruturas e práticas cotidianas ou experiência vivida; a interdependência entre as partes e a existência de um espaço de comunicação que equaciona ou intensifica as tensões existentes.

Adotou-se uma abordagem epistemológica que se dirige a um estudo em “perspectiva”: um mapa que concebe o “noturno” (Martín-Barbero, 2001) e o “diurno”, mas localizado em um espaço intermediário, de intersecção, no entardecer; para que seja possível observar o jogo entre luzes e sombras e tornar visíveis os diferentes níveis de realidade, as projeções que a luz torna aparente e móvel sobre tudo o que é desnivelado, erguido ou cavado em um solo plano.

Para além do mapa noturno proposto por Martín-Barbero¹, sugere-se então, um mapa do entardecer, onde se reconheça o discurso oficial e seus grandes acontecimentos, e as práticas cotidianas, as brechas, as táticas, as criações, as mediações (Williams, *op cit.*). Para Williams, o conceito de mediação traz consigo a negação da perspectiva mecanicista e determinista, e em última instância, da vinculação entre base e superestrutura, recuperando o sujeito histórico como mediador e produtor, sendo mediação entendida como processo vivo e ativo, como uma conexão indireta ou agenciadora e não mero reflexo de uma dimensão sobre a outra. Cultura aqui entendida sempre em movimento e por isso histórica, que se compõe ao longo do dia e na combinação de agentes/sujeitos envolvidos. Neste jogo, há superposições e dinâmicas, elementos passados no presente e outros tantos emergindo ao mesmo tempo, a estrutura existe e é estável, mas os movimentos do sol e da lua sugerem a possibilidade de novas configurações e formas. Os contrastes entre o que é visto do alto (cidade-panorama, visão do *voyer*) e o que só pode ser visto pelo caminhante, permite ler os pontos de intersecção, união e diferença.

Este olhar concebeu o objeto de forma integral, entendido na complexa dinâmica das forças sociais e das transformações históricas. Desta forma, a investigação se desdobrou em três eixos metodológicos: i. Análise da produção de narrativas sobre jovens e juventude nos lugares consagrados das políticas públicas e da academia; ii. Da

¹ “[...] um mapa que sirva para questionar as mesmas coisas – dominação, produção e trabalho – mas a partir do outro lado: as brechas, o consumo e o prazer. Um mapa que não sirva para a fuga, e sim para o reconhecimento da situação a partir das mediações dos sujeitos” (*ibidem*: 290).

produção de narrativas por parte dos jovens, como nos textos-manifestos, nos projetos encaminhados pelos grupos ao governo, neste caso ao Programa VAI da Prefeitura de São Paulo²; e iii. Olhar sobre as práticas e trajetórias individuais e coletivas, por meio de observações etnográficas e entrevistas.

i. Percursos Metodológicos

Há duas fases distintas num pôr-do-sol. No início, o astro é arquiteto. Só depois (quando seus raios chegam refletidos e não mais diretos), transforma-se em pintor. Assim se esconde atrás do horizonte, a luz enfraquece e faz surgir planos a cada instante mais complexos. A luz plena é inimiga da perspectiva, mas, entre o dia e a noite, há lugar para uma arquitetura tão fantasia quanto temporária. (Lévi-Strauss, 1996: 63)

Do 110º andar do World Trade Center, ver Manhattan. [...] A gigantesca massa se imobiliza sob o olhar. O espectador pode ler aí um universo que se ergue no ar. [...] Aquele que sobe até lá no alto foge da massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas águas, pode agora ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em *voyer*. Coloca-o a distância [...]. Ela permite lê-lo, ser um Olho solar, um olhar divino. [...] Ser apenas este ponto que vê, eis a ficção do saber. [...] Mas embaixo (*down*), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmänner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um 'texto' urbano que escrevem sem poder lê-lo. [...] As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra. (De Certeau, 2007: 169-171)

Seguindo a abordagem das perspectivas, do entardecer com suas projeções e jogo de luzes e sombras, nomeia-se um protocolo metodológico que visa captar esta paisagem e as construções elaboradas pelos grupos/coletivos mediante situações de naturezas diversas e fontes de coleta de dados também múltiplas. Segundo Agier (2011):

Para captar o momento da criação cultural, a atenção deve dirigir-se às situações reais de interação entre os indivíduos e sobre os significados que os atores criam nas relações cotidianas (situações normais), nos acontecimentos (situações extraordinárias, ocasionais), em situações rituais e em espaço/tempo intermediários (situações de passagens). (pp.147)

² Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), implantado desde 2003 na Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, tem como objetivo fomentar ações culturais principalmente de grupos juvenis com proposta de atuação em áreas periféricas da cidade. Ver: www.programavai.blogspot.com

Para dar conta da proposta, a investigação se caracteriza metodologicamente pela utilização de múltiplas ferramentas de pesquisa e fontes de coleta de dados que, integradas, buscam apreender a experiência vivida, os usos, discursos, construções de conhecimentos e representações sociais em diferentes momentos. O protocolo pensado é composto por observações etnográficas participantes, cartografias das produções bibliográficas e das políticas públicas sobre juventude, leituras de materiais textuais de autoria dos próprios grupos, entrevistas estruturadas e conversas informais.

ii. Leitura e análise dos “textos-manifestos”

As palavras são, de fato, testemunhas informantes. (Sarlo, 1997: 33)

Para compreender esta gama de sentidos e sentimentos, uma das primeiras ferramentas utilizadas foi a leitura dos aqui chamados “textos-manifestos”³ publicados pelos grupos, ou seja, textos cujos conteúdos expressam não só a definição do que é o grupo, mas também visões de mundo e análises conjunturais, tomando por base seu próprio ponto de vista.

Ressalta-se que o formato de manifesto e de carta é uma prática adotada frequentemente por grupos políticos e utilizada como documento formal para manifestar e contestar publicamente. Neste aspecto, a leitura realizada não deixou de lado o fato de que estes textos, por não serem neutros, são construídos com base em experiências sociais e culturais específicas, e com referências compartilhadas por um determinado círculo social. O documento revela tanto o texto quanto o contexto. Ele é por si uma ação.

Os documentos coletados variam entre manifestos, cartas, informativos e poesias. Buscou-se explorar o universo das regularidades e nuances deste conjunto de materiais, compondo um quadro mosaico que apresenta o campo sociocultural atravessado por essas narrativas juvenis contestatórias.

A preferência dada a este tipo de material deve-se à crença de que são fontes válidas para o entendimento de processos subjetivos e históricos. Tanto quanto nas entrevistas, os autores expressam suas opiniões nos textos-manifestos, porém de forma estruturada e planejada, representando uma riqueza diferenciada de informações.

³Textos-manifestos: compreendem tanto os manifestos no sentido literal (formato), quanto outros textos cujos conteúdos também tenham caráter contestatório.

Encontram-se neles elementos que comunicam as contradições, os campos e elementos em conflitos, as fronteiras, os jogos de interesses, as representações, consentimentos, negociações, as propostas desenvolvidas, o caráter político e outros. Estas produções são lugares privilegiados para a apreensão das manifestações e tensões no campo social, político, cultural e artístico, pois estabelecem a comunicação entre obra (texto, produção estética, forma) e contexto (relações sociais, vida cotidiana).

Para Sarlo (*op.cit.*) e Williams (2011 e 1979) a literatura não pode ser compreendida descolada da realidade material, e por isso histórica, na qual o texto foi produzido. Ainda que possuam certa autonomia, o texto sempre será resultado de um processo de subjetivação do real e expressão do vivido: “para realização plena da leitura, alguns textos pedem a compreensão (ou apropriação/domínio) de certa ‘ordem autobiográfica coletiva’” (Sarlo, *idem*: 31).

Foram lidos nove textos-manifestos. Estes documentos foram tornados públicos, não são sigilosos ou particulares, foram pensados com a intenção de serem expostos e publicizados no maior canal de comunicação que existe hoje: a internet. Os textos lidos foram: *Carta dos Coletivos Culturais* da Agencia Popular Solano Trindade (org.); *Manifesto cultural: o movimento é cultural e a política é pública*, escritos por CEDECA Interlagos, Núcleo de Comunicação Alternativa (NCA), Cia Humbalada de Teatro, Coletivo Imagem, Coletivo Radioativo e Rede de Comunidades do Extremo Sul de São Paulo; *Nosso manifesto: a elite TREME*, do coletivo Sarau na Brasa; *Jornal Cicas*, organizado e publicados pelo Centro Independente de Cultura Alternativa e Social (CICAS); *Carta manifesto*, do Coletivo de Vídeo Popular; *Manifesto Dolores Boca Aberta – Prêmio Shell*, escrito pela Cia. Dolores Boca Aberta; *Manifesto Policêntrico e Projeto: nossa teoria é a prática* ambos da Rede Livre Leste.

A leitura combinada dos textos-manifestos e das poesias visou compreender não só os aspectos referentes às posturas políticas e aos personagens-símbolos presentes nas produções, como também gerou um “quadro de referências culturais” acionadas, detalhando a qual matriz o elemento cultural expresso se relaciona (se cultura afro-brasileira, urbana, nordestina, popular, rural), de que forma apareceu no texto (se pela caracterização de uma determinada forma de se vestir, aspectos físicos, menções a personagens, estilos musicais, aspectos da cidade, entre outros) e o modo como foram referenciados (se positivo ou negativo).

iii. Prática etnográfica: acompanhando e sendo acompanhada

Por ser esta uma investigação de pequenos agrupamentos conectados e relacionados a uma vida metropolitana, e por ser realizada na área da Antropologia, cujo instrumento metodológico tradicional é a etnografia, procurou-se observar diferentes grupos de uma mesma região da cidade de São Paulo: no caso, zona leste.

Ultrapassando uma perspectiva "aldeística", as etnografias foram realizadas em situações de contato e intercruzamento de diferentes grupos culturais. A observação etnográfica não é só uma ferramenta para coleta de informações, representa também um mecanismo para construção de saberes compartilhados. A aproximação etnográfica "choca" a teoria com a experiência vivida. Através de cruzamentos e intersecções entre o pesquisador e o(s) pesquisado(s), produz-se um conhecimento coletivo mediado pela "imaginação antropológica" do investigador. Trabalho construído conjuntamente, em relação com o outro e com as múltiplas perspectivas que perpassam o problema de pesquisa.

Segundo Magnani (2012), a etnografia é capaz de superar "aquela dicotomia que opõe, no contexto das grandes cidades, o ator social e as estruturas urbanas por onde transcorre sua prática – espaços, equipamentos, instituições" (*ibidem*: 266). Pode-se dizer também que a etnografia restabelece o lugar do sujeito social, traz à luz do dia suas práticas, fazeres e expressões, buscando interpretações que ultrapassam os estereótipos e generalizações produzidos especialmente pelo discurso midiático. O protocolo metodológico propõe analisar este sujeito (que é indivíduo e é coletivo, que é privado e é público) por meio de narrativa contextualizada em um tempo e espaço próprios a sua experiência de vida.

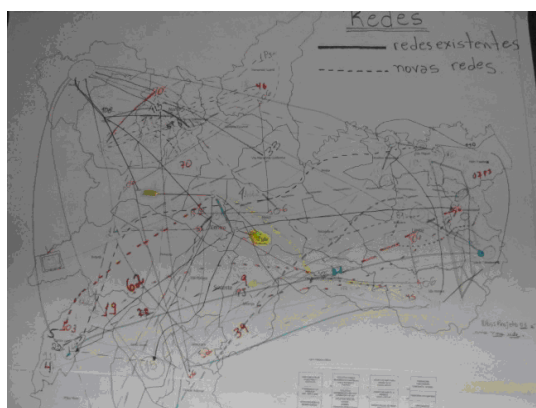
É importante sublinhar nestas linhas gerais sobre o "novo contrato" entre sujeito pesquisado e sujeito pesquisador, condição que vai à contramão da tradição da pesquisa acadêmica e que concebe novos lugares e processos de construção do conhecimento, com a aproximação do pesquisado e desinstitucionalização do pesquisador. Com as redes sociais, estamos conectados pessoalmente com os grupos estudados e seus integrantes: estão adicionados ao meu perfil e podem conferir minhas postagens públicas e vice-versa. Esta opção faz parte de uma nova ética de pesquisa, que define uma intenção e uma concepção de relação menos institucionalizada ou hierarquizada e deflagra uma mudança do lugar/status do investigador e da investigação (eis a queda de Ícaro e da "ficção do saber", De Certeau).

O novo paradigma põe em xeque a oposição do conhecimento individual e do conhecimento comum, rumo a uma tendência cada vez mais forte para a produção de um conhecimento colaborativo e compartilhado.

Merece destaque também a percepção de que há cada vez mais jovens estudando jovens – situação encontrada em congressos e aulas dos quais participei e condição sobre a qual fui questionada – ou seja, sujeitos que experimentam e compartilham temporalidades, contextos e referências geracionais. Na cidade de São Paulo, em particular, há ainda outra variável acrescentada ao jovem investigador: muitos deles pertencem às classes trabalhadoras e compartilham condições sociais semelhantes.

Problematiza-se neste momento sobre quais as implicações deste encontro entre jovens? Como manter o distanciamento mínimo da situação e dos sujeitos estudados para a construção de um conhecimento crítico e capaz de ter momentos de estranheza? Soma-se ao debate, e com isso já respondendo a estas inquietações, que Oliveira (2000) define o trabalho do antropólogo pelo ato de olhar, escutar e escrever. Para esta investigação, acrescenta-se ainda o ato de sentir, dançar a ciranda e deixar o coração bater ao ritmo dos tambores, no passo coletivo da roda. Saber participar, escutar, olhar e escrever - cá estão os misteriosos processos de conhecimento e compreensão da vida vivida.

No início desta investigação pensou-se em abordar diferentes regiões da cidade com vistas a compreender as circulações dos indivíduos pelas periferias. Tinha-se como base o mapa a seguir que foi desenhado pelos grupos em razão da reunião geral do Programa VAI, em 2010. Nele foram indicadas as articulações estabelecidas com outros grupos que também estavam presentes naquele encontro. O resultado foi um mapa cujas conexões passavam pelo centro em direção a outras regiões periféricas da cidade.



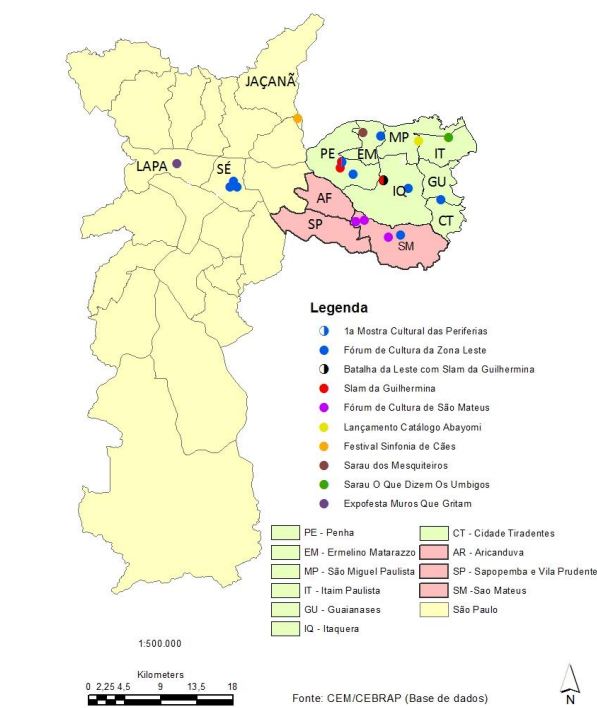
Mapa 1 - Redes do Programa VAI / 2010⁴

⁴ Para visualização completa da cidade de São Paulo, conferir o Mapa 2 – “observações etnográficas 2012/2013”.

Logo no início das observações etnográficas, notou-se um cenário bastante complexo. As primeiras idas a campo foram realizadas na zona leste, sendo possível encontrar pessoas de diferentes grupos que circulavam pelas mesmas atividades e se conheciam. Mesmo na exposição do Muros Que Gritam que ocorreu na Lapa (zona oeste), havia a presença de pessoas da zona leste que se encontrariam em outras ocasiões. Já no festival de rock acompanhado na zona norte, não foi encontrado ninguém de coletivos da zona leste ou que estivesse presente nas observações anteriores. Neste momento questionou-se até que ponto haveria esta integração entre as periferias? Ou qual seria o grau e a qualidade desta integração?

Em outras observações de eventos e reuniões na região mais ao sul da zona leste (colorida de rosa no mapa 2) foi constatada a mesma situação: não havia ninguém que frequentava o circuito de Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Penha, Itaquera, Guaianazes ou São Miguel Paulista (considerado nessa investigação a região sul da zona leste. Identificado de verde no mapa a seguir). Por isso, optou-se por realizar Observações Etnográficas no que foi considerado aqui por região norte da zona leste, viabilizando a compreensão dos circuitos, redes e articulações de uma mesma região ou inter-regionais.

Mapa 2 - Observações etnográficas 2012/2013



Mapa 2 - Observações etnográficas 2012/2013

As observações etnográficas priorizaram ações promovidas por grupos no singular e no plural (atividades de um ou vários coletivos) e em espaços intersticiais (Agier, 2011) como as reuniões do Fórum de Cultura da Zona Leste, iniciado em fevereiro de 2013. Para a seleção das atividades acompanhadas foram seguidas as seguintes características: eventos compartilhados pelo *facebook* (para verificação da articulação e mobilização regional e virtual); grupos com algum integrante já conhecido pessoalmente, facilitando a ida e o conhecimento de novos grupos; parte dos grupos inicialmente sem apoio financeiro; concentração em Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista e Penha.

No período de setembro/2012 a junho/2013 foram realizadas observações etnográficas em eventos e reuniões promovidos por grupos, coletivos e fóruns culturais localizados na região leste da cidade de São Paulo, com maior aproximação e realização de entrevistas com os grupos “Slam da Guilhermina”, “O que dizem os umbigos?” e Fórum de Cultura da Zona Leste⁵. A escolha deste conjunto de grupos se deu por apresentarem conexões entre si (por vezes conflitivas) e estruturas organizativas diferentes.

Tabela 1. Observações Etnográficas (2012 - 2013)

Grupo/Coletivo	Subprefeitura	Linguagem Artística
Fórum da ZL	Todas da Zona Leste	Todas
Reuniões São Mateus	São Mateus	Todas
O que dizem os umbigos?	Itaim Paulista	Sarau
Festa – Vamos ZL / O que dizem os umbigos?	Itaim Paulista	Festa
Slam da Guilhermina	Penha	Sarau
Muros Que Gritam	Ermelino Matarazzo-Lapa	Graffiti
Balaio	Ermelino Matarazzo	Circo
Mesquiteiros	Ermelino Matarazzo	Sarau
Abayomi	São Miguel Paulista	Moda

⁵ Anexo 2 - Tabela com perfil dos entrevistados e siglas.

Sinfonia de Cães	Vila Guilherme (Zona Norte)	Música
Batalha da Leste	Itaquera	Rap

Slam da Guilhermina



Foto 1 - Panorâmica do Slam da Guilhermina

“1, 2, 3... Slam da Guilhermina!!!”, assim começa mais uma noite de poesias na praça! Sem pedir licença, desde fevereiro 2012, o Slam da Guilhermina realiza mensalmente a batalha de poesia na praça ao lado da estação Guilhermina Esperança do metrô (linha que liga as zonas leste-oeste). Faça chuva faça lua, é ao redor do lampião que se reúnem cerca de 40 pessoas numa sexta-feira à noite. Antes, há sempre aquelas rodas de conversas e reencontro com velhos e novos amigos.

“Slam” significa “palavra falada” ou competição da palavra falada. A regra aos poetas competidores é recitar textos de própria autoria, de preferência com alguma performance – mas sem instrumentos musicais ou adereços -, com duração máxima de 3 minutos. Quem decide o campeão de cada rodada é o público presente, cinco pessoas são escolhidas aleatoriamente para avaliar e dar nota – mas o público restante sempre contesta ou aplaude junto! O “slampião”, ou seja, quem ganha a competição da noite, recebe livros, camisetas, cds e qualquer outra coisa que as pessoas tenham levado para doar.

Ao fim, costumeiramente lá pelas 23hs, é de costume a apresentação de algum artista convidado seguida de foto com todos os participantes do Slam. Alguns voltam para as suas casas, outros continuam a noitada pegando o próximo metrô!

O que Dizem os Umbigos?



Foto 2 - Panorâmica do Sarau O Que Dizem Os Umbigos

Na quadra da escola de samba do Unidos da Santa Bárbara, localizada no Itaim Paulista –, em frente a uma Casa de Cultura (equipamento público direcionado às atividades artístico-culturais), um grupo de três jovens realiza, a cada terceiro sábado do mês, o sarau “O Que Dizem Os Umbigos?”. É isso mesmo, o nome do grupo e do sarau homônimo é uma pergunta: no lugar de cada participante olhar para o próprio umbigo, o grupo quer saber e compartilhar os diferentes pontos de vistas, trajetórias e opiniões trazidas por cada um. Propõem o diálogo entre os umbigos.

Embalados pela alegria do ambiente e das alegorias de carnaval espalhadas no local, recitam poesias, apresentam cantorias, fragmentos de peças teatrais, danças, cirandas, contação de histórias, lançam revistas, jornais e livro, exposições e vendas de artesanatos.

Desde 2009, o sarau acontece e mobiliza uma temática específica ou artistas para homenagear (principalmente personalidades consagradas, artistas independentes e locais e grupos periféricos). Até a metade de 2012, a atividade acontecia na Casa de Cultura do Itaim Paulista. Devido a desentendimentos entre o grupo e a gestão do espaço, o sarau cruzou a avenida e migrou para a Escola de Samba à frente.

A regra que impera no sarau parece ser a da espontaneidade – ainda que o grupo tenha uma programação prévia. O tambor e o microfone ficam sempre à disposição de algum corajoso. À frente, nas cadeiras, ficam aqueles mais concentrados; nos fundos, aqueles mais interessados em bater papo noite adentro. Contrariando costumes de outros saraus já consagrados nas periferias, aqui o silêncio não é uma prece.

Fórum de Cultura da Zona Leste



Ilustração 1 - Flyers dos encontros do Fórum de Cultura da Zona Leste

Há oito anos sob o governo de um mesmo grupo político, em 2013 houve a mudança de prefeito e toda uma nova onda de animação agitou grupos e movimentos que já vinham há algum tempo buscando meios de intervir nas políticas estatais. Dessa forma, os dois primeiros meses do ano foram marcados por intensas mobilizações e discussões entre grupos periféricos organizados em plenárias e encontros: paralelamente regiões como Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Cidade Tiradentes, Itaquera, Penha, São Miguel, Itaim Paulista e mais tarde São Mateus, articulavam-se, localmente, e debatiam sobre as condições de vida e fruição cultural de seus bairros. Participavam destas reuniões não só artistas e coletivos, mas também gestores de equipamentos públicos e pesquisadores, possibilitando importantes momentos de troca e construção de saberes coletivos.

“Nunca fechados para novas ideias”, era o que dizia o cartaz de divulgação do 2º Encontro Zona Leste – organizado pelos grupos de Ermelino Matarazzo e adjacências. Naquela mesma noite a articulação dos coletivos de Guaianazes apareceu e propôs a integração das agendas políticas e a formação de uma rede comum na região.

O Fórum de Cultura da Zona Leste (FCZL) se consolidou neste processo coletivo de reuniões, combinando questões locais e estruturais, interligadas pela histórica e desigual lógica da urbanização e política paulistana. Entendendo-se parte de um contexto integrado e complexo. A organização é regional, mas de interesse comum a outras periferias.

Durante o ano de 2013 o FCZL realizou seminário de formação com o tema

“sujeito periférico”, o 1º Seminário de Políticas Públicas, a 1ª Mostra Cultural das Periferias – com ações artísticas e de formação em diversos pontos pela cidade no período de um mês -, participou ativamente da 3ª Conferência Municipal de Cultura, da aprovação da modalidade 2 do Programa VAI na Câmara dos Vereadores de São Paulo, assim como estudou o orçamento para a pasta da cultura, convocando uma reunião entre os grupos periféricos, os vereadores e os órgãos das Secretarias Municipais da Cultura e do Planejamento.

Com uma grande visibilidade política e pouca participação ativa de parte dos integrantes, fica suspensa a pergunta: afinal, o que é o Fórum? Como representar tanta gente e tantas demandas sob um mesmo guarda-chuva?

Para apresentar o resultado da investigação, a dissertação está dividida em três capítulos:

O primeiro capítulo verificou as diferentes perspectivas que orientaram as concepções de juventude na academia, no Estado e na sociedade civil, conectando estes múltiplos olhares à percepção que o próprio jovem tem de si e dos outros, baseado na sua experiência de vida e em relação às representações construídas no dia-a-dia da sociedade na qual está envolvido. A proposta do capítulo foi refletir a relação entre juventude, cultura e grupalidades, as narrativas produzidas a respeito e suas implicações.

Já o capítulo 2 se preocupou em analisar a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo neste início de século. Partiu-se do levantamento dos primeiros grupos de jovens das periferias da cidade para então construir um conhecimento mais sólido a respeito das práticas dos coletivos contemporâneos. Por meio de observações etnográficas e entrevistas individuais (realizadas em ambiente virtual), foi realizado trabalho de caracterização e análise destes coletivos e suas ações, com a finalidade de perceber o processo de constituição do grupo e a elaboração de identidades culturais politizadas ao longo da trajetória.

O último capítulo dedica-se ao estudo sobre as formas de participação encontrada pelos coletivos. Acompanhando a experiência do Fórum de Cultura da Zona Leste, retratou-se a luta dos grupos envolvidos para o fortalecimento de uma rede e a organização de uma agenda política comum e consistente. As redes se apresentaram nessa dissertação como formas potenciais de representatividade política dos grupos periféricos. Paralelo a este processo mais lento de constituição de formas organizativas

que estabelece diálogo com estruturas mais tradicionais (como a Câmara dos Vereadores), assistiu-se em 2013 as manifestações de rua nas principais capitais do país. As bandeiras eram e são múltiplas, com o fenômeno acontecendo novamente a cada mês. Contudo, quando emergiram tiveram maior impacto na sociedade e causaram diversas reflexões por todos os lados. A esta investigação coube acompanhar de que forma os grupos se relacionariam com esse novo momento/movimento e quais as implicações no cenário político atual. Seria essa a tendência das próximas formas de agrupamento juvenil?

1. Jovens / Juventudes: concepções e dilemas

Na intenção de seguir a proposta metodológica das perspectivas construtoras de contextos múltiplos e complexos, este capítulo teve por objetivo levantar as diferentes concepções de jovem e de juventude desenvolvidas pela academia e pelo Estado, dois importantes polos de produção e difusão de valores, crenças, pontos de vista e paradigmas.

O quadro é formado pelas articulações entre as referências oferecidas por teóricos e pesquisadores e os paradigmas que orientam as políticas públicas, haja vista que há importantes canais de comunicação e sustentação entre estes campos, em um processo dinâmico de retroalimentação, com questões e discussões vindas de ambas as partes.

Outro propósito do capítulo foi verificar, então, de que maneira estas perspectivas interagem dialeticamente com as narrativas apresentadas pelos jovens investigados. Optou-se por lançar mão de múltiplas formas de abordagens, que permitiriam construir as narrativas pelo olhar protagonico dos jovens integrantes de grupos culturais periféricos (alguns não tão jovens assim, se considerássemos exclusivamente suas idades). As fontes de coleta de dados foram entrevistas, leituras dos textos-manifestos e revistas, observações etnográficas e projetos encaminhados pelos grupos ao Programa VAI, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

O conjunto de concepções e dilemas apresentados nas próximas páginas interessa a esta investigação pelas interfaces que estabelecem com os entendimentos e os modos de vida experimentados e questionados pelos grupos pesquisados. Com isso, portanto, buscou-se desenhar o que é considerado ser jovem nos dias atuais.

Foram destacadas algumas escolas de pensamento e pesquisa sobre juventude, entre elas a Escola de Chicago que é uma das primeiras a estabelecerem a relação entre cidade e cultura juvenil. Com o desenvolvimento do debate vê-se a questão de classe e da indústria cultural emergirem como variáveis de análise para compreensão da juventude moderna. Para isso recorre-se a Morin, aos estudos culturais ingleses e latino-americanos.

1.1 Balanços de algumas reflexões

Uma investigação no campo das Ciências Sociais que aborde a temática da juventude deve ter como ponto de partida o esclarecimento de que esta é uma categoria histórica e própria dos tempos modernos. Na antropologia observou-se que o sexo e a idade são princípios universais de organização presentes em todas as sociedades conhecidas. Contudo, a forma como se dá a estratificação etária e os significados atribuídos a cada compilação é diversificada e determinada pelas condições sociais do contexto de cada grupo (Feixa, 1996). Para estabelecer tais distinções entre os grupos, é usual se considerar as dimensões biológica (desenvolvimento das faculdades físicas e psicológicas do indivíduo, caracterizadas como próprias de determinada fase da vida) e social (com graus diferenciados de participação, status, hierarquia, autonomia, etc.).

Pela estratificação social segundo grupo de idades, é prática comum em nossa sociedade a formação de espaços destinados às crianças, aos adolescentes, jovens, adultos e idosos, constituindo assim os chamados “grupos de pares”, que permitirão o compartilhamento de sentidos e experiências coletivos, elaboração e estruturação de uma identidade, referências simbólicas e comportamentais características de determinado contexto de socialização (que alguns autores entenderão como marcas geracionais – Margulis e Urresti, 1998; Abramo, 1994) e desenvolvimento social que transita, no caso dos jovens, da infância à fase adulta. Constituem-se então grupos de pares que se caracterizam como importante instância de socialização coletiva, que dá forma e conteúdo para a distinção de todo um grupo etário.

Uma das questões mais problematizadas pelos pesquisadores do tema da juventude e da sociedade em geral, diz respeito às maneiras que estes grupos encontram para participar e ganhar relevância no meio social em que estão inseridos e os sentidos atribuídos a estas formações. É nesta direção, portanto, que se segue uma exploração teórica sobre o surgimento dos grupos juvenis nas sociedades modernas e as diferentes formas de abordagens e análises realizadas ao longo do século XX e XXI.

1.1.1 Construção de um campo de conhecimento: Escola de Chicago

O conceito de juventude apareceu na história apenas nas sociedades modernas e urbanas, como resultado direto de um modelo de estrutura social fundada no aprofundamento da divisão social do trabalho própria do desenvolvimento da sociedade

industrial e do avanço do sistema capitalista.

Para Àries (1981) a juventude emergiu como categoria etária distinta na virada do século XIX para o XX, dada a consolidação das cidades e de um modo de vida urbano, com rápido aumento da densidade populacional, do fluxo migratório e formação de sociedades interculturais, da reestruturação do trabalho e da escola (como o prolongamento dos estudos e a consolidação da escola como espaço próprio da infância e juventude), da efetivação da distinção entre espaços públicos e privados, da inauguração de um projeto de modernidade com apelo ao novo, à novidade, e da ruptura com o “tradicional” (eleito obsoleto e obstáculo à modernização).

A juventude passou logo a ter status e vínculo geracional com a modernidade e com o estilo de vida citadino, estabelecendo fraturas cada vez mais significativas com os paradigmas das gerações anteriores.

Foi neste momento, no qual a juventude ganha maior destaque e visibilidade social, que as Ciências Sociais a tomaram por objeto de investigação, e a tratou como fenômeno social. O primeiro grupo de pesquisadores a se debruçar sobre o tema pertencia à Universidade de Chicago. O processo de urbanização de cidades localizadas na região oeste dos Estados Unidos trouxe consigo diversos problemas de caráter estrutural às localidades, como o fenômeno da “vagabundagem”, segregação, formação de bandos, alto nível de desemprego e ócio entre os jovens. Assim como aponta Agier: “a cidade de Chicago tinha-se tornado, por volta de 1930, a segunda maior aglomeração dos Estados Unidos e a quinta do planeta, com mais de três milhões de habitantes” (2011: 62-63).

Os pesquisadores da Escola de Chicago, oriundos do jornalismo, urbanismo e da criminalística, se propuseram a compreender as formas de ocupação do espaço urbano e os problemas consequentes desse novo modo de organização social. Dentre os pioneiros desta escola de pensamento destaca-se Robert Park, cujo problema de investigação foi a mobilidade individual em espaços socialmente consolidados e de função prescrita. Um de seus célebres conceitos foi o de “cidade mosaico”, no qual concebia uma cidade constituída por regiões segregadas e de perfis definidos, especializadas e internamente homogêneas, como “pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram” (*idem*, 1973: 62). Tais regiões seriam organizadas em um processo natural de segregação, sem mediações políticas - como discriminação racial, pobreza, etc. - e promoveriam experiências urbanas diferenciadas (relação meio ambiente e comportamento).

Alinhada à perspectiva durkheimiana, a escola tinha como modelo ideal um tipo

de sociedade fragmentada, na qual cada parte tinha uma função determinada e em funcionamento regular. Com a aceleração do desenvolvimento urbano, notou-se que esta ideia do “mosaico”, das fronteiras que não se misturam, não mais condizia com a experiência urbana daquele momento. Cada vez mais indivíduos acessavam outras regiões da cidade e contrapunham-se às demarcações “morais” definidas regionalmente. Construía novos processos identitários e sociais, expondo as contradições e gerando em consequência problemas sociais até então inéditos.

Autores como Becker (2008), Whyte (2005), Wirth (1998) e Cohen (1955), impulsionados pelos problemas de criminalidade e violência que atingiam a cidade, desenvolveram suas pesquisas sobre e com grupos de comportamentos considerados desviantes em relação às regras sociais e ao modo de vida estabelecidos.

Foi então, entre as décadas de 1920 e 1930, que a sociologia se interessou pelo tema da juventude e da produção de uma cultura distinta. A juventude apareceu como um ator diferenciado pela contraposição em relação aos padrões consolidados e, em especial, a juventude de camadas populares, apontada como grupo com alto potencial à crise - visto que seu padrão de socialização acontecia fora das instituições usuais, problematizando, assim, a transmissão das normas sociais esperadas e desenvolvendo comportamentos considerados patológicos e causadores de disfunções no sistema social como um todo (Abramo, 1994).

A organização de modos de viver em grupo se constituiu em instância paralela de sociabilização de jovens e de significação cultural densa e exigiu um novo tratamento teórico ao fenômeno. Para Cohen, a emergência dos grupos juvenis ocorre em virtude de um estado de frustração e desajustamento por parte dos jovens mais pobres, provocado pela incapacidade de integração social plena ao modelo de sociedade baseado nos valores da classe média (difundidos acima de tudo nas escolas). Nesse sentido, a conformação de uma cultura seria uma resposta defensiva desses jovens em busca de autovalorização.

Na década de 1940, a Escola de Chicago se dedicou à investigação da cultura juvenil no ambiente escolar, marcando a relação da cultura elaborada entre pares e o período de preparação para inserção social (com ênfase na escola como espaço próprio e esperado para este tipo de socialização), assim como aponta Abramo:

Os jovens constroem redes de relações particulares com seus companheiros de idade e de instituição, marcadas por uma forte afetividade, nas quais, pela similaridade de condição, processam juntos a busca de definição dos novos

referenciais de comportamento e de identidade exigidos por tais processos de mudança. No interior desses grupos, os adolescentes desenvolvem rituais, símbolos, modas e linguagens peculiares, visando marcar sua identidade distintiva de outros grupos etários. Parsons [1942] fala de uma *subcultura juvenil* derivada da cultura geral dos adultos, a esta contraposta mas não necessariamente e não normalmente hostil ou antagônica a ela. A subcultura juvenil estaria, assim, cumprindo a função de promover a transição para a condição social adulta. (*ibidem*: 17).

Entre os problemas que esta tendência trouxe, vê-se a construção de um jovem sempre negado, aquele que ainda não é, que está em transição, ao qual é recusado o sentido imediato do presente e das suas condições vividas (conceito em oposição direta à visão romântica que viria nos anos 1950-60 e da cultura juvenil promovida pela indústria cultural). Estabeleceu-se, ao mesmo tempo, a existência de dois grupos juvenis: os incluídos (normais, dentro dos padrões esperado) e os desviantes (marginalizados).

De acordo com esta linha de pensamento, a função da juventude seria a preparação para a vida adulta e a responsabilidade por dar continuidade ao processo de transmissão de valores e costumes sociais. Considerados contestadores, “rebeldes” e “delinquentes”, os grupos juvenis foram julgados como desviantes, disfuncionais, anormais e, portanto, uma patologia no processo de integração social. Como resposta a tal “defeito” de integração social, teria nascido uma subcultura juvenil, derivada da cultura adulta, incumbida de lidar com estes desajustamentos.

1.1.2 Anos 1950: “renascimento juvenil”

Em razão da grande visibilidade e relevância da juventude para a época, os anos 1950 poderiam ser identificados como o período do renascimento juvenil. A cultura juvenil emergiu com maior força social e cultural no pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente em virtude das transformações econômicas e culturais ocorridas nos países vencedores e dos diversos desdobramentos. Entre essas mudanças, destacam-se:

a) o rejuvenescimento social: aumento da expectativa de vida e crescimento da população jovem, ampliação do ensino escolar para outros setores sociais e extensão da carga horária. Reguillo (2012) argumenta que o aumento do período escolar faz parte de uma estratégia política para equilibrar o mercado de trabalho superaquecido.

b) a melhoria nas condições trabalhistas: crescimento da indústria e diversificação da produção, emprego pleno, redução da jornada de trabalho, férias remuneradas, benefícios trabalhistas e consequentes aumentos da capacidade de

consumo, do tempo livre e da possibilidade de investir em si próprio.

c) a redefinição do papel dos pais e da família: *i. pais*, suavização da autoridade e ausência da figura pai-chefe, ou "Estado-pai"; *ii. mães*, com a mudança de paradigma trazida pela emancipação feminina, a figura da mãe-pátria e sua relação de dependência com a família também sofre impactos, ampliando o escopo de espaços de participação social (como o trabalho, por exemplo) e o apelo à juventude (preocupação por uma estética mais juvenil e comportamento menos tradicionalista); *iii. crianças*, "O '*família, eu te odeio*' perde sentido nessa era em que, como diz Vadim, 'os meninos e meninas... não se debatem contra a moral de seus pais ou da sociedade, simplesmente a ignoram' (*Arts*, 12 de março de 1959)" (Morin, 1969: 155).

e) a emergência de uma indústria cultural: produções homogêneas e segmentadas, busca pelo homem médio, por produções capazes de dizer a todos e a ninguém ao mesmo tempo, ao passo que organizam novas estratificações de consumidores, como infantil, juvenil, adulto e feminino; tendência a uma cultura 'classlessness' (sem classe) (Clarke, Hall *et al*, 1975) ou extraclasse (Morin, *op. cit.*).

Para Morin, a indústria cultural seria responsável por agregar e assimilar diferentes classes, sobrepondo-se a elas e definindo outras maneiras de organização e estratificação pela imposição de novos parâmetros culturais: "As fronteiras culturais são abolidas no mercado comum do *mass-media*. Na verdade as estratificações são construídas no interior da nova cultura [...]. A cultura industrial é o único grande terreno de comunicação entre as classes sociais" (*ibidem*: 42-3).

Na leitura do fenômeno realizada por Clarke, Hall *et al* (*op. cit.*), esse esforço pela homogeneização dos gostos e a interpretação de uma cultura juvenil *classlessness* obscurece a dimensão classista presente na produção e na difusão dos bens da indústria cultural, sempre endossando os valores burgueses e provocando outras formas de manifestação das contradições sociais.

f) a democratização do tempo livre: produto da lógica presente no trabalho burocrático-industrial e na política econômica da época, que demandava tempo de trabalho, de repouso e o tempo livre dirigido ao consumo: "O lazer não é apenas o pano de fundo no qual entram os conteúdos essenciais da vida e em que a aspiração à felicidade individual se torna exigência. Ele é, por si mesmo, ética cultural" (Morin, *op. cit.*: 73).

g) o investimento em si e a afirmação da vida privada, ou da individualidade: pela oferta de exemplos de vida, a indústria cultural cria uma propensão à busca pela

particularização ou privatização da vida e uma necessidade de tornar manifesta (visível) tal distinção. Morin sugere a criação de "sociedades temporárias" fundadas no jogo-espetáculo, tais como situações de festas, viagens e bailes: "Essa vida de jogo-espetáculo é ao mesmo tempo a acentuação da vida privada na qual se travam, de modo mais intenso que na vida cotidiana, relações, amizades, flertes, amores. É feita à imagem da vida cinematográfica" (*ibidem*: 78).

Por ser uma juventude ligada fundamentalmente ao tempo de lazer e que constitui um sistema complexo, de produção e consumo simbólicos, formar-se-ia assim uma "ampla cultura juvenil, não mais uma subcultura escolar ou restrita a grupos marginalizados", como a Escola de Chicago teorizou, mas uma cultura que envolveria diferentes setores sociais (uma cultura 'extraclasse') e de abrangência internacional.

Nos anos 1950 surgiram grupos articulados em torno do rock, do lazer e da ocupação dos espaços públicos. Aqueles mais espetaculares e de caráter "público" passaram a ser chamados pela imprensa de "rebeldes" e "desviantes", porém não mais diferenciados por classe social ou participação na comunidade escolar, mas cujo elemento agregador seria o lazer e o consumo:

A adolescência atual [...] encontra, contudo, na cultura de massa, um estilo estético-lúdico que se adapta a seu niilismo, uma afirmação de valores privados que corresponde a seu individualismo, e a aventura imaginária que mantém sem saciá-lo, sua necessidade de aventura (Morin, 1969: 161).

Para além da questão histórica e cultural, Morin ainda indica a pertinência da capacidade de adaptação própria do sistema psicológico e da fase social na qual a juventude se encontra, o autor afirmará que ela se tornou, naquele momento, o sujeito pioneiro da modernidade, construindo novos paradigmas junto à cultura de massa emergente:

Enfim, no plano essencial, a ação prática dos grandes temas identificadores da cultura de massas (amor, felicidade, valores privados, individualismo) é mais intensivo na mocidade, a idade plástica por excelência, que em qualquer outra idade. A cultura de massa 'acultura' as novas gerações à sociedade moderna. Reciprocamente, a juventude experimenta de modo mais intenso o apelo da modernidade e orienta a cultura de massa nesse sentido (*ibidem*: 162-3).

Paralelo à decadência das grandes instituições, viu-se o desenvolvimento de novos recursos tecnológicos e comunicacionais populares que formaram uma nova ordem cultural baseada no movimento e no consumo (Morin, *ibidem*; Martín-Barbero, 2001). Por sua plasticidade cognitiva e potencialidade ao consumo cultural e à produção

simbólica, o jovem é posicionado no centro desta centrífuga de representações, construções subjetivas e pressões sociais.

Autores como Margulis e Urresti (1998) e Morin (*op.cit.*) chamarão o referido processo, de “juvenilização”, isto é, a criação de aparatos que constroem um universo de bens simbólicos destinados à representação do “ser jovem”. No cinema, na música e na literatura, criam-se personagens viris, corajosos, obstinados, rebeldes e heroicos que viram modelos a serem seguidos, estilos de vida desejáveis, ícones, mitos: “a cultura de massa fornece exemplos, dá o estilo” (*ibidem*: 162).

Essa perspectiva é importante principalmente porque articula o jovem a processos mais amplos, jogando luz à constituição de modos de ser jovem em relação dialética com os fenômenos sociais que impactam toda a sociedade e revelando a importância da cultura na orientação das representações sobre o que é ser jovem.

1.1.3 Subculturas juvenis

Em Birmingham (Inglaterra), neste mesmo período dos anos 1950, professores universitários integrantes do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) destacaram-se pela produção de pesquisas e ensaios sobre a produção e o consumo cultural da classe operária britânica.

Raymond Williams, um dos principais intelectuais do CCCS, chamou atenção à necessidade de realinhar o conceito de cultura na em diálogo com o então denominado marxismo cultural britânico. O fundamental na perspectiva de Williams seria romper com a determinação em última instância do econômico sobre o cultural e demais elementos de composição da superestrutura.

Retomou o preceito de dinamismo intrínseco à concepção histórica e enfatizou que a base “nunca é, na prática, uniforme ou estática. De fato, uma das proposições centrais do sentido de história de Marx é a de que existem contradições profundas nas relações de produção e nas consequentes relações sociais. [...] Quando falamos de base, estamos falando de um processo, e não um estado” (Williams, 1979: 46-7).

Estabeleceu-se, assim, a comunicação entre base e superestrutura, propondo a correspondência da cultura aos modos de produção da vida social, que no caso das sociedades capitalistas, são estratificadas por classes sociais.

Nesse sentido, a cultura, portanto, se configura como espaço não homogêneo, com disputas, resistências, dominações, subordinações, e lugar do conflito político.

Revelando, assim, a articulação entre política e cultura, arte e sociedade, práticas cotidianas e institucionais (Gramsci, 1986). A arte e as práticas culturais seriam também sociais, não podendo ser apartadas do processo social geral. Assim sendo,

temos de reavaliar a 'superestrutura' em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-as de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar a 'base', afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se num estado de processo dinâmico (Williams, *op.cit.*: 47).

O mero reflexo (fruto de um 'materialismo mecânico') só poderia ser apreendido por uma percepção da infraestrutura (base) como objeto isolado e não em um processo dinâmico e total (materialismo histórico). As realidades passariam, portanto, por um processo ativo de mediação, no qual seu conteúdo original seria continuamente modificado, o que dá brecha para a diversidade e complexidade das possibilidades de mediações culturais dos sujeitos. De forma tal que poderiam ser concebidas, por exemplo, diferentes reações de grupos sociais diante do mesmo conjunto de estímulos.

Um desdobramento da perspectiva do marxismo cultural apontado por Williams, foi a publicação em 1975 de coletânea de textos a respeito das subculturas juvenis inglesas no pós-guerra (Clarke, Hall, *et al*, 1975). Para os autores a cultura foi entendida como "aquele nível em que grupos sociais desenvolvem modos de vida e dão formas expressivas à sua experiência social e material" (*ibidem*: 10 – tradução minha), de modo tal que só poderia ser concebida na pluralidade e com possibilidade de derivações.

Por basearem-se em uma sociedade configurada na divisão de classes, as culturas e consequentes subculturas estariam filiadas a estas formações sociais, entendendo cultura como campo de possibilidades predispostas pelas circunstâncias históricas. Portanto, toda organização cultural deveria ser analisada dentro de uma relação dialética, de forma tal que as “culturas juvenis” (seja no plural ou no singular) não poderiam ser vistas como fenômenos isolados dos processos sociais mais macros, mas sempre em uma perspectiva relacional. Derivou daí o conceito de “subculturas”, ou seja, subsistemas que compõem uma cultura de classe e mantém relações com a cultura dominante e a estrutura de poderes.

Estas subculturas jogariam com estruturas hegemônicas mais amplas, expressando conflitos e resistências, dominação e luta. Para estes autores, as subculturas precisavam exibir elementos que as distinguissem da sua *parentculture* (cultura-mãe,

tradução livre), por meio de atividades, valores, usos de artefatos e ocupação territorial que estabelecessem esta diferenciação e, na qualidade de subsistemas, deveriam preservar elementos que mantivessem conexão com esta *parentculture*.

As subculturas, quando distinguidas por idade e geração, poderiam ser chamadas de “subculturas juvenis”. Os autores problematizaram a adoção do termo "subcultura juvenil" no singular, argumentando o decorrente esvaziamento da complexidade e heterogeneidade do fenômeno, destituindo, inclusive, sua relação com classe social, tornando-a essencialmente *classlessness* ao trabalhar apenas sobre seus aspectos mais visíveis e espetaculares.

Essas subculturas são vistas como modos de elaboração e projeção de respostas culturais aos problemas colocados pela especificidade do grupo no interior da classe de origem. Por isso são subculturas: porque são filiadas, estão referidas a uma determinada cultura de classe; isto é, lidam com uma problemática que é comum ao conjunto da classe e, ao mesmo tempo, com problemas que lhes são peculiares, dados pela sua posição etária e geracional. Nesse sentido, estão inseridas na luta pela hegemonia cultural em uma situação histórica". (Abramo, 1994: 35).

Ao investigar os *teddy boys*, *skinheads*, *mods* e *rockers*, os autores desta coletânea observaram que, mesmo derivados de uma mesma cultura de classe (*classculture*) e com formações semelhantes, os jovens "podem projetar uma resposta cultural ou 'solução' diferente aos problemas postos a eles pela sua posição, experiência material e social (de classe)" (Clarke, Hall *et al*, *op. cit.*: 14 – tradução minha).

Como expressa Abramo (1994) em seu levantamento, estes jovens dramatizariam um dilema específico da classe operária inglesa do período: com a afluência econômica, abriu-se a possibilidade de ascensão social e rompimento com sua classe de origem, ao mesmo tempo em que os novos valores característicos da ideologia do consumo geraram atrito com os velhos hábitos e o puritanismo tradicional da classe operária, desestabilizando o processo de reprodução da identidade da classe.

Para esses autores, as subculturas juvenis do pós-guerra surgem entre jovens operários ingleses como resposta às transformações vividas pela *working-class* nesse período. Entre outras mudanças, são apontadas: a segmentação interna provocada pelas mudanças tecnológicas, acentuando a divisão entre trabalhadores qualificados e não-qualificados; a entrada de trabalhadores imigrantes; a mudança na configuração social dos bairros, provocada pela instalação de novas indústrias; a mudança de postura do Labour Party, com a política de conciliação. Tudo isso teria provocado uma mudança no modo de vida e na configuração de sua identidade cultural, que iria sofrer uma fragmentação, um enfraquecimento no núcleo de constituição da solidariedade e identidade de classe. Esses jovens, frente ao enfraquecimento das referências da classe, vão buscar construir um pólo positivo de referências e autovalorização no novo espaço do lazer e da diversão, criando

atividades e símbolos próprios, utilizando, entre outros elementos, os bens de mercado (o rock'nroll, por exemplo). (*op. cit.*: 35-36)

O relevante da perspectiva de estudos culturais ingleses é toda a reflexão trazida por Williams sobre o marxismo cultural no qual, para as práticas juvenis, interessa por conceber a pluralidade de respostas de um grupo diante de estímulos semelhantes (como a conjuntura histórica), mesmo que compartilhem de mesma condição social (e não pura determinação).

1.1.4. Estudos latino-americanos e as complexidades do terceiro mundo

Bastante influenciados pelo pensamento produzido nos estudos culturais ingleses, há, desde os anos 1980, na América Latina um movimento intelectual pensando os agrupamentos juvenis sob a perspectiva própria da região. Martín-Barbero (2008) relembra que uma das primeiras publicações sobre os jovens latino-americanos foi lançada no final da década de 1980 e representou uma ruptura na perspectiva dirigida à cultura juvenil, na qual se deu maior peso a questão cultural na análise da condição juvenil até então criminalizada e estigmatizada pelos meios de comunicação e pelos próprios sociólogos da época.

Nos estudos anteriores o jovem foi promovido a objeto de pesquisa pela veiculação dos grupos a atividades ilegais. Conforme demonstra Reguillo (2012), o jovem e a juventude foram paulatinamente marginalizados quando outras “caras” apareceram em cena, em particular nos anos 1970, na figura do estudante que buscava caminhos para uma atuação política: “de maneira enfática, os movimentos estudantis assinalaram os conflitos não resolvidos nas sociedades modernas e prefiguraram o que seria o cenário político dos anos 70” (*ibidem*: 19 – tradução minha).

Nesse período, o movimento estudantil endossava as questões de um grupo maior, por isso sua legitimidade era assunto consensual, ao passo que na década seguinte, toda a visão romântica e utópica referente à juventude cai em “desgraça social” (nova queda de Ícaro), quando os jovens, mesmo de outros setores, passam a integrar movimentos de guerrilha e resistência, quebrando o “pacto social” instituído, ou os padrões de comportamento socialmente aceitos.

Ao adotar a noção de cultura recolocada pelos estudos culturais ingleses e pela crítica elaborada sobre as diferentes articulações das culturas juvenis com a estrutura social mais ampla (extravasando a fronteira das diferenças geracionais, ou mesmo de

classe), estes pesquisadores chamaram a atenção ao papel que as culturas juvenis têm frente às transformações ocorridas na região. Nessa direção, Martín-Barbero (2001a) criticou o projeto de modernização e de modernidade imposto às culturas latino-americanas, no qual, ao não ter recursos para se adaptar como um bloco monolítico, precisou realizar processos adaptativos e coexistiu à cultura tradicional, popular e diversas outras operações de bricolagens.

A modernidade imposta e não concluída, gerou processos que expressam e agudizam as contradições sociais. Tal projeto não veio com o intuito de promover um desenvolvimento igualitário, mas de desenvolver o capital, a abertura e padronização de mercado. Instaurou-se outro padrão de sociabilidade, pautado no modo de vida urbano e em ascendente cosmopolitização, que impactou não só as instituições, mas também os modos de 'estar junto' e as formas de perceber, registrar e interpretar os acontecimentos e a existência individual e coletiva, e cuja maior influência, ou a mais emblemática, foi o fluxo de imagens e informações trazidas pela TV ao ambiente doméstico e familiar:

Se as novas condições de vida na cidade exigem a reinvenção dos laços sociais e culturais, são as redes audiovisuais que instauram, a partir de sua própria lógica, as novas figuras dos intercâmbios urbanos. Na cidade disseminada e impossível de embarcar, somente a mídia possibilita uma experiência / simulacro da cidade global [...]. A cidade informatizada não necessita de corpos reunidos, mas interconectados (Martín-Barbero, 2001b).

Assistiu-se então a emergência de uma nova experiência cultural da qual o jovem foi tornado o protagonista cultural neste processo de agenciamento das contradições próprias de uma sociedade em constantes e rápidas transformações. Viveriam assim uma experiência deslocada, diacrônica e sincrética.

Um dos principais marcos teóricos propostos por Martín-Barbero, e que baliza os estudos de outros autores, é o de *des-ordem cultural* e emergência de novas ordens de sensibilidades. Para ele, o jovem se tornou protagonista dentro dessa nova des-ordem cultural baseada no movimento, no imediatismo, na busca pela autorrealização e na oferta inesgotável de informações. Pode-se dizer que a juventude é socialmente identificada hoje como período de experimentações, tensões, aberta às possibilidades e altamente flexível às novidades (tecnológicas, culturais, etc.). Assim como a infância e a adolescência, a juventude também seria passageira, situação que lhe remete a um campo de disputa pelas centralidades e investimentos com retorno previsto no futuro. A juventude é vista como essencialmente desprovida de passado ou memória, por isso

projeta-se como tempo de formação e aprendizados, aberta a tudo o que for novidade, em um estado de transição entre o presente e o futuro.

Os reguladores sociais dominantes seriam, então, aqueles voltados ao presente, à simultaneidade, às transformações, às estéticas espetaculares e publicitárias, à inovação e à informação “*on time*” que condizem a um tipo de experiência de vida. Ao abordar as sensibilidades emergentes na virada do século XX para o XXI, Reguillo chamará a atual configuração de “hipertexto”:

O hipertexto, mais que uma re-escritura (como o palimpsesto) supõe uma combinação infinita e constantes *links* que reintroduzem permanentemente uma mudança de sentido, tanto de direção como de significação. Pode-se ir mais adiante ou mais atrás, mais a um lado ou a outro, acima ou abaixo e, em outro plano, saltar de um site a outro, perder de vista o ponto de partida e o sentido original (ainda que a 'janela inicial' permaneça aqui, pronta para ser ativada). (2012: 53 – tradução minha).

Tanto Martín-Barbero quanto Reguillo falam em multitemporalidades dos processos sociais latino-americanos, nas quais, diante desta modernidade incompleta, os agrupamentos juvenis “assinalam que o projeto social privilegiado pela modernidade na América Latina, foi incapaz até hoje de cumprir as promessas de um futuro inclusivo, justo e, sobretudo, possível” (*ibidem*: 21 – tradução minha).

Parte desse conjunto de possibilidades de apreensão e mediação das questões mais latentes à juventude pode ser expressa também pela condição juvenil de “nomadismo urbano”, deflagrada desde os anos 1980 por Martín-Barbero (2008) ao analisar a atuação das gangues colombianas no centro da cidade e nos bairros nobres. A transgressão geográfica e simbólica também faz parte deste des-ordenamento social: “todos eles [os jovens envolvidos nas gangues, são] veículos de uma dura consciência da decomposição da cidade, da crise trabalhista, da presença cotidiana da violência nas ruas, da exasperação e do macabro” (*ibidem*: 10).

Também entre os anos 1970 e 80, o fenômeno dos agrupamentos juvenis emergiu com bastante força no Brasil, em especial nas capitais, sendo representado pela imprensa ora como esperança da nação ora como perturbador da ordem pública.

As Ciências Sociais, em especial por meio da observação etnográfica, foram uma das responsáveis por jogar luz às práticas culturais e políticas existentes nas periferias da cidade, compondo um quadro complexo que foge às interpretações estigmatizantes. Distanciou-se dos padrões dos noticiários e das estatísticas simplistas e buscou relatar o dia a dia destes bairros por meio das narrativas de seus sujeitos,

destacando a presença de novos grupos e lugares marcadamente juvenis, bem como a relevância da dimensão cultural (principalmente da identidade e do lazer) para a compreensão das maneiras de sociabilização por parte da juventude no cenário complexo da cidade e das estruturas de classes, marcando assim uma mudança de paradigma no campo acadêmico a respeito da periferia:

Em geral, partiu-se da crítica a abordagens marxistas que reduziam as práticas sociais e a ação coletiva às condições objetivas materiais de existência ou às determinações macroestruturais – em última instância, às determinações da dinâmica de acumulação capitalista (Sader *et al*, 1984; Durham, 1984/ Sader, 1988). (Moya, 2011: 28-19)

As publicações da área passaram então a ter forte questionamento sobre o papel do jovem contemporâneo, com a preocupação voltada aos comportamentos e estilos adotados naquele período, que se chocavam com os valores emergentes, também tomando como foco o que se pode chamar de ampliação da concepção e das experiências da população jovem.

Na década de 1980 houve, nas grandes metrópoles brasileiras, a emergência de diversos estilos de grupos juvenis. A presença dos grupos nos espaços públicos urbanos chamou a atenção, principalmente por sua espetacularização estética.

Há pesquisadores buscando entender as culturas que estão se constituindo nas metrópoles, fortemente carregadas pela música que chega com os novos meios de comunicação, como o rock, o punk, o funk carioca, o pop-rock, etc., as novas formas de lazer destes grupos e a ocupação simbólica do espaço público.

Uma parte das análises está voltada à comparação entre gerações, para a qual os jovens dos anos 1980, principalmente, aparecem como *emblema* da crise (econômica, de valores, modelos, projeção, etc) que atravessava a sociedade, uma juventude carente de idealismo, revoltada contra o sistema – segundo a tradição da rebeldia tipicamente juvenil -, desviante, e traidora da própria essência da condição juvenil.

Em uma contraproposta à interpretação anterior, Abramo (1994) desloca o lugar do político das instituições consagradas, realocando-o nas expressões culturais juvenis, propondo, ademais, outro olhar sobre o sentido do político, não mais vinculado a grandes projetos, mas a intervenções e subversões sobre o que está dado e enraizado culturalmente. Para a pesquisadora, grupos como os punks e darks se produzem intencionalmente como emblema e aí está sua ação política e seu meio de participação ou inserção social:

Tais manifestações não devem ser vistas nem como fenômenos de consumismo, de descompromisso com as questões públicas e com o rumo dos acontecimentos sociais, nem, por outro lado, como movimentos de revolta ou de transformação social. A produção de *estilos* espetaculares por parte desses jovens envolve a crítica de questões relativas à sua condição e a seu tempo e significa também um esforço de expressão dessas elaborações no espaço público, esforço que implica em uma intenção de intervir nos acontecimentos. (*idem*, XV).

Assumindo a perspectiva do marxismo cultural inglês e com a bagagem dos estudos latino-americanos, há nos dias de hoje um grupo de pesquisadores do Brasil e América Latina que buscam interligar os estudos do bloco e compreender as conexões e diferenciações entre as culturas juvenis urbanas e rurais de seus países. Buscam as relações entre juventude, cultura e política nas ações cotidianas e nas formas de agrupamentos emergentes. É nesse espaço que a presente dissertação se insere academicamente.

Estas discussões trazidas pelos autores latino-americanos e brasileiros, influenciados pela concepção de cultura recolocada por Williams (fundamentada em Gramsci e Marx), integram a juventude à estrutura social e às forças políticas em jogo, trabalhando sobre a capacidade metabólica e agenciadora de tal conjuntura e sobre a possibilidade de expressá-la de maneiras diversas mediante seu ponto de vista.

1.2 Políticas públicas de juventude: paradoxos e paradigmas

A atenção do Estado em relação à constituição de políticas públicas para a juventude no Brasil é bastante recente. Não há, efetivamente, *um* ponto de partida ou *um* marco específico quando se trata do assunto. Poderiam ser consideradas algumas iniciativas do Estado que implicariam a juventude, sem contudo ser direcionada a ela, como por exemplo, o enfrentamento aos “rachas” de carros, praticados pelos jovens nos anos 1950, ou ainda a política educacional para o ensino superior nos anos 1960 – a qual, neste caso, sequer se caracterizava como ação voltada para a juventude, uma vez que o sujeito era o estudante e não o jovem. Muitas das ações do Estado nas décadas seguintes giravam em torno do controle sobre a juventude, considerada ameaçadora à ordem social.

Devido à multiplicidade de ações pontuais verificadas e que não se configuram em políticas públicas para a juventude, esta investigação toma como ponto de partida do exame das diferentes concepções sobre o conceito: a aprovação da Constituição Federal

seguida do Estatuto da Criança e do Adolescentes, documentos constitucionais que tratam e fundamentam uma política voltada à primeira fase da juventude, a adolescência.

Neste estudo, observaram-se importantes mudanças paradigmáticas que emergiram principalmente após 1980 e que coexistem até os dias atuais. Destacam-se quatro delas: a defesa do adolescente sujeito de direitos; a relação adolescência-juventude enquanto potencial delinquente ou marginal com problemas de integração social, considerada a “juventude-problema”; a visão dos jovens como população economicamente ativa e estratégica para o desenvolvimento do país, considerada a “juventude-solução”; e, finalmente, a concepção da juventude portadora de direitos e demandas que ultrapassam a perspectiva do trabalho e da educação.

O acúmulo destas perspectivas serviu de base para a distinção entre uma juventude considerada bem-sucedida no seu processo de inserção nas diferentes esferas sociais (como escola, família, lazer e com as condições básicas de sobrevivência garantidas) e aquela considerada excluída socialmente, em estado de vulnerabilidade e de alto potencial aos “desvios” e riscos sociais, da mesma forma que tal acúmulo tornou visíveis os paradoxos e dilemas enfrentados por essa população. Como será conferido a seguir, as respostas do Estado ao longo da história acompanham as mudanças de paradigmas da sociedade e o desenvolvimento, envolvimento e articulações de pesquisadores e movimentos sociais.

1.2.1. Proteção aos “menores de idade”

Durante toda a década de 1980 e pelo menos metade da de 1990, a tendência das políticas direcionadas aos adolescentes era a de resgatá-los da condição de vulnerabilidade e de risco considerado eminente, dado o crescente aumento do envolvimento de adolescentes com drogas, crime organizado, marginalidade e maus tratos. Estabelecia-se uma forte vinculação entre juventude pobre e violência.

Esse período foi perpassado pela reabertura política do país e pela luta de movimentos sociais que exigiam liberdade de expressão, um governo democrático e participativo, com maior controle social sobre as ações do Estado, e a emergência em resolver os problemas sociais mais latentes. Uma das prioridades políticas para a inserção do Brasil na nova sociedade global foi a busca pelo alinhamento aos padrões internacionais de direitos. Era necessário equacionar as pressões vindas dos organismos

externos (como ONU) e de forças políticas internas vindas principalmente destes movimentos que reivindicavam políticas de enfrentamento às desigualdades sociais resultantes, entre outras coisas, do crescimento da população urbana, da falta de cobertura do Estado no que tange às necessidades da população e da ação do capital sem algum tipo de controle.

Neste cenário de conquistas, pressões e dilemas é que a Constituição Federal de 1988 foi gestada, trazendo a criança e o adolescente como segmento populacional destacado e sujeito a cuidados especiais da tríade Estado, família e sociedade civil, adotando a perspectiva da proteção integral (trazida na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, em 1959, pela ONU)⁶. O processo de constituição de aparatos jurídicos para garantia de direitos sociais, juntamente com as discussões e pressões da sociedade civil organizada, forneceu as bases para a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

A situação vivenciada pelos adolescentes privados de liberdade durante a década de 1970 e parte da década de 1980, denunciada pelas organizações e movimentos de defesa dos direitos humanos e de atendimento aos “menores” (termo utilizado à época), associada à situação das crianças e adolescentes institucionalizados, sem contato ou retorno ao convívio familiar, desencadeou um movimento nacional com a finalidade de instituir uma lei que reconhecesse as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos – direito ao contraditório, direito ao convívio familiar e comunitário, direito a políticas públicas de saúde, educação, proteção social, direito ao reconhecimento de seu estado de sujeito em desenvolvimento, direito a uma privação de liberdade com dignidade e respeito, na perspectiva de reconstrução de suas relações sociais e familiares. Portanto, lutou-se pela adoção do conceito de medida socioeducativa, não mais submetendo a julgamento e sentenciando crianças e adolescentes pelo Código de Menores (vigente de 1927 a 1990), o qual expressava o pensamento criminalizador e punitivo da lei aplicada aos adultos.

Seguindo o padrão internacional, tais documentos definiram criança como sujeito de 0 a 12 anos incompletos e adolescente como sujeito de 12 anos a 18 anos incompletos. Não se tratou no ECA da juventude, mas do adolescente até os 18 anos. No período entre 0 e 18 anos, o indivíduo estaria em desenvolvimento de suas

⁶Artigo 227 da Constituição declara que a criança e o adolescente são prioridades máximas do Estado.

faculdades e, por isso, inimputável criminalmente e penalmente, ou seja, não é considerado apto a responder por seus atos e nem responsável por si próprio. Por esta razão, mediante o ato infracional (e não crime), é responsabilizado (e não criminalizado) por seus atos, de forma a cumprir medidas sócio-educativas (e não pena). Ao Estado cabe oferecer as condições objetivas para que as medidas de fato sejam socioeducativas. Nesta concepção, aos 18 anos o indivíduo conquistaria sua autonomia e condições necessárias para assumir plenamente seus atos e se responsabilizar por sua ação na sociedade⁷.

Nota-se, então, que o termo “juventude” não passava pela definição de faixa etária necessária para delimitar a ação legal do Estado e do Judiciário. Assim, fica claro que o conceito de juventude se metamorfoseou no conceito de adolescente (portanto, até os 18 anos) e no de jovem adulto. Tal direção foi seguida na implementação de políticas públicas até 2004, quando surgem as primeiras iniciativas de encontrar um lugar específico do jovem nas políticas públicas.

1.2.2. Juventude-problema no discurso da exclusão/inclusão social

Consonante à percepção da academia entre os anos 1980 e 90 (tema desenvolvido no subcapítulo anterior), a concepção predominante sobre adolescência e juventude nas políticas em geral refere-se à condição de transição para a vida adulta e de participação social delimitada nos espaços da família, escola e trabalho. Estabeleceram-se desta forma critérios e caracterizações da condição de inclusão e exclusão social.

É neste período que ganha força o trabalho desenvolvido pelas ONGs nas periferias das cidades, voltado principalmente às crianças e aos adolescentes pobres, com caráter preventivo, trazendo um discurso baseado no binômio exclusão-inclusão social. Diante da expansão da periferia, da agudização das desigualdades sociais, da violência praticada contra os jovens, da ausência do Estado na oferta de espaços e serviços públicos e, ainda, diante de todo o debate em torno do tema (adolescente e jovem), muitas ações foram propostas por movimentos populares, ONGs, partidos políticos e o próprio poder público a fim de “inserir” esses adolescentes na sociedade.

⁷ Nos últimos anos há uma forte campanha de determinados setores sociais para a diminuição da maioridade penal, com adesão de uma parcela importante da população incentivada, principalmente, pela divulgação, exploração e espetacularização de casos violentos praticados por ou com envolvimento de adolescentes.

Tais ações seguiam uma visão preventiva e reconciliadora, com princípios voltados à formação educacional e profissional, com o intuito de inseri-los no mercado de trabalho e oferecer-lhes outras perspectivas de vida. Um dos aspectos marcantes dessas perspectivas diz respeito à institucionalização da tutela destes jovens, tratando-os como seres em formação, possuidores de cuidados e direitos. Ao mesmo tempo, o referencial deste pensamento, para muitas organizações, era o próprio sistema de produção e reprodução capitalista, sob o princípio da “ordem e progresso”, sem qualquer crítica a tal da “necessidade de inserção”, ou debate sobre a prerrogativa da emancipação humana e os desejos individuais (as opções de cursos, por exemplo, eram populistas e atendiam à demanda do mercado).

O maior foco de preocupação era a garantia de trabalho após os 16 anos, particularmente entre os meninos, sendo propostas de caráter desenvolvimentista e que privilegiavam a ideia de sociedade produtiva, sob uma perspectiva adultocrática e classista, que suprime a diversidade de identidade e desejos dos jovens que se efetivam no presente. Assim, a atenção se centrou, sobre a imagem representada do jovem e não sobre o que ele apresenta, representa, quem ele é e o que quer.

Além disso, ao estabelecer critérios e caracterizações da condição de inclusão ou exclusão social, determinou-se, em consequência, um modelo de juventude “ideal” e outro de juventude “desviante”. Dentre os critérios que caracterizam este processo de exclusão social está a frequência no ensino regular e sua conclusão, bem como a entrada gradual e qualificada no mercado de trabalho, sem que estas atividades compitam entre si. No entanto, a prática nos dias de hoje tem mostrado uma tendência diferente, na qual de o jovem estuda enquanto procura emprego (qualquer emprego), tendo em muitos casos que deixar a escola para atender às necessidades econômicas familiares.

Embora muitas das ações desenvolvidas nessa área sejam reforçadoras de uma lógica hegemônica, há também trabalhos sérios na área. Há aqueles que defendam que este tipo de estratégia de inserção responde ao histórico processo de desqualificação das classes mais pobres e que, por isso, desenvolvem seus trabalhos com o intuito de qualificar o sujeito jovem para que possam participar, de forma mais equilibrada e consciente, da sociedade em geral. As atividades destas organizações colaborou também para o desenvolvimento de senso crítico entre os grupos atendidos, estimulando sua participação no bairro e na sociedade como um todo, e o entendimento a respeito dos seus direitos.

Para D’Andrea (2013), o rap, e talvez possa-se ampliar para outros estilos,

representou para muitos jovens da época uma alternativa de inserção social via cultura, questionando em muitas músicas o tipo de trabalho destinado ao jovem pobre e expondo a importância de outros canais e outras possibilidades de projetar suas vidas, para além daquelas pautadas pelo mercado de trabalho. A música produzida pelo rap também trouxe à luz a denúncia da violência praticada pela polícia contra a população periférica. Vale destacar que na década de 1990 a cidade de São Paulo – berço do hip hop brasileiro - foi governada por prefeitos de perfis políticos bastante conservadores. A Rota⁸ se tornou o ícone maior da gestão municipal de Paulo Maluf (1993 a 1997), seguido por Celso Pita (1997 a 2000) que deu continuidade a uma série de políticas discriminatórias, segregacionistas e higienistas, marcadas pela perseguição à juventude pobre e negra.

A desconfiança e o descrédito da população quanto ao Estado deu margem para que as ONGs se consolidassem ainda mais nas periferias, assim como a ausência do Estado deu margem para a instalação do crime organizado que, em muitos casos, geriam a “segurança” dos moradores e as regras de convivência nos locais em que atuavam. Foi também na virada do século que o termo “é nós por nós” se tornou comum entre os jovens, especialmente entre aqueles envolvidos com a cultura hip hop, traduzindo o sentimento de distanciamento, falta de representatividade e desconfiança cada vez maior com o poder público e instituições em geral.

Paradoxalmente, nesse mesmo período houve também o fortalecimento da imagem do jovem *teen* produzido pelo jornal Folha de São Paulo que representava os ideais da classe média e a caracterização do modelo de juventude ideal: aquela que não precisava estar empregada e poderia dedicar-se exclusivamente aos estudos, aquela que, ao final do colégio, poderia passar mais um tempo de formação entre cursinhos e intercâmbio até entrar na faculdade (Silva, 1999).

Cabe então questionar: de qual exclusão e inclusão o Estado e a sociedade falam quando se refere aos jovens? Quem está excluído e incluído? A juventude excluída é problema para o Estado que não oferece respostas eficazes para sua inclusão. Ao mesmo tempo, é o próprio Estado que produz a exclusão na medida em que realiza a mediação das relações que geram a desigualdade social. Como resposta, usa da força para coibir a ação do que considera “juventude-problema”.

⁸ ROTA, sigla para Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, modalidade de policiamento da tropa de choque com alta mobilidade e capacidade de patrulha. Há diversas denúncias contra a ROTA por abuso de poder, assassinatos, uso indiscriminado de violência, etc.

1.2.3. Rumo à Política Pública de Juventude

São conhecidas pelo menos duas perspectivas que orientam as políticas de juventude mais recentes. A primeira, desenvolvida anteriormente, diz respeito ao Estado produzindo políticas *para a* juventude, com base em demandas consideradas relevantes à preparação do jovem para a vida adulta segundo uma perspectiva de tutela e proteção. Os lugares comuns das ações de intervenção eram a escola, o trabalho, a família e os serviços da assistência social (como cumprimento de medidas socioeducativas, acolhimento institucional, serviços socioeducativos, etc.) - sendo a escola e o trabalho considerados “antídotos” para a última situação. A segunda perspectiva, compartilhando em muitos aspectos desta primeira vertente, diz respeito àquela que vê no jovem a mola do desenvolvimento do país. A passagem da noção do jovem-problema para o jovem-solução obedece a uma transformação na própria sociedade. Uma das razões apontadas para este ganho de peso político é o já aumento populacional desta categoria etária - cerca de 20% da população brasileira em 2001 (IBGE) -, com paralelo processo de desestruturação social motivado, principalmente, pela alta taxa de desemprego, pelo déficit educacional e crescimento da violência nos grandes centros urbanos. A juventude se tornou tema estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país, bem como para sua modernização cultural.

Foi na virada do século que houve uma maior esquematização de políticas voltadas à juventude. No âmbito federal, ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2001), existiram ao menos oito ações destinadas aos jovens⁹, voltadas principalmente à promoção de atividades culturais e esportivas no espaço escolar, ao financiamento estudantil, à assistência ao jovem trabalhador, a programas de proteção contra a exploração sexual e situações de violência, e ao atendimento ao jovem autor de ato infracional. Tratavam-se de iniciativas que não abarcavam a universalidade da população juvenil e nem suas necessidades mais amplas, pois privilegiavam principalmente os estudantes, trabalhadores e aqueles em situação de risco. Além disso, elas se encontravam espalhadas por diversos órgãos da administração e desarticuladas entre si, o que tornava difícil a organização político-institucional do tema e a adoção de uma direção política à questão.

A adoção de uma visão expandida sobre juventude que ultrapassaria a definição

⁹ Informação levantada pelo Projeto Jovens Urbanos da PUC/SP.

de adolescência é mais recente, com a “*descoberta* de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí” (Abramo *in* Comissão Extraordinária da Juventude, 2008: 39). As concepções de jovem hoje caminham para uma noção mais universal e diversificada, com vistas às suas necessidades e direitos, iniciando o debate sobre a relevância das subjetividades, do tempo livre e dos espaços de sociabilidade juvenis (expandindo este reconhecimento a todas as classes).

Como etapa do ciclo de vida, [a juventude] se alargou e comporta hoje múltiplas dimensões de vivência e experimentação, para além da formação para a vida adulta, adquirindo sentido em si mesma. Isso significa que a juventude deve ser considerada simultaneamente como um percurso para a inserção e emancipação social e como um tempo próprio para viver a vida juvenil. [...] São muitos os segmentos que hoje se fazem visíveis e presentes, através dos mais variados tipos de coletivos, organizações e movimentos, apresentando numa gama variada de demandas e cobrando participação e interferência na vida social, cultural e política do país. Foram esses atores, em grande medida, com suas vozes e mobilizações, que foram mostrando ao país a necessidade de assumir o tema da juventude de um modo mais complexo e atualizado. (Texto Base Nacional da 2ª Conferência Municipal de Cultura, 2011: 4-5)

Em 2004, o governo federal (Lula, 2002 a 2010) criou o Grupo Interministerial da Juventude, para levantar e analisar as políticas destinadas parcial ou exclusivamente aos jovens em diferentes ministérios. Como resultado desse trabalho, no ano seguinte houve o planejamento, a aprovação e a implantação de importantes programas para a estruturação das políticas para a juventude, como a Política Nacional da Juventude, em 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Consolidou-se então uma política de Estado, com iniciativas transformadas em leis e integradas em um órgão especializado como a Secretaria, com participação ativa dos jovens via Conselho (delegados eleitos em votação aberta) e Conferências.

O planejamento destes programas teve origem nos dados apresentados pelas pesquisas nacionais, que apontavam altos índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade, além da pressão dos movimentos sociais, exigindo respostas do governo frente aos problemas enfrentados pela população juvenil. Necessário dizer que a origem do presidente eleito nestas duas gestões era de um partido com forte base nos movimentos sociais e sindicais e, em consequência, vinculado aos debates e às pesquisas realizadas por institutos que traziam uma leitura crítica acerca da juventude e

da sociedade.

A ampliação desse olhar introduziu outros referenciais para se pensar políticas públicas, ultrapassando as tradicionais categorias como educação, trabalho, saúde e segurança pública. Gradualmente, a ideia de inserção social foi alargada também para pensar o direito à cultura, à cidade e à participação, como pode ser conferido em texto elaborado pela SNJ em 2011:

As políticas públicas, neste contexto, devem buscar a estruturação de mecanismos de suporte adequados para que os jovens possam desenvolver sua formação, processar suas buscas, construir seus projetos e percursos de inserção na vida social. Para dar conta da multiplicidade dessa vivência e desses processos, são necessárias ações das diferentes áreas de execução: educação trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte, etc. Referem-se, portanto, a políticas universais, com enfoque adequado às especificidades dessa fase da vida. (Texto Base Nacional da 2ª Conferencia Municipal de Cultura, 2011: 4)

No bloco latino-americano, o Brasil foi o último país a elaborar uma política nacional para a juventude, sendo 25 anos depois da aprovação da Constituição Federal e 23 anos da aprovação do ECA.

Seguindo cronologicamente a formulação de iniciativas na esfera federal, foram ainda desenvolvidas: a Publicação do Guia de Política de Juventude (2006); 1ª Conferência Nacional da Juventude e do Pacto pela Juventude – firmado entre sociedade civil, gestores públicos e candidatos às eleições (2008); 1ª Conferência Livre Nacional de Comunicação e Juventude, do 1º Seminário Nacional Políticas Públicas de Povos e Comunidades Tradicionais e Juventude e do Seminário Políticas Públicas de Juventude: a favor da vida, contra o genocídio da juventude negra (2009); 2ª Conferencia Nacional de Juventude (2011) e aprovação do Estatuto da Juventude (2013).

1.2.4. Jovens paulistanos reivindicam a fala

No âmbito municipal, nos anos 2000, São Paulo já registrava 20% de sua população entre 15 e 24 anos de idade, além de contar com a presença de alguns movimentos e grupos juvenis se organizando e defendendo a qualidade de vida dos jovens (Mapa da Juventude, 2003). No ano 2000, a candidata do Partido dos Trabalhadores, Marta Suplicy (2000 a 2004), foi eleita prefeita e introduziu alguns canais de diálogo com os munícipes, como, por exemplo, as reuniões descentralizadas

do Orçamento Participativo¹⁰ – espaço popular de discussão sobre orçamento e políticas públicas locais -, conferências e fóruns populares, com participação de diferentes segmentos sociais. Esse período foi considerado como a “onda jovem” na prefeitura de São Paulo (Comissão da Juventude, 2001).

No primeiro semestre de mandato, o executivo criou a Coordenadoria Especial da Juventude, sediada na Secretaria Municipal de Participação e Parceria, cujo objetivo seria elaborar, coordenar e executar políticas públicas para juventude. No intuito de tornar a coordenadoria conhecida, o foco se deu sobre eventos, como a Semana Jovem, que reuniu mais de 500 mil pessoas em 110 atividades distribuídas em 50 distritos da cidade - estratégia alvo de crítica por alguns movimentos juvenis. Outras ações foram a publicação do Guia de Políticas e Programas Públicos para Juventude e a realização do 1º Fórum Jovem de São Paulo (ambos em 2003), encontros sistemáticos entre coordenadoria, grupos e entidades juvenis, com o objetivo de “discutir e formular diretrizes para a elaboração de políticas públicas pela Prefeitura de São Paulo, diagnosticar necessidades e demandas dos jovens, discutir programas já existentes e criar espaço de articulação e interlocução dos grupos juvenis com o Poder Público” (Coordenadoria da Juventude, 2003: 04). Nas discussões do Fórum havia a indicação da construção do 1º Mapa da Juventude, publicado no mesmo ano, “identificando diferentes estilos ou tribos da sociedade paulistana, articulando um amplo leque de ONGs, de empresas patrocinadoras, produtores culturais e artistas” (Texto Base Municipal da 2ª Conferência Municipal de Cultura, 2011). Nesse momento também foi criado o cargo “assessor de juventude” para trabalhar nas subprefeituras da capital, com o objetivo de “levar à Coordenadoria Especial da Juventude as características juvenis locais e suas reivindicações. São, desta maneira, um canal de comunicação entre Prefeitura e os grupos jovens da cidade” (Coordenadoria da Juventude, 2003: 07).

Anos depois, já na gestão de Gilberto Kassab (2006-2013), foi instituído o 1º Conselho Municipal da Juventude (lei de 2008), órgão de representação da população jovem, vinculado à Coordenadoria da Juventude, de caráter consultivo e fiscalizador, é o responsável por convocar a Conferência Municipal da Juventude (que ocorre a cada dois anos).

A votação do projeto de lei que criou o Conselho foi pressionada pelo Grupo de Trabalho de Juventude do Movimento Nossa São Paulo. Ao contrário da experiência do Fórum Jovem mencionada acima, a eleição desta primeira gestão do

¹⁰ Extinto nas gestões dos prefeitos posteriores.

Conselho não contou com a participação de muitos grupos jovens, nem como candidatos, nem como votantes. O número de eleitores foi inferior a 1000; o que é de se estranhar muito em um universo de mais de três milhões de jovens. Durante o processo eleitoral não ocorreu nenhum debate organizado pela prefeitura entre os candidatos da sociedade civil, e o único encontro que ocorreu, na Câmara Municipal, foi organizado pelo próprio GT de Juventude do Movimento Nossa São Paulo. (Almeida, 2009: 92)

Percebe-se, assim, que a participação política ainda era uma dimensão pouco amadurecida neste cenário. Em outro contexto, a 2ª Conferência Municipal de Juventude, realizada em 2011, demonstrou que parte expressiva dos jovens parecia ter sido “convocada” pelo governo municipal e entidades relacionadas, com a finalidade exclusiva de garantir quórum. Foi observada a falta de participação e interesse destes jovens e a ausência, durante as atividades, dos gestores públicos.

Hoje, o espaço de participação pode ser considerado amplo, por isso, as relações são mais complexas e a importância e o papel das instituições é redefinido e reorganizado. A participação, seja na conferência ou no conselho, ainda não é uma prática. Mesmo com avanços, o envolvimento dos jovens ainda é um desafio, muito em função do descrédito da sociedade civil em relação às instituições públicas e dos políticos, como também por conta do mito da apatia juvenil que prevalece no senso comum.

Estreando o processo de vocalização e escuta da população jovem, em 2001, foi instalada na Câmara Municipal de São Paulo a Comissão Extraordinária da Juventude. Seu objetivo era aproximar o Executivo e o Legislativo aos jovens e às questões da juventude paulistana, estimulando a participação por intermédio de debates sobre projetos de lei, formulação de propostas e fiscalização de programas ligados à juventude. Tratava-se de uma experiência inédita no Brasil, com a primeira comissão instalada no Legislativo dedicada exclusivamente à questão da juventude. Seu maior desafio foi restaurar a confiança em relação à instituição política e pensar metodologias para promover o diálogo, tendo em vista a busca do protagonismo juvenil. Uma das primeiras medidas adotadas foi a realização de encontros, tanto no espaço da Câmara quanto nos locais que os próprios grupos de jovens frequentavam, principalmente aqueles das regiões periféricas da cidade, abordando temas como cidadania, violência, cultura, acesso à educação, drogas e trabalho.

Notou-se que, apesar de viverem em uma cidade com ampla rede de espaços de lazer e programação cultural, oportunidades de trabalho, educação e alta cobertura da

infraestrutura urbana, uma parcela significativa dos jovens paulistanos não tinha acesso a esses benefícios, principalmente dentre aqueles de classes populares: “circular pela cidade é caro, problemático e perigoso, a oferta de emprego é cada vez menor e o acesso à cultura é dificultado por restrições de ordem econômica.” (Comissão Extraordinária Permanente da Juventude, 2001: 07)¹¹.

Cultura tem sido uma área comumente vista como secundária no debate das políticas públicas, ganhando maior visibilidade quando relacionada à educação, ou como meio para atrair a atenção dos jovens. A dimensão cultural da diversão e do prazer estético é por vezes desprezada, tida como supérflua. Nesses debates e encontros promovidos pela Comissão, revelou-se a importância das subjetividades e do lazer para os jovens: “A importância deste tema [cultura e lazer] para os jovens também pode ser percebida na medida em que aparece como item central na própria definição do que é ser jovem” (Abramo *in* Comissão Extraordinária Permanente de Juventude, 2001: 59). Ao final, descobriram que o acesso demandado não era apenas no sentido do consumo, mas também o da criação e participação. Os jovens queriam produzir cultura valendo-se da própria vivência, porém, o que lhes faltava era o reconhecimento e valorização das suas potencialidades, o estímulo à formação e acesso aos meios de produção.

Para além da imagem transmitida pela mídia, os vereadores perceberam uma juventude mais diversificada e complexa, ativa e preocupada com as questões do presente, assim como demonstra relato do vereador Nabil Bonduki (presidente da Comissão):

Aprender. Logo percebi que tinha muito a aprender sobre a juventude no Brasil do século XXI. [...] Aos poucos fui notando que minha noção de juventude estava defasada e distorcida; baseava-se na idéia de que juventude fosse um momento de transição centrada na preparação para a vida futura, por isto muito ligada à formação escolar para garantir uma adequada inserção na vida social e adulta. [...]

¹¹ Pesquisa publicada pela Fundação Perseu Abramo em 2000 (“Juventude: Cultura e Cidadania”. Revista Teoria e Debate, n. 45, jul/ ago/ set 2000), aponta que “87% dos jovens nunca foram a concertos de música clássica, 54% nunca foram a um museu de arte, 42% nunca foram a uma biblioteca e 46% nunca foram ao teatro. Mesmo no caso do cinema, a frequência é muito baixa: se cai para 15% o montante de jovens que nunca foi ao cinema, não chega a 25% o número de jovens que foi ao cinema pelo menos uma vez no espaço de um mês, enquanto 30%, embora já tenham ido alguma vez ao cinema, não o fizeram no espaço do último ano.[...] Ressalta aqui a dificuldade de acesso pelo custo da diversão e da fruição cultural, tanto o preço dos produtos como dos meios para chegar aos equipamentos. Pois outro elemento que dificulta o acesso é a carência de equipamentos e a distribuição desigual pelas regiões da cidade: a concentração nas regiões centrais tanto dos equipamentos público como dos privados faz com que regiões inteiras da periferia da cidade não contem com sequer nenhum equipamento cultural”(Abramo, em Relatório, 2001: 59)

Não foi ‘essa juventude’ que encontramos nas sessões da Comissão e nas visitas aos grupos na periferia em 2001. [...] Hoje os jovens das classes populares estão lutando pelos seus direitos e buscando se organizar em movimentos e associações para poder viver a juventude como uma condição básica para a cidadania. (*ibidem*: 10)

Com o amadurecimento da discussão, em 2003 foi apresentado por este mesmo vereador o projeto de lei que criava o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais - VAI (lei nº 13.540), prevendo apoio financeiro às ações dos grupos culturais de jovens que atuavam nas áreas periféricas da cidade. Considerado audacioso, o programa representou avanço significativo no que diz respeito ao planejamento e implantação de políticas públicas para juventude, contrapondo-se ao estereótipo do jovem irresponsável e desinteressado. A visão preponderante na elaboração do VAI foi o reconhecimento dos jovens como “sujeitos produtores de ações significativas para si e para a cidade, e na sua expressão cultural, como direito que cabe ao poder público apoiar” (VAI 5 Anos, 2008: 15). O programa foi aprovado no mesmo ano e implantado na Secretaria Municipal de Cultura em 2004.

Pensado para garantir o apoio dos grupos juvenis, que têm como característica principal a não constituição jurídica, o VAI confia o crédito do subsídio diretamente na conta corrente de um dos integrantes do grupo. Pautado sobre a reflexão da cultura enquanto direito, o programa não privilegia um campo ou outro das artes e nem os formatos das propostas. Com isso, tem sido possível identificar uma alta diversidade nas linguagens artísticas abrangidas pelas ações apoiadas, dentre elas: dança, teatro, sarau, música, circo, artes visuais, audiovisual, manifestações da cultura popular brasileira e africana (como capoeira, jongo, maracatu, contação de história, cordel e xilogravura), cultura hip hop, artesanato, publicação de livros, revistas, jornais, histórias em quadrinhos e fanzines, montagem de bibliotecas e videotecas, rádios, web TV, entre outros. As temáticas também costumam variar bastante, sendo as mais usuais: meio ambiente, cidadania, cultura periférica, indígena, questões relacionadas à condição do negro e de gênero, educação, sustentabilidade, etc..

Com o fomento muitos grupos se fortaleceram e formaram diversas redes culturais, estimulando também a criação de novos coletivos e agentes culturais, ganhando visibilidade e reconhecimento de outras instituições.

Importante destacar nesta sequência de ações a dupla demanda suprida: a primeira foi o reconhecimento e o atendimento à necessidade de participação de grupos de jovens organizados, e a segunda foi o uso pela Prefeitura de São Paulo deste

canal de diálogo com a população para restaurar sua legitimidade e credibilidade junto à sociedade civil. Foi também nesse processo de aproximação que vieram à superfície demandas de extrema importância à constituição de uma experiência juvenil, mas que, aos olhos institucionais escapavam enquanto direito a ser garantido.

1.2.5. Estatuto da Juventude

O ano de 2010 foi marcado por algumas importantes conquistas, sendo que entre elas a mais importante provavelmente tenha sido a aprovação de Emenda Constitucional que incluiu o jovem como portador de direitos especiais, juntamente com as crianças, os adolescentes e os idosos, tornou assegurado, agora pela Constituição Federal: a prioridade na defesa dos direitos básicos à vida, com corresponsabilidade entre Estado, sociedade e família; a exigência de uma rede de assistência à saúde especializada e proteção ao jovem com deficiência mental, sensorial ou física; a garantia de acesso à escola por parte do jovem trabalhador; a assistência ao jovem dependente de entorpecentes; e, por fim, a elaboração de um Estatuto da Juventude.

A primeira redação do texto do Estatuto foi elaborada em 2004 e levada posteriormente para discussões e alinhamentos referentes a definições conceituais, estruturação e planejamento de programas e direitos. Sancionado pela Presidente Dilma Rousseff (2010 até hoje), em 2013, junto com o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), o documento regula os direitos assegurados às pessoas com idades entre 15 e 29 anos (aqueles entre 15 e 18 anos estarão assegurados tanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto pelo Estatuto da Juventude), reafirmando a titulação do jovem enquanto sujeito de direitos, regido pelos princípios da:

(...) promoção da autonomia e emancipação dos jovens; valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. (Lei 12.852/2013).

Uma das diretrizes voltadas aos gestores de políticas para a juventude se refere à responsabilidade de incentivar a participação dos jovens no processo de elaboração e

implantação das ações, instaurando uma perspectiva de fazer política *com* o jovem, e não para ele ou a partir dele. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais; II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto. (idem)

As áreas de direito privilegiadas pelo Estatuto são: educação; profissionalização, trabalho e renda; diversidade e igualdade (étnica, racial, sexual, deficiência e condição social); saúde; cultura; comunicação e liberdade de expressão (inclui-se aqui o dever do Estado e incluir digitalmente todos os jovens); desporto e lazer; direito ao território e à mobilidade, à sustentabilidade e ao meio ambiente; segurança e acesso à justiça.

Trata-se da busca pela garantia dos direitos universais prescritos pela Constituição, mas com acentuações em assuntos relevantes para a juventude. Diferentemente do Estatuto da Criança e do Adolescente, voltado principalmente à proteção, o Estatuto da Juventude tem uma preocupação muito maior com a criação de condições para o desenvolvimento integral dos jovens, garantindo meios para sua sobrevivência digna e inclusão social plena, preservando sua autonomia e identidade. Apesar disso, o que era noticiado pela imprensa era a possibilidade ou não de garantia de ingressos para a Copa do Mundo de 2014 por parte dos estudantes, que, segundo o artigo 23º:

É assegurado aos jovens de até 29 (vinte e nove) anos pertencentes a famílias de baixa renda e aos estudantes, na forma do regulamento, o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso cobrado do público em geral. (Lei 12.852/2013).

Observa-se um novo perfil de política pública, focada tanto na emancipação humana quanto na compensação por deficiências estruturais promovidas pelas desigualdades sociais, propondo a ampliação dos direitos a todos aqueles considerados jovens, abarcando a diversidade das condições de vida dos jovens, segundo suas orientações sexuais, identitárias, trajetórias sociais, defesa pela liberdade de expressão, etc..

Sabe-se, pela simples conferência histórica, que a questão da participação ainda é deficiente e desafiadora perante a máquina pública e a própria prática política da representatividade, reduzida e simplificada nos moldes atuais.

1.3 Os jovens falam de si e dos outros

Eu vejo na TV que o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério. Deixa ele viver! (Trecho da Música “Não é sério” da banda Charlie Brown Jr, citado em entrevista).

Para delimitar o público a ser atendido, o Estado precisou definir quem é considerado jovem, definição esta que, como visto anteriormente, foi concebida pela categoria etária. Como também abordado em subcapítulo anterior, a organização social por grupos etários varia de acordo com as estruturas e relações sociais de cada sociedade. Como exemplo disto vemos, dentre os países latino-americanos que passam por contextos políticos e estruturais aproximados, certa regularidade sobre quando começa ou termina a juventude: na Argentina e no Uruguai considera-se jovem todo aquele entre 14 e 29 anos, na Bolívia, em consonância com a ONU, 15 a 24 anos, enquanto no Brasil, Chile e Uruguai, 15 a 29 anos.

Há discussões em torno de uma tendência ao prolongamento cada vez maior da categoria jovem. Para realizar uma leitura deste fenômeno é importante ter em mente que se trata de situação complexa, haja vista que se vive um momento histórico no qual as demais categorias, como criança, adulto e idoso, estão em tensão constante no sentido de autodefinição. A juventude não define a si própria de maneira isolada, uma vez que está inserida em contexto amplo e estrutural e, além disso, internamente, é uma faixa-etária que compreende um período longo de anos, havendo grande variedade de características abrangidas sob um mesmo termo. Quanto maior a faixa, maior também será a heterogeneidade das experiências e das exigências, inserção em esferas diferentes da vida, etc.

A respeito da complexidade, Morin (2006: 14) esclarecerá que ela existe “quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes”. Este destaque é relevante quando se busca compreender um grupo social fundado

principalmente na idade, fazendo-se necessário verificar o todo, as determinações sociais e culturais que configuram esta categorização, a influência de aspectos biológicos e comportamentais, as representações e expectativas construídas em torno do grupo e seu status na relação social mais ampla.

Tal complexidade também é sentida nas narrativas investigadas, nas quais há questionamentos sobre a busca pela unidade da juventude, reconhecendo que há heterogeneidade de jovens dentro de uma mesma faixa etária, com diferenciações por classe social, etnia, gênero, religião, local de moradia, contexto político e cultural, grau de responsabilidades e demandas sociais, estabelecimento de relações afetivas mais amplas ou restritivas, constituição de sensibilidades diversas, etc.. Em uma matéria publicada na revista independente intitulada “Revista Pâncreas”, do grupo Tiro no Pé, discute-se sobre a indicação de idades nos filmes e livros, refletindo sobre a relação entre idade e experiência de vida na elaboração de diferentes subjetividades:

Pessoas da mesma idade, nem sempre, aliás, quase nunca apresentam a mesma ‘idade mental’. Sugiro então que haja uma marca de acordo com a idade maturacional da pessoa [...], mensurando o nível de experiências que cada um vivenciou, o jeito que cada um enfrenta a vida ou diversas outras maneiras. (Bruna Saraiva de Melo. Revista Pâncreas, nº 02, 2010)

Juventude então pode ser caracterizada aqui como um grupo social de idades aproximadas que compartilham, em decorrência disso, a mesma representação social e passam por questões semelhantes. (divisão social por idade e sexo)

Nas impressões descritas sobre o que caracteriza a juventude, foi comum a sua relação com um desejo de experimentar e questionar, com uma vontade de mudanças que só poderia ser possível sem o acúmulo de bagagem característica aos adultos, composta por questões que exigiriam maior responsabilidade e compromisso, e uma estabilidade necessária para poder consolidar uma trajetória de vida. Fala-se em uma visão de mundo mais flexível a mudanças e novidades e mais ousada, bem como uma fase em que é possível dedicar-se mais aos projetos próprios.

Como tudo, [a juventude] tem os dois lados. Ser jovem artista mostra uma inovação, possibilidade de mudança, mas ao mesmo tempo ingenuidade. E os não jovens podem insistir em ideias que já fizeram e não deram certo, coisa que o jovem não está tão preocupado, e o bom [é] que já são mais maduros. (R5)

Há quem fale em uma fase social da vida desprovida de responsabilidades e pressões. Vê-se então dois desdobramentos do mesmo discurso: de um lado, o de que a

juventude estará isenta de uma série de tarefas e preocupações próprias de um estágio posterior da vida e, por isso, tenderia a uma condição de maior liberdade de expressão e um leque mais amplo de possibilidades; e de outro lado, pelo mesmo motivo, poderia haver o descrédito e a infantilização de algumas das atitudes e pensamentos protagonizados pelos jovens, como nos relatos que seguem:

‘Ah, vocês pensam assim porque são jovens, quero ver quando ficar na minha idade’. (R4)

Além da sua família não te levar a sério, a ‘classe artística’ e o poder público também não te levam a sério, porque você não tem formação suficiente, experiência suficiente, sua arte é inferior quando não é folclore. (R6)

A sociedade como conhecemos hoje estabelece que o lugar da afetividade, da sensibilidade infantil e lúdica, da aptidão para aprendizados, do imperativo do imaginário, da subjetividade e das utopias, encontra-se na criança e no jovem, determinando em consequência, que o lugar da racionalidade, da objetividade, das certezas, da busca pela consolidação e estabilidade, está no adulto (Morin, 1979). Com o aumento da expectativa de vida há o prolongamento deste período juvenil e o atropelamento na prática dessas dimensões, constituindo múltiplas temporalidade e formas de ser jovem e adulto. A juventude representa, para muitos, energia e vitalidade, contrapondo-se a ideia de doença, envelhecimento e morte. Com o citado aumento da expectativa de vida a participação nesta imagem também se amplia para outros grupos de idade, que continuam a carregar características atribuídas ao jovem. Sobre essa sensação de “crise das idades”, Borelli (2008) trabalha com o termo *adulescência* cunhado por Calligaris que quer dizer “pessoas imbuídas de cultura jovem, mas com idade suficiente para não o serem” (pp. 68).

A presença do debate sobre a cultura juvenil e a *adulescência* pode ser conferida também nas entrevistas, nas quais há o entendimento da juventude enquanto condição passageira, ainda que nos dias atuais reconheça-se o prolongamento desta experiência.

A questão etária não é aleatória, ela realmente acompanha esse momento do ser humano e talvez hoje, numa nova condição de enfrentamento social, eu, pessoalmente, precise entender que Jovem não fará mais parte de mim enquanto condição, mas que poderá fazer parte em outros aspectos como a vontade de mudança, o desejo em experimentar e sobretudo de questionar. (R2)

Diante da crescente des-ordem cultural (Martín-Barbero, 2001b), que hoje pode ser constatada principalmente pelo rápido ritmo das transformações tecnológicas e

comunicacionais e suas implicações no processo de percepção e aprendizado, e pelas múltiplas informalidades estruturais, o jovem é colocado como o protagonista cultural destes tempos. A des-ordem também pode ser verificada nos novos arranjos familiares que marcam, em muitos dos casos, um retrocesso no que diz respeito à autonomia do sujeito quanto à família de origem. Trata-se de uma questão estrutural: por conta da instabilidade financeira decorrente de um mercado de trabalho cada vez mais informal e precário, pelo alto custo de vida – principalmente no que concerne à casa própria –, presença de um dos avós ou mãe/pai viúvos e dos divórcios cada vez mais frequentes, muitas famílias dependem da rede de apoio mútuo formada pelos seus integrantes. Todo este cenário se contrapõe às demarcações que estabelecem o início da vida adulta, como casar, ter filhos, uma carreira de trabalho estável, ser responsável pelos seus gastos, entre outras características.

Interessante notar que entre as principais preocupações registradas pelos entrevistados, a família está em primeiro lugar, seja no sentido de sustentar a já existente, seja no de criar uma; seguida da busca pela casa própria; da necessidade de trabalhar naquilo que gosta; continuar desenvolvendo ações culturais; investir na qualificação e estudos; defender uma política (seja ela macro, micro ou política enquanto princípio moral); buscar maior qualidade de vida, com a valorização do tempo livre, o descanso, o ócio e o convívio social, viajar e “viver dignamente”. Esta relação demonstra que há preocupações e responsabilidades, mas em graus variados e uma exigência temporal diferenciada, variando entre exigência pessoal e pressão social.

Em fala sobre suas principais preocupações, um dos entrevistados respondeu referir-se ao desejo de “garantir que as escolhas que fiz foram as mais corretas” (R3). A percepção de condição passageira não diminui a relevância deste período para a construção de projetos de vida no momento presente.

O que parece ser comum a todos os relatos é a importância do reconhecimento social, da autoafirmação diante da família, da escola, do Estado, da sociedade em geral. Para os jovens vindos de famílias com baixa renda, os caminhos mais comuns para esse reconhecimento é por meio do trabalho (a idade que a maioria dos entrevistados começou a trabalhar foi entre 15 e 17 anos), seja ele em que área for (inclusive na produção cultural, desde que “não incomode os mais velhos” e que garanta autonomia financeira). Por meio das ações artístico-culturais, particularmente quando tem incentivo de alguma instituição legitimada, como o Estado, os jovens conseguiriam aliar o trabalho ao lazer, instâncias importantes para a construção de sociabilidades,

reconhecimentos, troca de valores e referências e elaboração de identidades coletivas.

O lazer e o prazer aparecem, para os jovens, como condição básica para sua existência, sendo a continuação da ludicidade infantil com a consciência vinda da experiência de vida de cada um. Ao colocarem o tempo livre e as diferentes formas de lazer como uma das prioridades da sua vida, estabelecem outra relação (de resistência ou questionamento) sobre o que seria o adulto esperado pela sociedade. O trabalho na área cultural marca uma busca pela conciliação (ou não cisão) entre esta perspectiva de vida e a necessidade de renda para manter a si e a sua família. O grande dilema é a estabilidade financeira quando o mercado de trabalho nesta área é restrito, informal e de ofertas pontuais.

Uma das pautas de maior relevância no Manifesto Policêntrico da Rede Livre Leste é a falta de reconhecimento do Estado e da sociedade sobre o trabalho realizado pelos jovens artistas. As políticas culturais voltadas aos jovens e aos grupos juvenis são direcionadas à iniciação artística, deixando um vácuo quando este período de formação termina, não restando perspectivas. Vincula-se a isso a imagem do adulto racional e objetivo, em busca de estabilidades. A arte e a cultura são vistas como instâncias supérfluas, não rentáveis e vinculadas ao universo infantil, juvenil ou voltadas estritamente aos finais de semana como momento de descanso e erudição. Alinha-se a esta perspectiva também a noção de juventude como momento de transição, como se os projetos ali iniciados não pudessem ter uma vida útil prolongada ou estendida.

Como grupos jovens, surgidos diretamente de políticas públicas desenvolvidas na periferia, como o Núcleo Vocacional e Programa VAI, questionamos: o não reconhecimento dos artistas jovens enquanto produtores de cultura; a falta de uma política de desenvolvimento e fomento cultural a longo prazo voltada aos jovens, que contemple as quatro esferas fundamentais em um trabalho artístico: formação, produção, difusão e pesquisa; a mercantilização da cultura por parte das políticas de isenção fiscal, que ao entregar a tarefa de fomentar as artes às logics do mercado dificulta ainda mais o acesso aos recursos por parte das iniciativas jovens; [...] o preconceito com relação aos méritos artísticos dos projetos socioculturais realizados em comunidade, tidos frequentemente como assistencialistas e rotulados como esteticamente inferiores; a dificuldade de firmar parcerias para obtenção de espaços físicos/sedes em longo prazo, para o desenvolvimento de projetos agravados pelo preconceito em relação ao jovem considerado despreparado, incapacitado, irresponsável, etc. (Manifesto Policêntrico da Rede Livre Leste, 2010).

Vemos na periferia de São Paulo muitos jovens que estão em processo formativo nas entidades sociais e comunitárias com o foco cultural, isso vem causando grandes mudanças nas relações humanas e novas perspectivas de vida. Porém, esses jovens têm grandes dificuldades em conseguir trabalho e ou gerar renda através do conhecimento adquirido (Carta dos Coletivos Culturais, 16 de março de 2011)

Pela dificuldade de conseguir emprego qualificado e pela preferência em passar um tempo na rua, é comum os jovens moradores de regiões periféricas serem rotulados de marginais e maloqueiros. O tempo livre é altamente discriminado nesta sociedade baseada no princípio do trabalho e na imagem do trabalhador como sujeito honesto. Todo aquele que vive à margem desta representação, está posicionado em uma zona de risco para a sociedade. Aos olhos da segurança pública (e privada também, claro, porque ambas são reflexos da visão de mundo da sociedade), a soma de jovem, negro, pobre circulando na rua é motivo suficiente para uma “revista”, condensando todos os preconceitos históricos e não superados dessa sociedade.

Nos textos manifestos foi comum a relação da violência de um Estado genocida com a juventude pobre. Dado apresentado no Manifesto Frente Três de Fevereiro diz que “91% dos jovens negros já foram abordados pela polícia – Datafolha 2004”, revelando um corte etário-racial da política de segurança pública do estado: a faixa etária em que ocorre a maior parte dos homicídios é entre 14 e 16 anos de idade (Mapa da Violência, 2005). Trata-se de um grupo alvo das políticas públicas de seguridade e controle social. O relato a seguir apresenta o histórico rastro dessa violência contra a juventude periférica na cidade:

Ora, responsável por alguns dos piores momentos da história da segurança pública no Brasil, como o Massacre do Carandiru, a polícia militar paulistana tem mantido a incrível média de 508 mortes *oficiais* por ano. Em 2006 foi agente de uma resposta violenta contra as periferias, quando houve várias denúncias de execução sumária, motivando a criação das Mães de Maio, formada por familiares de jovens pobres assassinados por policiais. Em 2012 mais uma nova onda de mortes levaram o então Delegado Geral da Polícia Civil, Marcos Carneiro de Lima, a reconhecer a possibilidade da existência de grupos de extermínio na polícia [...]. Quando, no ano passado, a Operação Saturação da PM ocupou a favela de Paraisópolis, várias situações de abuso foram denunciadas pelos moradores e associações. Uma adolescente de 17 anos foi atingida no olho por uma bala de borracha e perdeu a visão. No início de 2013 foi a região do Campo Limpo que sofreu os horrores da violência policial. Ali, um grupo de PMs, conhecidos dos moradores do bairro, foi responsável por uma chacina de 8 pessoas em janeiro. [...] Uma polícia altamente letal, que conta com o funcionamento de grupos de extermínio no seu interior, que vai às periferias disposta a executar jovens pobres, sobretudo negros, sem a possibilidade de denúncia. (Carta dos movimentos sociais participantes do GT Juventude Rede Nossa São Paulo encaminhada ao Conselho da Cidade e ao Prefeito Haddad em dezembro de 2013).

Por essas e outras histórias, como escândalos de corrupção, a política e o Estado são vistos com extrema desconfiança entre os jovens. A falta de credibilidade da instituição é causada principalmente pela distância e pelos obstáculos colocados à participação e ao controle social como um todo – como relato anterior quanto à

participação da juventude na Conferência Municipal de Cultura em 2011 ou no processo de aproximação dos vereadores constituintes da Comissão da Juventude em 2001¹². O que se viu nos documentos levantados foi a exigência de criação de espaços de participação popular, não só para consulta, mas também para controle e decisão.

Já não é mais aceitável que os jovens, que têm forte representação na sociedade, fiquem limitados a atuar em planos secundários, ou que sejam simplesmente ignorados nos programas e projetos administrativos de seus municípios, e do país como um todo. (Luana Pequeno. “A hora e a vez dos jovens: política na periferia”. Revista Pâncreas, nº 01. Grupo Tiro no pé. 2010)

Assim propomos: participação dos jovens nas comissões de avaliação de projetos, enquanto representatividade. (Manifesto da Rede Livre Leste, 2010)

Contrariando o senso comum, foi verificada na leitura dos projetos elaborados pelos grupos e encaminhados ao Programa VAI (2010), uma visão corrente sobre a sociedade na qual estão inseridos: há a ideia de uma sociedade apática, política e culturalmente. Há uma grande expectativa de respostas aos estímulos oferecidos pelas ações dos coletivos, uma espécie de provocação para que a sociedade “acorde”, participe e interaja com as atividades propostas.

No “Informativo CICAS”, em tom agressivo e apocalíptico, um dos textos aponta para o mal que está presente na sociedade e de como, pelo desenvolvimento da mesma, estamos todos condenados: “O mundo vai acabar..., pelo menos o mundo que conhecemos. [...] O mal deve ser combatido e não ignorado [...]. E a única forma que vejo para contribuir com a cura, é vivendo eu mesmo de forma distinta de todo o egoísmo e violência que me cerca”. A mesma percepção da sociedade também foi relatada por um dos entrevistados sobre “ser jovem à beira de um precipício social, econômico e cultural” (R2).

Conclui-se que o lugar da mudança está, em um primeiro plano, no indivíduo e em seu nível de conscientização e comprometimento social, e não nas instituições, nem no Estado e nem nas pessoas em “estado comum”. A perspectiva de mudança está no indivíduo crítico, caracterizando uma noção de juventude propositiva, capaz de mudar, propor alternativas à sociedade.

Diante da possibilidade de reprodução de um *status quo*, há a manifestação de descontentamento e a vontade de reconfigurar o projeto de vida dado. É principalmente no tempo livre e nas atividades coletivas que esta crítica e prática de convivência será

¹² Conteúdo a ser aprofundado no capítulo 3.

elaborada, e é na confrontação diária que ela se afirma e confirma.

A responsabilidade que o jovem engajado põe a si, então, é a de transformar a sociedade local por meio da integração e interação com outros jovens ou crianças, promovendo uma melhora na qualidade de vida e no grau de conscientização destas pessoas. Conscientemente ou não, acabam por modelar uma referência de sujeito ativo e preocupado com sua vida e com a dos demais, modelo a ser seguido, com a possibilidade de impactar assim a realidade que está ao seu redor e de propor outras relações sociais baseadas em princípios mais comunitários e humanitários.

[Nas ruas da Cidade Tiradentes vê-se crianças atentas] a sua referência que é o jovem que corre, que está experimentando coisas, querendo expressar o que sente, que pensa, que faz, rumo a conquista da liberdade que os adultos conquistaram fazendo o que dá pra fazer, preocupados com o amanhã, esperando a solução, muitos acreditando nesse jovem capaz de transformar. (Fanzine “Infoarte”, nº 07. 2007)

‘Quando eu crescer quero ser tocador de bateria’ disse um garoto morador das Cohabs do entorno. O mesmo garoto acompanhou parte do show da banda Armaggedon tocando bateria numa lata de tinta grande. (Informativo CICAS, ano 1, nº 1, jan, 2010)

Crianças perderam por anos a oportunidade do conhecimento das artes e da interação social, sem contato com o meio ambiente saudável, com o trabalho em equipe, com direito ao lazer e ao esporte organizado, formação da opinião própria pelo contato variado com os tipos de artes e culturas. Perdendo em muitos casos a fé, não existindo o incentivo e a força de vontade, tendo que, muitos desses, optar por uma vida indigna e cheia de riscos junto a criminalidade. Até surgir a atitude e compromisso do grupo fundador do CICAS, que propõe com toda a simplicidade, o trabalho comunitário, a troca, o usufruto dos espaços públicos, a comunicação, o entretenimento, o respeito mútuo, fazendo as coisas se movimentarem e/ou assumirem seus devidos lugares. (Informativo CICAS, ano 1, nº 1, jan, 2010)

Ainda em relação à autoqualificação, a educação também foi uma questão abordada pelos jovens e seus grupos. Nos últimos dez anos, houve políticas públicas que incentivaram a entrada de jovens pobres nas universidades. Essa situação permitiu a construção de outras perspectivas de vida e impactos nas relações sociais de distinção. Das muitas famílias que vivem nas periferias, essa provavelmente é a primeira geração que tem diploma de ensino superior. Mais da metade dos entrevistados possuem curso superior completo (nas áreas de História e Artes), e os dois que possuem o colegial completo tem extensão de formação em cursos técnicos.

Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia. Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma. Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vêm das letras. Então a gente quebra as muralhas do acesso, e parte para o ataque. [...] Os irmãos

que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação. Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar. (Poesia na Brasa. Manifesto “A elite treme”, 2010)

Assim como constatado durante as reuniões da Comissão da Juventude na Câmara de São Paulo, a cultura (entendida desde lazer, entretenimento e esporte, até o simples 'estar junto', da convivência e a circulação pela cidade) aparece como área de grande interesse para os jovens, como espaço possível de se expressar com maior autonomia, diferente do que é vivenciado na escola e no trabalho - outros grandes pilares da experiência juvenil.

Por meio da cultura projetam-se socialmente por um canal legitimado, e na nova perspectiva se tornam sujeitos plenos, cidadãos empoderados. É por meio da cultura e dos grupos que podem propor outras experiências de vida, e é através das suas ações que se percebem enquanto sujeitos políticos, participantes da sociedade e capazes de mobilizar e transformar. Sua própria identidade enquanto jovem é reforçada nesse processo. No contraste com outros grupos etários e com instituições mais rígidas como o Estado e a Igreja, aprenderam a lidar com os estereótipos atribuídos a eles e a se afirmar nestas situações. Palavras como autoestima e autoconfiança foram correntes entre os relatos sobre a importância, para os sujeitos e para os grupos, desta projeção na sociedade: “Como o grupo todo é muito jovem não havia muita confiança de que poderíamos fazer um projeto. Ganhamos respeito da escola, da igreja, de amigos e de outros grupos culturais” (Relatório de projeto entregue ao VAI / 2010¹³).

A identidade passa a ser construída não só pelas faltas (como no discurso da exclusão e no processo de segregação social), mas também pela vontade de manifestar-se e constituir-se enquanto ator social e político. Constroem discursos e posicionamentos identificados com a questão geracional e social, baseados na dupla pertença de ser jovem e ser da periferia.

De maneira geral, pode-se pensar em quatro grandes pensamentos chaves que marcaram e organizaram a experiência dos jovens na virada do século XXI:

1. Sendo a juventude uma elaboração histórica, ela também sofrerá os impactos das múltiplas crises e transformações sociais. Na organização dada, ela seria um período de transição para a fase adulta. Contudo, o que se vê é um esgarçar de fronteiras e uma

¹³ Parte da análise realizada com os relatórios de prestação de contas encaminhados ao VAI em 2010 foi publicada em:
http://www.starlinetecnologia.com.br/ram/arquivos/ram_GT42_Harika_Merisse_Maia.pdf

fragilidade cada vez maior sobre suas característica distintivas ao se esvaziar de conteúdo este período da vida, reduzindo-o exclusivamente a uma experiência cultural ou à estrutura produtiva da economia. Trata-se de um período no qual ocorrem processos bio-psíquico-sociais importantes para a constituição da personalidade e da individualidade, com a ampliação e complexificação das relações cognitivas, sociais e afetivas.

Entende-se que o jovem não é um indivíduo isolado, está inserido em uma rede de relações e interações sociais diversas e nodosas. Segundo Reguillo (2012), por estarem situadas em um campo social mais amplo e estrutural, "as representações e práticas juvenis deveriam ser lidas como 'metáforas das mudanças sociais'".

2. A construção de uma imagem unilateral de juventude é uma ação seletiva e, por isso, política. Insere-se neste debate a construção de estereótipos que orientam políticas públicas e sentidos comuns. Dita categorização "supõe o estabelecimento de um sistema complexo de diferenças, fronteiras e prescrições" (*ibidem*: 131 - tradução minha), de maneira tal que fica claro que nem todos os jovens estão incluídos no modelo definido de juventude, relacionado a uma moratória social que condiz com formação educacional plena, suspensão de qualquer outra atividade que faça competição com o desenvolvimento íntegro das suas capacidades biológicas e psicossociais, e que sua inserção no mundo adulto se daria de forma planejada e organizada.

Por compreender que as trajetórias de vida dos jovens, especialmente daqueles da classe trabalhadora, não segue a linearidade sugerida acima, e que, portanto "não constituem uma categoria homogênea, não compartilham dos mesmos modos de inserção na estrutura social", concebe-se uma "multiplicidade diacrônica e sincrônica nos 'modos' de ser jovem" (*ibidem*: 26-27 – tradução minha).

Logo se vê que a juventude tem diferentes retratos e perspectivas. O presente que vivemos é caracterizado pelas permanentes tensões entre o projeto de vida prometido e as condições reais disponíveis, sobretudo com a agudização do modelo neoliberal adotado nos países latino americanos nos últimos anos. Fala-se então de uma juventude heterogênea, complexa, múltipla e que buscará, segundo configurações próprias de seu tempo e condição, novos espaços de socialização e novos padrões de comportamentos difusos. Ser jovem também é ter que enfrentar dilemas.

3. Perante determinados paradoxos entre aquilo que se espera da sociedade e aquilo que ela oferece ou exige, há uma brecha para propor alternativas e intervenções. A cultura e o tempo livre representam dimensões importantes para a constituição de

projetos coletivos de expressão das contradições vivenciadas e das propostas de outras relações sociais menos racionalizadas e instrumentalizadas.

O lazer, para os jovens, aparece como um espaço especialmente importante para o desenvolvimento de relações de sociabilidade, das buscas e experiências através das quais procuram estruturar suas novas referências e identidades individuais e coletivas – é um espaço menos regulado e disciplinado que os da escola, do trabalho e da família. O lazer se constitui também como um campo onde o jovem pode expressar suas aspirações e desejos e *projetar* um outro modo de vida. Podemos dizer, assim, que é uma das dimensões mais significativas da vivência juvenil. (Abramo, 1994: 62)

Estamos, assim, diante de juventudes cujas sensibilidades respondem, não só, mas basicamente, as alternativas de socialidade que permeiam tanto atitudes políticas quanto as pautas morais, práticas culturais e gostos estéticos. (Martín-Barbero, 2008: 13)

Diante dos paradoxos postos à condição juvenil, as experiências e práticas gregárias dizem respeito a uma busca pela superação desses obstáculos sociais por meio da subversão e do questionamento, muitas vezes confrontados no simples fato dos grupos existirem. No plano da subjetividade, a afirmação identitária e a demonstração de pertencimento a algum grupo constituem um importante processo de autoconhecimento e posicionamento social.

2. Coletivos e redes culturais nas periferias de São Paulo

Uma das primeiras questões levantadas na elaboração dessa investigação foi a problematização da emergência dos grupos ou coletivos culturais juvenis nas periferias da cidade de São Paulo. Havia, no início, a ideia de que eram processos inéditos e próprios desse tempo. Com o desenvolvimento do levantamento das práticas e do histórico dos grupos, foi possível notar que se trata de uma movimentação que emerge de um cenário de produções e manifestações artístico-culturais já existentes e que ganharam maior evidência e novos formatos no início do século XXI.

Questionou-se, então, quais eram as relações que os grupos atuais mantinham com os anteriores e quais suas elaborações e demandas próprias? No ano de 2011, quando se originou esta investigação, não havia muito debate sobre a caracterização desses grupos, por isso, um dos eixos de estudos também está vinculado a análise das ações e dos grupos em si, bem como das articulações que realizam com seus pares e com o entorno.

Para a construção desta pesquisa, lançou-se mão dos conceitos analíticos de Williams (1979) de “emergente” e de “residual”, entendidos como dinâmicas e variações próprias dos processos culturais e históricos que estabelecem, por meio da observação do movimento, as conexões múltiplas entre passado e presente, intersecções e mediações entre diferentes dimensões culturais. Por “residual” entende-se aquele elemento do passado que persiste no presente, mesmo que modificado, que está ativo e faz sentido no contexto. Já o “emergente” simboliza a novidade, aquilo que surge como produção própria do presente: novos significados, valores, práticas, relações, novas formas, etc.. Para Williams, nada é puramente novo, havendo sempre uma “estrutura de sentimento” gestada ao longo do tempo que indica mudanças, que podem ou não se constituir e consolidar na emergência de algo “novo”.

A estrutura de sentimento estabelece a comunicação entre a realidade vivida e a construção, mesmo que por uma projeção virtual como a literatura, de novos sentimentos sociais. Nela são concebidas diferentes temporalidades que coexistem sob um mesmo momento, são indicadas dinâmicas e processos culturais que emergem, se transformam ou se tornam obsoletos, e apontam para a presença de forças contraditórias que podem ou não vingarem.

Essa base epistemológica foi importante para compreender as relações que os grupos contemporâneos têm com o processo histórico de constituição de estilos e dinâmicas culturais juvenis ou não que tiveram origem no passado, da mesma forma, ajudou a perceber as interconexões e diferenças entre eles.

Em um segundo momento, foi analisado o processo de formação desses grupos/coletivos e suas principais características. O título deste capítulo faz referência à articulação entre cultura e política. Tal opção se deu por ser esta uma das bases principais para a ação dos grupos. Ao politizar o fazer artístico e ter como seus pares pessoas que compartilham de uma mesma realidade social, os envolvidos acabaram por estabelecer conexões mais estreitas com o território e participar de um movimento cultural presente em quase todas as periferias da cidade – curiosamente composto por grande maioria jovem.

Dessa forma, as perguntas que estruturaram o capítulo foram: o que implica a emergência destes coletivos hoje? O que comunicam ou anunciam? O que constitui sua prática? Qual a relação com a sociedade ou cidade? De que forma as questões sociais são expressas pelas práticas dos grupos? Produzem alguma interferência na experiência social? Os movimentos ou grupos juvenis respondem a alguma situação? Isso os torna efêmeros e circunstanciais? Há relação entre morfologia e conjuntura? Quais são os sentidos das agrupações para seus integrantes?

2.1 Primeiros grupos periféricos (1970-2000)

Coisas nossas: favelas, buracos nas ruas, misérias – e agora o punk (Botinada)

Se começou excluído lá [no Bronx], a gente começou excluído aqui (Banks. Nos Tempos da São Bento)

A juventude paulistana visível nos anos 1950 e 1960 se percebia enquanto grupo social distinto, fundamentalmente na condição de estudante no meio urbano. De secundaristas a universitários, a população escolar aumentou neste período e ampliou a representatividade do segmento na sociedade, ainda que tivesse maior expressão da classe média.

A ampliação do acesso às universidades – devido a reforma universitária -, a conseqüente diversificação da população estudantil e a publicação de obras marxistas no

período, criaram um ambiente de intensas trocas culturais e uma tendência à crítica e à contestação que extrapolavam as questões próprias da instituição escolar. Para Mische (1997) as discussões e manifestações pela reforma universitária de 1968, “foi para muitos o ponto de partida para uma postura crítica e um engajamento maior. Naquele momento, as universidades serviram como os principais centros de intercâmbio intelectual, político e cultural” (pp. 141).

Ao processo de politização do setor estudantil (incluindo os secundaristas e ex-estudantes) fundiu-se a militância de artistas que já refletiam sobre o papel da arte “engajada”, direcionada para a tomada de consciência da população trabalhadora. Desta junção se dá a organização de diversos grupos com propostas artístico-culturais no interior do movimento estudantil, como registra Hollanda (1990, s.pg.) sobre as práticas destes grupos:

Trabalhando o contato direto com as massas, de onde extraía seu maior interesse e vigor, encenavam peças em portas de fábricas, favelas e sindicatos; publicavam cadernos de poesias vendidos à preços populares e iniciavam a realização pioneira de filmes autofinanciados. [...] A organização de um amplo movimento cultural didático-conscientizador tomava forma.

Dessa maneira, os estudantes se aproximavam da periferia por intermédio dos projetos de educação popular e atividades facilitadoras do processo de conscientização da população trabalhadora via arte. Uma experiência emblemática é a dos Centros Populares de Cultura (CPCs), criados em 1962, ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e de maior expressão no Rio de Janeiro. Fundamentados na concepção de cultura popular, baseada nos princípios marxistas, artistas e intelectuais de esquerda desenvolviam atividades junto à classe trabalhadora, configurando uma militância político-cultural preocupada com a realidade social e direcionada para a luta de classes.

O Centro Popular de Cultura era constituído principalmente por jovens das classes médias e altas e “tinha como meta levar a cultura para as massas menos esclarecidas” (Carmo, 2001: 14).

Acreditavam falar em nome do povo, que iam ao povo para politizá-lo, para educá-lo, para que o povo adquirisse uma consciência política e fizesse a revolução socialista que traria justiça social, o fim das desigualdades e da miséria do país. (Abreu, 2003: 184)

Essa cena cultural e política criou um sujeito jovem que compartilhava espaços de encontros, orientações políticas, gosto musical e padrões comportamentais comuns.

A representação do que é *ser jovem* passou a ter sentido nos contextos vinculados à uma condição juvenil específica. Entretanto, assim como aponta Carmo (2001), nos anos 1960 a juventude universitária representava menos de 1% da população brasileira.

Em tal panorama, os jovens pobres se assemelhavam aos trabalhadores em geral, sem distinção. Uma juventude que não se dedicava à política nos moldes dos movimentos estudantis, mas a experienciavam em situações práticas da vida cotidiana e laboral, dedicava seu tempo livre aos amigos, à família, ao descanso, praticando esportes, indo a festas, lanchonetes, igrejas, participando de grupos de jovens, reunindo amigos em casa, ajudando nos serviços domésticos ou simplesmente assistindo televisão (quando tinham) e escutando rádio.

A censura vinda com o golpe de 1964 teve grande impacto no setor cultural, uma vez que bloqueou diversas produções, fechou teatros, caçou, prendeu e exilou artistas, rompeu com o processo de formação do movimento artístico e sua vinculação política e priorizou produções de caráter populistas.

Por outro lado, no campo da indústria cultural assistiu-se a simbiose entre a produção fonográfica e audiovisual. Os festivais, televisionados ou não, eram o grande momento de encontro e lazer dos jovens urbanos. Pela TV Record transmitiam-se as primeiras programações nacionais dedicadas ao público jovem, como o Festival de Música Popular Brasileira e os programas da Jovem Guarda. Nos toca-discos e nas telas há a invasão do *rock and roll* com *The Beatles*, *Led Zeppelin*, *Janis Joplin*, *The Rolling Stones*, *The Who*, *Bob Dylan*, *Pink Floyd*, *The Doors*, *Bee Gees*, *Beach Boys*, *Jackson 5*, *Jimi Hendrix*, entre outros.

Em um ambiente político fortemente cerceado e com o mercado do lazer e entretenimento crescendo e se popularizando, muitos agentes de contestação foram obrigados a se retrair, especialmente o movimento estudantil, que perdeu sua capacidade de mobilização, cedendo espaço para outras manifestações juvenis, atualizando os entendimentos sobre política, juventude, cidade e direitos.

Durante os anos 1970, particularmente por conta do crescente contingente de consumidores, surgiram também diversos lugares de lazer, como salões, danceterias, lojas de diversões eletrônicas, pista de patinação, lanchonetes, lojas de roupas e adereços especializados, etc. (Abramo, 1994; Magnani, 1987).

Com o desenvolvimento da cultura de massa e dos meios de comunicação, aparecem no cenário das grandes metrópoles novos estilos culturais relacionados aos grupos juvenis, tendo como elemento agregador o estilo musical, o contexto urbano e a

necessidade de manifestação nos espaços públicos. Expressavam-se por meio da transgressão estética, como a escolha da vestimenta e adereços extravagantes, fora dos padrões comumente aceitos. Era fácil identificar para onde iriam garotos entre 15 e 18 anos em um sábado a tarde caminhando pelo centro da cidade, com agasalhos coloridos e personalizados, camisetas grafitadas e jaquetas pintadas, tênis *fat laces* (marcas Puma ou Adidas), correntes e cintos com nomes: estavam a caminho da estação São Bento. O mesmo se passava entre os punks: calça jeans surrada, coturno ou o *all-star*, camiseta de banda ou com símbolo de protesto, jaqueta (normalmente a única do guarda-roupa), acessórios (*bottons*, lenços, boinas, óculos), maquiagem e cabelo estilizado. Percebia-se, assim, uma gama de jovens não incluídos nas representações coletivas até então consideradas e posicionados em lugares não legitimados pelos padrões sociais, muitas vezes em condições similares às do universo adulto.

No processo de investigação histórica, o punk e o hip hop aparecem como os primeiros movimentos culturais marcadamente juvenis, com forte adesão entre aqueles da classe trabalhadora. Importante destacar que ambos surgiram na década de 1970, com base nos jovens pobres e marginalizados de dois países centrais do capitalismo e de cidades mundialmente reconhecidas como modelos de vanguardismo e modernidade: um surgido nos bairros operários de Londres; o outro nos guetos negros e hispânicos de Nova York. Em meio à crise econômica, derivada principalmente das investidas do neoliberalismo que atravessou o primeiro mundo, esses movimentos musicais aparecem com a proposta de refletir sobre as contradições e desigualdades sociais por meio de criações culturais sob o olhar próprio daquele grupo de jovens.

Não demorou muito para que, a essas estratégias de diversão se articulassem, também, manifestações políticas, seja de denúncia da sua condição sócio-espacial, seja de reivindicação de direitos, expressas nas músicas, no visual e também no comportamento. (Nécio Neto, 2010: 57)

Pela forte potência de agregação e identificação inerentes a tais expressões culturais, jovens de outros países se reconheceram nessas manifestações e as difundiram em seus locais de origem. Ambos os movimentos nasceram e se propagaram no bojo da cultura de massa, pela internacionalização e massificação do mercado fonográfico mundial.

No Brasil, o punk chega ainda nos anos 1970 e tem como berço a cidade de São Paulo, entonado pela já consolidada cena *rock and roll* paulistana. A pré-existência de um mercado de consumidores jovens e de uma mídia voltada para o segmento do rock

internacional, colaborou para a divulgação do punk entre os jovens brasileiros. Os primeiros materiais datam de 1977, mesmo ano em que chegaram os primeiros discos dos Sex Pistols e Ramones.

A cultura roqueira se constituía e se consolidava por meio da propagação de informações sobre as tendências estrangeiras e as diferentes cenas nacionais, conseguidas pelos canais de pesquisas e trocas de informações da época, como os circuitos das lojas especializadas, os encontros entre os roqueiros, a rede de reprodução e troca de materiais de áudio, vídeo e impressões. Além disso, a organização de festas, saídas em turma e a composição de um estilo visual, também colaboravam para a formação de uma cultura distinta e com reconhecimento dos seus adeptos.

Os que já gostavam de rock, moradores de subúrbio ou das periferias, estudantes e/ou trabalhadores (normalmente subempregados), foram os primeiros a aderirem ao punk. No início, o som que escutavam era basicamente de bandas estrangeiras. Com o passar do tempo, sentiu-se ser indispensável discutir as questões próprias da sociedade brasileira, não contempladas pelas músicas vindas de fora. A formação de bandas locais ajudou a aglutinar os jovens que já curtiam o gênero *hard core* e forneceu a base do movimento punk brasileiro.

Os punks constituíram um dos primeiros movimentos culturais periféricos. Junto com os “carecas”¹⁴, representavam o jovem trabalhador morador do subúrbio e das periferias, estabeleciam uma relação mais intensa com a cultura juvenil internacional e local, interferindo e dando significados a espaços como praças, estações de metrô, porões, galerias e discotecas.

A produção de um movimento na cidade exigiu o trânsito desses jovens, compondo cenas nos bairros e no centro, transpondo os espaços prescritos e constituindo um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização desta cultura juvenil, dada a reprogramação dos usos e significados dos espaços da cidade¹⁵. São considerados os primeiros grupos nômades da cidade.

Ao que parece, o movimento punk manteve uma atuação mais contínua nos bairros, locais de onde emergiam as bandas de garagem e articulavam circuitos de shows inter-regionais. Os ensaios nas garagens representavam importantes espaços de convivência entre amigos e vizinhos, sendo uma diversão garantida perto de casa. Diz-se que a Vila Carolina, na Freguesia do Ó, foi o grande celeiro punk da cidade de São

¹⁴Grupo de jovens brasileiros que se identificavam com o movimento *skinhead* inglês.

¹⁵ O debate sobre apropriações de espaços pelos grupos será aprofundado no item 2.2.3

Paulo. Desde 1974, os jovens ali já se vestiam com o visual da banda Ramones: jeans, all-star e camiseta listrada e era na escola que os estudantes punks se juntavam e formavam suas primeiras bandas.

É comum, no sábado à tarde, ver rapazes e moças cruzando o bairro com alguns discos, geralmente compactos, embaixo do braço. São discos realmente manuseados, que rodam de uma casa pra outra e cujas capas, depois de algumas semanas, estão bastante gastas. São ouvidos no último volume, e as pessoas costumam cantar junto com o disco; frequentemente sabem as letras de cor, sejam elas em português ou inglês, o que leva a supor que o importante é realmente o ‘cantar junto’, não interessa o que. (Caldeira, 1984: 131)

As principais formas de lazer da população jovem em seus bairros, segundo pesquisa etnográfica de Magnani (1984), eram bares, esportes, ida aos bailes, lanchonetes e festas, ou seja, atividades coletivas que poderiam demandar trânsito por diferentes localidades. Para o autor, quando os jovens vão para espaços mais heterogêneos com relação à origem dos frequentadores, é usual que se organizem em grupos, “dessa forma, mesmo quando situados além das fronteiras da vila, os salões de baile não constituem uma diversão totalmente ‘fora do pedaço’, pois a eles não se vai individualmente, mas em grupo” (*idem*: 121).

A ocupação de espaços públicos ou privados por grupos de jovens é histórica. Em uma cidade grande como São Paulo, a maneira mais eficaz de se identificar nos inúmeros deslocamentos diários é por meio do estilo. “O estilo monta um espetáculo”, já dizia Helena Abramo (1994), e a performance é necessária para dar visibilidade e escapar do senso comum, do modelo padrão: “Você nota as pessoas pela roupa, então você é agredido visualmente, você chama a atenção pra você, pra um problema seu” (Meire, Botinada: 1982).

Mediante a composição estética, a musicalidade, e, em especial, o lazer e o agrupamento, os jovens conseguiam transmitir mensagens de protesto e elaborar movimentos de resistência.

Não tem como você falar o que sente contra a repressão policial, contra o governo, contra tudo. Então o único meio que a gente tem é pela música, de a gente por tudo pra fora. Tudo o que tá acontecendo atualmente (Punk de São Paulo: 1993).

Diante da complexidade da sociedade moderna, da multiculturalidade, do direito à diferença e, sobretudo, com a busca da autopreservação (subjativa ou física), o grupo se torna um dos principais mecanismos de segurança, identificação e sociabilidade entre os jovens. É lá onde estão “os meus”, “os manos”, os “*brothers*”, a família, a turma. No

meio deles, o indivíduo se sente acolhido e confortável. “Ali [no grupo] eu podia me expressar!” (Botinada: 1982).

A gangue, ou o grupo, era uma instância importante para a proteção do jovem. A proteção era contra os velhos costumes, contra o Estado, contra a violência própria das periferias e de outros grupos, contra o isolamento e a racionalidade excessiva, representando uma garantia de sobrevivência na sociedade, ao mesmo tempo que uma necessidade de legitimação e afirmação identitária, assim como é possível perceber nos relatos coletados por Costa (1994).

Na época eu tinha uma série de problemas em casa, com a religião católica, e eu encontrei pessoas que tinham os mesmos problemas que eu, e que estavam a fim de ‘resolver’ da sua forma, eles estavam radicalizando, indo para o confronto e para mim isso foi super importante. [...] Na periferia, se você não bate, você apanha. [...] você tem que procurar se agrupar. [...] Quando os punks iam em um baile e tinha ‘roqueiros’, eles acabavam com tudo e não tinha conversa, e por causa disso, era necessário o grupo para dar segurança. (pp.52)

Se você anda sozinho, você pode ser atacado por marginais, pode ser atacado pela política, por um neurótico que está de revolver (...) e se você tiver uma gangue, é mais difícil você ser atacado. A gangue é uma forma de defesa, de ‘organização juvenil’. (pp. 53)

A seleção de quem faz parte de um grupo estaria vinculada às referências e gostos compartilhados, a composição do visual, a participação nos locais de encontro e lazer e a partilha de um objetivo comum. Trata-se, em última instância, do instinto de autopreservação investido na imagem do mais forte, do guerreiro, seja na construção individual ou no uso da imagem do grupo— aquele que ninguém vai querer confrontar.

Eu, vestido de agasalho, tênis com a lingueta pra fora... Malandro, eu to pronto pra guerra, to vestido pra guerra. Era minha armadura mesmo. (Mc Jack. Nos tempos da São Bento: 2010)

Não bastava querer participar do grupo, era necessário atender aos pré-requisitos estipulados. No documentário “Botinada”, um dos entrevistados afirma que “escutar punk não é ser punk”. Para ele, seria necessário um posicionamento social e político (trajetória pessoal e comportamento radical) que legitimaria ou não a pessoa *ser* punk. A identificação fluía pela similaridade das condições de vida, impactadas principalmente pela situação do desemprego e sucateamento das vagas disponíveis aos jovens, pela pobreza, violência, descrença na política institucional, oposição à produção massificada da indústria cultural e à sociedade de consumo.

Parte dos moradores dos bairros suburbanos e periféricos era operária, principalmente nas regiões que faziam fronteiras com o ABC, maior polo industrial da Região Metropolitana de São Paulo. A ocupação destes espaços se deu mais intensivamente no início dos anos 1970, momento de expansão da ocupação urbana pela intensa migração interna e especulação imobiliária, com surgimento em larga escala de favelas. Naquele período havia uma forte confiança na empregabilidade no setor da indústria e o projeto de ascensão social da família estava baseada no trabalho de longo prazo. Como diz Feltran (2011), “a sucessão geracional era central para o projeto de mobilidade” social, de modo tal que “um adolescente que voltava para casa no fim da tarde de macacão, protótipo do operário, era o orgulho da família. Nem a polícia, nem os ‘justiceiros’, se preocupavam com ele” (*idem*: 354).

Esse cenário mudou radicalmente nos anos 1980, na intersecção da crise econômica de 1982, da mudança dos modos de produção e da migração da indústria para o interior, quando “passou-se a exigir uma qualificação muito mais intensa. [...] O filho daquele operário, que como tantos estudou no SENAI, tampouco encontrou emprego nas montadoras da região, sua trajetória é toda feita no setor de serviços, terceirizados, precários” (*idem*: 355).

Houve, assim, um conseqüente afastamento entre as gerações devido às fraturas causadas pela frustração da impossibilidade de concretizar os projetos prometidos pelo período de grande desenvolvimento econômico e pela incompletude da democracia que se inaugurava, rompendo com a reprodução da classe social e a possibilidade de mobilidade arquitetada pelas famílias. Assim sendo, a ideia principal contida na ideologia punk, a noção de uma sociedade doente, degenerada e da necessidade de “destruir tudo para depois reconstruir com dignidade” fez sentido a esta geração.

Corroborando com a concepção de problematizar as questões sociais por meio das práticas culturais, Caldeira (2011) defende que os movimentos culturais periféricos tiveram como pano de fundo as implicações de uma democracia incompleta.

O projeto do hip hop pode ser desenhado a partir da necessidade de expressão da população pobre e negra, cuja elaboração sempre esteve fortemente vinculada à cultura popular, pela relevância da oralidade, do canto, da dança e do ritmo marcado, da crônica, da importância da mensagem nas letras e da formação de relações sociais baseadas na solidariedade pela condição de opressão compartilhada. Como exemplo da importância da oralidade, do ritmo e da vinculação com a condição social, pode-se dizer que o rap na São Bento começou sem rádio, fita ou qualquer outro instrumento

eletrônico, a percussão tinha que ser na lata, o Mc improvisava sobre a batida grave do cesto de lixo.

O hip hop também apareceu como uma estratégia de sobrevivência e resistência dos jovens negros ao sabotar as tendências históricas de morte, humilhação, marginalidade, preconceitos, etc.. Uma sabotagem múltipla: abala o *status quo* racista por um lado e impõe uma guetização dos seus a fim de se protegerem – proteger seus direitos, suas subjetividades, identidade cultural e seus corpos, objeto de ostensiva e histórica violência e opressão. “*Fight the power*”, já cantava o *Public Enemy* nos Estados Unidos no final dos anos 1980. Estabeleceram, dessa maneira, novos dilemas ao projeto democrático do estado de direito (cuja capilaridade ainda é bastante limitada), colocando à prova o valor da tolerância e do respeito às diferenças (Caldeira, 2011).

A conjuntura da época impactava especialmente a população jovem das periferias da cidade. Com o crescimento da violência e da repressão policial, dos processos de periferização, da mobilidade urbana (que permitia o encontro entre regiões e realidades distintas), da desindustrialização e da precariedade dos direitos trabalhistas, já não era possível a esta geração projetar sua vida sob as mesmas referências que seus pais e familiares. Assim como os punks, os integrantes do movimento hip hop eram em sua maioria jovem e a primeira geração de famílias de migrantes nascida em São Paulo. Viu-se uma forte e intensa adesão à cultura hip hop, principalmente por meio do rap que procura retratar o dia a dia desta juventude em particular: "Ao cultivar 'o ritmo dos excluídos', os *rappers* tornam-se os porta-vozes ou cronistas das injustiças sociais e dão visibilidade a seus problemas" (Carmo, 2001: 15).

Ambas as manifestações surgem como canais privilegiados para a expressão e denúncia das condições de vida dessa juventude e de reivindicação para a valorização do que já existe de pensamento e produção cultural periférica. São consideradas também produções de caráter mais horizontal, nas quais quem faz também consome e vice-versa.

2.2 Coletivos culturais juvenis do século XXI

Uma andorinha só não faz verão, mas pode acordar o bando inteiro (poeta Binho)

O início dos grupos artístico-culturais nas periferias, no formato como conhecemos hoje, aconteceu paralelamente a um processo de estigmatização da própria

periferia e a construção de uma imagem pública vinculada à violência, à discriminação e a um crescente processo de segregação social, ao longo da década de 1990. Fato emblemático do período foi a publicação da pesquisa elaborada pela ONU em 1996, na qual informa que o Jardim Angela (zona sul) era o distrito mais violento do mundo, compondo juntamente com o Jardim São Luís e Capão Redondo, o então conhecido “triângulo da morte” e cuja população que mais sofria os impactos dessa realidade era a juventude. Nesse momento, muitas ONGs surgiram para desenvolver atividades, assim como o Estado e a sociedade civil se organizaram, para intervir em dada realidade.

Por parte da sociedade civil e suas múltiplas frentes de militância, foram elaborados trabalhos no sentido de estabelecer novas relações e outras perspectivas de vida aos moradores dessas regiões. Além dos trabalhos de assistência social ou os mais objetivos, buscou-se também valorizar a periferia e seus moradores, salientando suas qualidades e promovendo uma imagem positivada a seu respeito. Para os grupos na zona sul da cidade, a existência dos Racionais MCs nos anos 1990 e o fomento de sarais pelos bares da região já no início dos anos 2000, foram cruciais para essa retomada simbólica e construção de referenciais afirmativos por meio das produções de artistas locais. Foram resgatados nomes de personagens esquecidos pela história que que representavam a luta popular por meio da arte ou da política, como os poetas Solano Trindade (1908-1974) e Carolina de Jesus (1914-1977), hoje conhecidos e reverenciados em qualquer sarau periférico. Tal conjunto de referências colaborou para estabelecer uma história comum das periferias, a composição de uma cultura na qual todos os “periféricos” pudessem se reconhecer, que fizesse ponte e desse um sentido coerente entre passado e presente, capazes de projetar um outro horizonte futuro e extrapolando as narrativas dominantes. Agier (2011) discorre sobre o sentido social nos movimentos de afirmação identitária, como é reconhecido nesses agrupamentos juvenis:

Para serem reconhecidos como plenamente humanos e cidadãos, simultaneamente, devem procurar por si próprios quem são, e o fazem de acordo com métodos às vezes tortuosos e nômades contornando os estigmas. [...] Com esses rodeios e esse trabalho cultural eles expressam uma identidade com os meios que encontram: a memória, a aprendizagem e a imaginação trabalham juntas na formação dessas novas ‘comunidades’ mais próximas de cada indivíduo que a inacessível comunidade nacional. (*idem*: 155-156).

Alguns se referem a este período como a Virada Cultural Paulistana (Peçanha, 2011), momento em que indivíduos e grupos tornam cada vez mais visíveis suas

produções e passam a circular pela cidade, fomentando outros grupos e estabelecendo circuitos e redes periféricas.

Na zona leste, por sua vez, percebeu-se nas entrevistas e pesquisas realizadas, a configuração de outra paisagem nesta fase germinal. Com grande influência dos movimentos musicais (como o rap, o rock e o pagode), do graffiti e da pixação, e dos primeiros programas de iniciação artística voltados às periferias - em decorrência da implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs, 2002) ou de políticas como o Programa Vocacional (2005), Programa VAI (2004) e ações de ONGs, por exemplo - houve um processo de aproximação de muitos jovens com as artes, seja as produzindo ou as consumindo. Para esses grupos da zona leste, os saraus, tão protagônicos na zona sul, aparecem como consequência de um envolvimento posterior.

É possível observar duas movimentações importantes que motivaram a organização dos diversos grupos no início do século XXI nas periferias, sendo elas: a) os movimentos culturais populares com atuação nas periferias, em especial a literatura marginal, o hip hop e o teatro comunitário, e b) as recentes políticas públicas de fomento à iniciação artística.

Os relatos trazidos pelos entrevistados contam que seus primeiros contatos com as artes ou com uma cena cultural local, se deram quando tinham idades entre 15 e 20 anos. As principais influências na época vinham de grupos que já atuavam regionalmente, entre eles grupos de rap, grupos culturais das escolas, companhias de teatro popular (apoiadas ou não por políticas de fomento), movimentos sociais, políticos ou religiosos com alguma ação cultural, entre outros.

Um dos entrevistados aponta que “eram muitos os grupos formados, hoje muitos já não existem” (R4). Havia, portanto, uma cena cultural ativa, porém muito menos articulada e visível, onde a dificuldade de manutenção e estruturação dos grupos eram maiores. É comentada a falta de espaço para que os grupos pudessem se apresentar. Até a virada do milênio havia as Casas de Cultura, os Teatros Municipais e o Centro Cultural São Paulo como equipamentos públicos direcionados para este tipo de atividade. Com a implantação dos CEUs na cidade, as 21 unidades nas regiões periféricas do município, entre 2002 e 2004, ampliaram não só as possibilidades de espaços para apresentações, mas também de formação cultural.

Quando comecei a fazer teatro, via Vocacional, eu nunca tinha visto nada, nem participado de coisa alguma no meu bairro (São Mateus) e isso eu já tinha 19 anos. Foi a partir da prática que eu comecei também a conhecer outros artistas locais (a

gente demorou pra se chamar assim: artista!). (R6)

Quando comecei a participar das oficinas do ‘Amigos [da Multidão]’ eu encontrei o caminho que fazia sentido pra mim, tanto artisticamente com o circo e teatro quanto do que me questionava sobre o meu bairro, sobre a dificuldade que eu tinha para me expressar e achar espaços que me permitissem me expressar. Ai minha iniciação artística também foi política. (R2)

As entrevistas mostram a relevância desse contato para uma ampliação da percepção dos espaços, da cidade, da formação de um senso crítico e da politização por meio da possibilidade de expressão - coletiva ou não, e, principalmente, para a aproximação e convivência com outros jovens e a potencia para a constituição de grupos.

2.2.1 Indivíduos, grupos e redes

No capítulo anterior, mais precisamente no item 1.3 (“Jovens falam de si e dos outros”), tratou-se da relevância do indivíduo nos discursos produzidos pelos grupos. Joga-se luz à individualidade e não ao individualismo, visto que acreditam na potencialidade de sujeitos críticos mobilizados e com perspectiva de lutar pela coletividade. Alvarado, Botero e Ospina (2012: 83) em sua investigação sobre jovens colombianos, trazem a reflexão sobre a constituição de um “nós polifônico”, formado por uma trama de trajetórias e sujeitos plurais que decidem atuar juntos, organizados coletivamente.

A experiência mostrou que os grupos são bastante flexíveis, sendo constante a migração de sujeitos entre grupalidades, ora se mantendo em um único grupo, ora compondo outros tantos. O tempo de existência dos coletivos investigados era relativamente curto (entre 2 e 4 anos)¹⁶, contudo, constatou-se que a trajetória de seus integrantes na área cultural era bem mais extensa. Uma qualidade encontrada é a participação individual e ativa de cada sujeito em redes e circuitos, onde entram em contato com outras pessoas e outros coletivos, permitindo uma circulação e um envolvimento maior com outros projetos, grupos e pessoas e ampliando o território de convivência e aproximações.

Se aproximar de verdade foi quando montamos a Rede Cultura ZL, foi a partir daí que começamos a se conhecer de verdade. (R3)

¹⁶ Com exceção ao “Do Balaio” que é formado há quase 10 anos e se configura como a primeira experiência (e exclusiva) de parte do grupo.

Nos conhecemos a partir de outros grupos de teatro e movimentos culturais que fazíamos parte. Já éramos amigos. (R4)

Conheci os hermanos dos Umbigos quando fomos parceiros de VAI (em 2009), eles como Arruacirco e eu como Cia. Do Outro Eu. Ambos os projetos contemplados propunham trocas com outros grupos e assim nos encontramos, mas nossos laços se estreitaram com o surgimento e organização da Rede Livre Leste. (R6)

O que se percebe é o livre arbítrio que há entre os indivíduos que compõem os grupos: “Antes de sermos grupos somos seres humanos, amigos/as, parceiros/as e que não nos prendemos apenas nisso” (R1). Há compromissos e lealdade nos grupos, entretanto é comum a decomposição e reconfiguração de coletivos e redes.

A instabilidade de integrantes não significa necessariamente uma fragilidade, mas, quem sabe, sua capacidade de adaptação e flexibilização na busca de manter o movimento cultural ativo e fazendo sentido. Não está relacionada ao pensamento pós-moderno que indica a frouxidão das relações sociais, mas sim, de uma fruição entre os sujeitos que migram entre grupos, que se reconhecem e fazem parte de um mesmo círculo social e que se encontram num mesmo alinhamento ideológico. Pode-se supor que há uma movimentação de determinada fração da juventude em direção à criação de grupos informais e, de certa maneira, nômades, articulados sobre um projeto cultural e político amplo.

Vê-se como desdobramento desta dinâmica o envolvimento de indivíduos em mais de um grupo, gerando em alguns casos sobre carga e inviabilidade de continuar em dita situação. Esse foi um dos motivos mais comuns para a saída e entrada de integrantes nos grupos. Outras razões mencionadas são as mudanças dos objetivos comuns que alinhavam e agregavam o grupo e a necessidade de dinheiro e estabilidade financeira.

No fundo a questão é ausência de grana, porque o cara quer casar, mas não tem grana, então arruma um trampo e prejudica os ensaios, daí o grupo briga pela ausência, mas a motivação da ausência é sobrevivência. O outro não quer casar, mas mora de favor, precisa sair de casa e vai atrás de algo que pague as contas e o teatro não paga, não os da perifa. (R6)

No mesmo depoimento é relatado que, apesar da questão financeira ser o principal motivador de saídas, quando teve que fazer opção sobre qual grupo seguir filiada, a entrevistada diz: “eu optei pelo ‘meu’ grupo, pelo coletivo que, mesmo mais jovem, inexperiente e sem a grana do fomento [Fomento ao Teatro], era o grupo que me sentia e, de fato, fazia parte” (R6). Afinal, o que marca a constituição dos grupos é a

relação de afinidade entre os indivíduos. Para oferecer sustentação a esta afirmação, basta dizer também que, dos seis entrevistados, cinco declararam que a maioria dos seus amigos fazia parte da mesma cena cultural que ele.

A constituição, desconstituição e reconstituição dos grupos se dá na convivência coletiva, na aproximação dos ideais individuais e na *rotina* de encontros e atividades. O envolvimento acontece concretamente/efetivamente quando passa a fazer parte da vida. Convivência necessária para fixar elos e ligações para produzir coletividades. Alguns teóricos dizem que o espaço do grupo tem como característica a quebra da rotina, aqui verifica-se que o grupo e a militância cria uma rotina própria, na qual se darão os laços de afetividade. Apesar deste alto grau de comprometimento do tempo, há a preponderância do indivíduo, há espaço para fazer opções e decidir sobre no que se envolver ou não, o que interessa ou não. Na realidade, viu-se principalmente na experiência do Fórum de Cultura da Zona Leste, que a noção do “nós” está introjetada na representação individual, sem que com isso o sujeito autônomo seja suprimido.

Como conferido, é através da rotina e do cotidiano que o processo de politização e formação do grupo e da coletividade se torna possível.

Eramos seis pessoas que tinham se unido para formar um grupo de estudo em circo e teatro. Nos encontrávamos de vez em quando para treinar, experimentar escritas e montagens de textos. Com a rotina de encontros e o desejo de mostrar o que estávamos fazendo vimos que tínhamos a possibilidade de ser um grupo (R2)

Vimos-nos como grupo a partir do momento em que pensamos fazer essa ação de forma permanente (R4)

A rotina produz familiaridade, confiança, intimidade, estreitamento das relações e compartilhamento de pontos de vistas e valores. Não é a toa que o espaço do grupo também é entendido como espaço da afetividade, da troca, da cumplicidade e da subjetividade. O grupo representa esse espaço social da convivência, da autonomia e de certa liberdade, onde experimentações e interações são possíveis. *Território da utopia* e de um *nós temporário*. Espaço acolhedor e criativo que também viabiliza uma participação social ativa, com possibilidades concretas de discutir e buscar intervenções às problemáticas consideradas mais latentes, ou seja, um espaço que dá sentido existencial às experiências individuais e sociais. Em uma das observações feitas no sarau OQDU, uma das integrantes do grupo chegou trinta minutos atrasada devido à demora do trem a sair da estação. Durante o sarau disse ao microfone que participar da ação naquele momento a fazia recuperar a alegria e esquecer o stress e a raiva que sentiu

quando chegou.

A constituição de grupos não é uma resposta pela dificuldade de inclusão em uma conjuntura específica (como o discurso elaborado pela Escola de Chicago e diversas vertentes de trabalho com a juventude que buscam inclusão social sem questionamentos), mas trata-se de uma problematização mais ampla da sociedade e das relações de dominação, com a possibilidade de gerar espaços criativos e propositivos. Alvarado, Botero e Ospina (2012: 92) assinalam que há entre as ações coletivas juvenis a necessidade de “tirar dos parênteses as angústias e sofrimentos cotidianos e os dramatizam evidenciando uma perspectiva mais de valorização do mundo”.

Além desse espaço mais direcionado, os grupos relataram que há encontros em momentos não relacionados diretamente à atividade desenvolvida por eles, com extensão das relações sociais para o universo particular.

Nos encontramos sempre. Muitas vezes vamos fortalecer outras ações coletivas de outros parceiros. (R4)

Sobretudo no bar! Somos amigos além do Sarau, já éramos antes de realizar essa atividade juntos e sempre nos encontramos para compartilhar uma série de coisas, de casamentos à velórios, viagens, shows, baladas, sorvetes, espetáculo de amigos, manifestações, enfim... (R6)

Percebe-se a importância dos espaços paralelos de discussão e convivência criados pelos grupos, neles há formação de laços pessoais mais estreitos e novos vínculos de solidariedade. A semelhança de idade e formação geracional, acrescidas as trajetórias sociais similares, geram compartilhamento de sentidos e representações comuns e um sentimento de pertença e integração maior entre estes sujeitos engajados e mobilizados.

Acima de tudo [o grupo] é um espaço de expressão independente, autônomo, que não tem rabo preso com nada e ninguém, onde podemos ser donos do nosso nariz, donos daquilo que queremos dizer, de pesquisar o que nos interessa, da maneira que nos interessa. [...] E não ligamos muito mesmo se o Balaio será ou não um grande grupo de referência artística, que encha o rabo de grana, nos preocupamos muito em manter idônea essa relação de que só fazemos no Balaio aquilo que nos alimenta enquanto artistas e seres-humanos. Seria nosso território utópico. (R2).

[O] Cultura ZL representa minha contribuição na política do bairro, a chance que tenho de me aproximar de outras pessoas atuantes do bairro. [O] Slam da Guilhermina é a chance de me manter atuante, contribuindo com o fortalecimento da cultura de periferia, além de me fazer muito bem. (R3)

Grupo é um universo vasto de possibilidades. (R4)

[O grupo representa] toda a minha perspectiva de vida. É por causa do grupo que me mantenho no trabalho e acredito na mudança do meu país. (R5)

Grupo é estar num relacionamento sério com fulanos de tais (R6)

Cubides e Guerreiro (2012) em suas investigações sobre grupos de jovens colombianos, chegam a uma conclusão muito parecida com esta, na qual destacam como razões para a formação dos grupos a possibilidade de “incidir na comunidade da qual se faz parte ou emergiu, retribuir algo recebido por esta e buscar soluções aos seus problemas. [...] [e o] reconhecimento do valor da amizade” (Cubides e Guerrero, 2012: 71-72). O bairro é a dimensão mais familiar, mais próxima, onde se vive o cotidiano e se conhece os problemas vividos. A localidade se apresenta como uma das principais motivações para a militância dos grupos mais novos.

Com a ampliação da rede social viu-se que há a tendência de alargamento das bandeiras e objetivos defendidos. Por meio da prática e da ampliação das conexões e envolvimento com outros grupos, há uma maior possibilidade de perceber e compreender as relações entre política e cultura, quando se percebe, por exemplo, as carências dos equipamentos públicos ou das leis de incentivos na cidade.

O Sarau O Que Dizem os Umbigos?! surgiu de conversas e debates sobre a importância de atividades culturais frequentes e permanentes na Casa de Cultura do Itaim Paulista, que até então se encontrava em um estado de quase completo desconhecimento por parte da população local. [...] Devido ao contato cada vez mais difícil com a gestão da Casa de Cultura Itaim Paulista: funcionários sem disposição, equipamentos em falta ou quebrados e também o curto horário de funcionamento da Casa, tivemos que procurar outro lugar para que o Sarau continuasse com a qualidade que sempre desejamos, e principalmente para melhor recepcionar nossos convidados. No entanto, acreditamos que fizemos uma parte muito importante da história do local, que passou a ser mais visto por todos e não o abandonamos de vez, pois sempre lutaremos por melhorias naquele espaço que sonhamos um dia ser ocupado e reconhecida pela maioria dos artistas da região (Projeto OQDU, VAI 2013)

Reguillo (2012) faz distinção entre *grupo*, *coletivo* e *movimento*. O primeiro supõe a reunião de jovens sem uma organicidade; o *coletivo* se refere à grupalidade com certa organização e estruturação, com compartilhamento de um projeto ou atividade comum e a construção de sinais identitários. Já o *movimento* supõe a “presença do conflito e de um objeto social em disputa que convoca os atores juvenis ao espaço público. É de caráter tático e pode implicar em aliança de diversos grupos ou coletivos” (pp. 43 – tradução minha). Os grupos investigados, que na tipologia acima se enquadrariam no que foi chamado de coletivo, não realizam a discussão da

nomenclatura adotada, se grupo ou coletivo. Sua estruturação é quase espontânea, lúdica, contrapondo-se ao projeto institucionalizado ou de caráter regulatório. Há pouca ou nenhuma distinção entre grupo e coletivo, o grupo foi se formando de forma orgânica e com pouco debate sobre os termos, ao contrário das experiências dos *coletivos de coletivos* que, apesar de orgânicos, tendem a ter maior debate sobre seu formato – ainda que não cheguem a uma conclusão final:

No meio do ano fizemos um encontro pra decidir se éramos uma rede, grupo ou movimento, não chegamos a um acordo. (R3)

A gente se denomina rede e cada coletivo tem uma participação diferente dentro da rede. (R2)

Os “coletivo de coletivos”, ou redes, são um movimento maior de agentes que se organizam em grupos distintos e misturados, que não se restringem ao seu projeto, mas permitem-se participar de “projetos parceiros”, formando redes de grupos conectados e representados por uma nomenclatura. Sua principal característica é a elaboração de um projeto coletivo no qual são discutidos e explicitados os objetivos e estratégias de ação. Há sempre um objeto em disputa. Nem sempre é uma rede coesa e de adesão limitada, mas há conhecimento de quem faz parte ou não dela. De acordo com as experiências estudadas, as relações se dão no sentido da horizontalidade, mesmo que sejam organizados grupos de trabalho. O coletivo de coletivos é uma forma de organização que extrapola o campo de atuação do grupo, com maior representatividade e força política. O critério de adesão é a convergência de causas motivadoras da ação e mesma orientação política.

Participando destes encontros encontramos e conhecemos grupos nas condições semelhantes as nossas e podemos fortalecer um ao outro. (R5)

Foi realizada uma tabela com as principais fragilidades e potencialidades que os grupos investigados percebem nas articulações realizadas pelos coletivos de coletivos, segue sistematização das respostas:

Tabela 2 – Coletivos de Coletivos: fragilidades e potencialidades segundo os entrevistados

Fragilidades	Potencialidades
.Divergência de interesses	.Ausência de lideranças

.Posturas de lideranças ou hierarquias .Instabilidades e incertezas .Falta de comprometimento entre envolvidos .Difícil de ser administrada .Calendário concorrido .Muito debate e formação, para pouca ação .Tende a trabalhar o macro em detrimento do micro / Tende a trabalhar o micro em detrimento do macro	.Sem vínculos partidários .Movimento contra-hegemônico .Forte poder de mobilização .Capacidade de trocas substantivas de experiências políticas e artísticas .Espaço de formação .Intercâmbio com outras regiões .Articulação com o poder público .Força política
---	--

É comum grupos inteiros serem representados nesses coletivos de coletivos, por um integrante mais interessado ou disponível, ou pode acontecer da participação individual: “Eu participo sozinho. Meu grupo não se interessou em fazer parte dessa rede” (R5). Essa possibilidade de autonomia pode significar tanto uma potencia quanto uma fragilidade dessas redes, visto ser comum no decorrer do trabalho das redes que as tarefas fiquem concentradas em um grupo mais envolvido e os demais acabem por se distanciar do debate e deixar a participação para segundo plano:

No começo, sempre é o grupo todo. Mas logo após as primeiras reuniões, mesmo contra a idéia de representatividade, por impossibilidade de participação mais coletiva ou relaxo mesmo, sempre tem um pé de boi que segue participando mais ativamente (R6)

Em um processo de ampliação de um movimento, alguns ficam para trás, deixam a luta para seguirem outras. São processos naturais de movimentos, isso significa movimentação. (R4)

Um dos organizadores do Slam, por exemplo, também integra um *coletivo de coletivos* chamado “Cultura ZL”. Segundo ele, tal coletivo tinha como proposta reunir todos os grupos de Ermelino Matarazzo e unificar as agendas, mas, ao longo do tempo, alguns grupos começaram a divergir das propostas acordadas coletivamente e passaram a não participar das atividades coletivas (como reuniões, encontros, eventos, etc.), procurando dialogo com o coletivo só quando havia interesse pontual. O grupo Cultura ZL foi ficando menor, mantendo um núcleo estável que, agora, volta a se ampliar.

O Cultura ZL, por ser uma Rede, temos problemas de se articular, e com

isto acabou sendo uma janela para que poucos aparecessem na linha de frente para se articularem e representar um todo.

Esses movimentos de ampliação e redução da participação e representação, implica em alguns casos a necessidade de novas alianças e configurações, ou ainda, novas perspectivas de atuação. Por exemplo, no Fórum de Cultura da Zona Leste houve inicialmente muitos envolvidos. Com a vinculação de grupos de outras áreas houve a inclusão de pautas ou formas de fazer articulações que nem sempre convergiam com a proposta original. Devido a isso alguns coletivos e artistas se distanciaram do debate e abriram espaço para que articulações de outras naturezas acontecessem, ampliando sua agenda de discussão e território de luta do Fórum.

O Fórum começou com a junção do povo de Guaianases com Ermelino e nesse momento que as reuniões eram em Ermelino o CulturaZl era presença massiva, mas quando começou a ir para outras localidade o grupo foi ficando cada vez menor até não ter mais ninguém. Os motivos alegados é que estava se perdendo o foco. Estavam indo para outras questões. (R5)

Ao longo do ano houve uma conexão maior entre os grupos Cultura ZL, Rede Livre Leste e Movimento Cultural dos Guianás para formar o Fórum de Cultura da Zona Leste – que ainda é deficiente no quesito participação dos grupos ao sul da leste, como as regiões de São Mateus, Sapopemba, Vila Prudente e Aricanduva. Ao mesmo tempo em que o Fórum de Cultura da Zona Leste se formava, também se constituía o Fórum de Cultura de São Mateus, que ao longo do ano, apesar das proximidades das pautas, não conseguiu se vincular ao FCZL. Muito disso se deve ao distanciamento geográfico, dificultado ainda mais quando se trata de transporte público entre bairros – muitas vezes é mais fácil e rápido ir ao centro do que circular pela própria zona leste -, como também pela falta de aproximações entre os circuitos culturais.

Temos muitos parceiros de outras regiões da cidade e até de outras cidades, mas a questão da mobilidade ainda nos impede de estar mais próximos de outras regiões (mesmo da ZL), por isso talvez ainda seja mais frequente os encontros entre Zelestenses. (R6)

Essa organicidade estrutural se reflete também na opção dos grupos pela não institucionalização. Ser Pessoa Jurídica perde o sentido quando são compreendidas as dinâmicas dos coletivos e a liberdade desfrutada na convivência e na possibilidade de experimentações.

Somos artistas e não empresários ou presidentes de ong. Essa obrigação jurídica é algo que incomoda. Temos que desempenhar funções que não são nossas para conseguir trabalhar. [...] Temos o perfil de um Ponto de Cultura, mas não estamos bem um pouco interessados em ter responsabilidades de ong só para poder fazer o convênio. (R2)

Já cogitamos [de nos tornar pessoas jurídicas] pela dificuldade enfrentada na contratação do evento, geralmente pagamos uma produtora para a intermediação. (R3)

Nunca discutimos a questão para o coletivo especificamente, mas sempre questionamos a institucionalização das coisas. [...] Estamos mais interessados em desburocratizar, então a via é contrária. (R6)

A não institucionalidade dos grupos manifesta uma necessidade de permanecer na informalidade, fora dos padrões rígidos e do controle do Estado e da burocracia que caracteriza o setor público e privado. O ambiente do grupo representa o oposto dos valores e estilo de vida promovidos pela sociedade em geral, especialmente em uma sociedade altamente especializada e urbanizada como a encontrada na cidade de São Paulo. Não incorporar estes valores, significa manter-se “livre e independente”, fiel a uma concepção de mundo para além dos ditames do sistema capitalista. Significa romper com os velhos hábitos.

É necessário considerar, na compreensão e avaliação dos coletivos juvenis, que alguns jovens, em especial aqueles que vivem em grandes cidades, articulam-se preferencialmente em redes de ‘socialidades’, buscando formas mais autônomas e, por vezes, autogestionárias, de ‘estar juntos’. O objetivo aparente na formação desses coletivos é o de questionar as relações sociais institucionalmente constituídas e imprimir uma marca de independência em relação às organizações formais da sociedade. (Borelli et al., 2009: 42)

As bandeiras defendidas são múltiplas e dinâmicas, “levantamos uma bandeira de retalhos” (R2). A arte traz a emergência destas discussões, sem ter uma agenda pré-definida.

A proposta é poesia e com isso, diversas outras questões são desenvolvidas naturalmente ou com um empurrãozinho. (R3)

Nossa proposta é divulgar a poesia. A batalha [de poesia] é apenas a desculpa de se reunir e celebrar a vida. (R1)

Hoje o Balaio defende a valorização e incentivo da produção cultural das periferias, acima de tudo. E, de maneira geral, para que a cultura seja levada mais a sério pela sociedade, pelos governos, pelas mídias. Não temos uma bandeira social como a questão racial, a questão da precarização do trabalho, da luta de classes, mas entendemos que podemos falar disso tudo e muito mais porque somos e agimos em espaços cujas vulnerabilidades estão todas misturadas. (R2)

Apesar disso, pode-se elencar algumas motivações/bandeiras que animam os grupos, tais como:

Acesso público e democrático à arte, tanto os produtores quanto à população local. Nesse sentido, importa criar ou re-significar espaços para a prática artística e a experiência cultural, tanto quanto é relevante lutar pela valorização da produção periférica, principalmente via políticas de fomento.

Necessidade de se criar espaços de/para expressão artística local, contrastando a efervescência criativa com a ausência de iniciativas públicas de cultura na região. (R6)

Provocar constantemente a sociedade e seus próprios pares; intervir na rotina da rua e no cotidiano dos moradores, expondo as contradições e desigualdades sociais nas quais estão submetidos.

Necessidade de criar ou consolidar laços sociais comunitários com os moradores do bairro, problematizando suas condições de vida e a possibilidade de projetar outros olhares sobre o mundo.

Questionar o sistema capitalista e suas implicações, assim como também o Estado e seus princípios ideológicos e gerenciais, sua relação com a sociedade e o entendimento de governança.

[Temos] necessidade de re-ocupar a Casa de Cultura do Itaim Paulista, equipamento este que sofre com o descaso do poder público, com certo abandono, mau atendimento da parte dos funcionários entre tanto outros fatores, que só a arte para fazer resistência a todos esses desmandos. (R4)

Resgatar a cultura popular e formação de redes como uma das formas de romper com o modelo hegemônico e homogeneizante, valorizando aquela que representa resistência popular.

Uma ação como esta, não só reconhece os artistas locais, a arte local, como se opõe aos preconceitos, valoriza as diferenças e contribui com o acesso e a produção e valorização artística da comunidade. Somos um quilombo cultural, como tantos outros parceiros nas periferias da cidade. Não fomos feitos para dar certo, mas lutamos pra reverter a lógica. (R6)

Além dessas redes com nomes próprios e de caráter mais representativo, ou os coletivos de coletivos, há também as redes informais voltadas especialmente à troca e à circulação de pessoas, informações e produções, com a finalidade de reforçar os elos e consolidar cenas culturais.

Em uma das edições do Sarau OQDU, a trilha sonora ficou por conta da Radio Sessions¹⁷, que mesmo sem estar presente no evento foi mencionada e apareceu ao fundo. Abayomi, um grupo só de meninas que desenvolve atividades voltadas à moda e à cultura hip hop, convidou coletivos parceiros para integrarem a programação do lançamento de seu catálogo. Na foto abaixo observa-se a circulação e venda de produtos em diferentes eventos, como o lançamento do catálogo, o sarau dos Mesquiteiros e o Slam da Guilhermina.



Foto 3 – Galeria: 1. Abayomi, produção de painéis graffiti; 2. Sarau dos Mesquiteiros, venda de livros; 3. Slam da Guilhermina, venda de artesanato; 4. Abayomi, venda de roupas.

Essa “rede de circulação” promove canais de solidariedade e parcerias entre indivíduos e grupos. Torna mais forte a cena local e estabelece relações com ações mais distantes geograficamente, mas que contém algum tipo de similaridade. “A gente procura sempre pelos nossos pares” (R6). Neste sentido, quando perguntados a respeito dos critérios para estabelecer articulações com outros grupos, os entrevistados relatam que o primeiro aspecto a ser levado em consideração é ser um grupo da periferia ou não, depois é o interesse e a aproximação com a proposta artística. Além do fato de conhecerem mais gente dessa região, alegam que também há uma identificação maior com o território, uma preocupação pela valorização da sua “quebrada”.

O fortalecimento da ZL se deu pelo fato dos grupos enxergarem que não estão sós, muitos outros passam pelos mesmos problemas, daí caiu-se a ficha de que é mais forte lutar junto do que sozinho, cada um em seu bairro. Tendo tudo isso em vista a Zona Leste de Sampa está cada vez mais organizada e na luta. Salve ZL!!!! R4

O que facilita se articular com grupos da mesma região é a geografia que facilita o

¹⁷ Rádio *on line* que teve VAI em 2012. Naquele momento estava lançando o CD no Sarau Perifatividade – Ipiranga, São Paulo/SP.

acesso. Quanto a modalidades artísticas, se tratando de cultura e periferia, o interessante é se articular com variados coletivos, de variadas linguagens, pois assim que é a periferia, diversa e porque não seria assim também com a luta? R4



Foto 4 - Galeria: 1. Emerson Alcade no Sarau OQDU; 2. Festa Vamos ZL do Sarau OQDU; 3. Grupo do Balaio no Sarau OQDU; 4. Tita Reis no Slam da Guilhermina.

É comum que grupos participem de mais de um “coletivo de coletivos” e integre uma “rede de circulação”. A potencia desse quadro de conexões pode ser observada nas reuniões do FCZL, quando era corrente a circulação de informações sobre ações interessantes acontecendo em outros locais ou notícias do cenário político que implicaria na atuação do Fórum. No Slam, por exemplo, sempre era comentada a existência de outras batalhas na zona leste que estavam surgindo, como a Batalha do Grito que ocorre na estação de trem Comendador Ermelino, Batalha da Leste na passarela do metrô Itaquera, outra que acontecia em Guaianases, etc.

Uma consideração a fazer sobre essas redes de circulação, é que elas existem para além da presença física – que tem muitas limitações. Em todos os grupos acompanhados, as formas de divulgação foram essencialmente via internet e presencialmente via participação de integrantes dos grupos em outros eventos. Parece que ambas são formas de abordar um circuito já existente e conhecido. Os convites virtuais, apesar de serem compartilhados “infinitamente” via *facebook* estão orientados a mobilizar um mesmo grupo. Ele circula dentro de um circuito próprio.

2.2.2 Arte, cultura e política: múltiplas conexões

Uma sociedade inteira aprende que a felicidade não se identifica com o desenvolvimento. Ela o confessa, ao atribuir um lugar cada vez maior aos lazeres - esse para além da 'recompensa' do trabalho -, cultivando o sonho das férias ou das aposentadorias. Ela o constata, e por vezes com terror, ao ver se erguer contra si o desprezo ou a cólera de uma juventude que denuncia a ficção corrente, exprime a insegurança geral e recusa os discursos oficiais cuja branda sedução ou inflexibilidade arrogante dissimula apenas seu papel de sucedâneo e de tapaburacos. [...] Devemos, portanto, perguntar-nos: exílio ou criatividade? (De Certeau, 1995: 42)

Nos estudos teóricos sobre a composição de culturas forjadas em contextos complexos ou em ambientes hostis, são comuns releituras e apropriações de elementos culturais de diferentes matrizes para compor uma narrativa que estabeleça a comunicação entre todos que estão sob a mesma condição e propor um sentido comum de grupalidade. Para alguns estudiosos do assunto, o processo de globalização e desterritorialização teria como tendência uma cultura planetária homogênea, bem como a modernidade levaria um padrão de desenvolvimento material e subjetivo comum a todos os indivíduos. Apesar disso, o que se vê é que tanto a modernidade quanto a globalização não estão distribuídas igualmente entre as sociedades, nem mesmo no seu interior. Ainda que a influência exercida seja grande, culturas locais permanecem existindo e se reafirmando (Appadurai, 2004; Woodward, 2007; Hall, 2006).

A cidade de São Paulo se apresenta como um território desigual e segregacionista, que seleciona, classifica e inclui ou exclui determinados contingentes da população, determina o acesso aos bens e serviços que ela fornece, etc.. Para os grupos culturais periféricos essa é uma discussão central às suas práticas. Por isso buscam meios para estabelecer relações mais orgânicas com seu entorno, extraindo dali as bases e as motivações para sua existência.

Pode-se dizer que as formas que os grupos encontram para se expressar oscilam entre, no mínimo, três eixos: linguagens artísticas consagradas (teatro, literatura, música, artes plásticas, etc.), cultura popular tradicional e cultura urbana ou cosmopolita. O que se observa é que aqueles que optam pelas artes consagradas, buscam trabalhá-las no seu aspecto mais popular, como o teatro de rua, o sarau no bar ou o graffiti. Devido ao posicionamento político, a cultura popular é escolhida como canal de pesquisa e ação privilegiado para o desenvolvimento do trabalho destes grupos.

É por meio dela que os grupos conseguem dialogar com a população ao redor e estabelecer vínculos.

No circo é comum a relação com o teatro mambembe e nos saraus há a ideia da praça pública. Os grupos teatrais dão preferência ao teatro de rua, à crítica elaborada na comicidade. O rap busca suas raízes na oralidade, na marcação rítmica e na crônica. Em todos os acompanhamentos houve a ênfase na difusão de produções independentes ou daquelas menos vinculadas ao sentido de mercadoria, adotando uma postura contra-hegemônica. O grupo Aliança Libertária Meio Ambiente (ALMA), criado em 2003, por exemplo, trabalha a conexão entre arte e território, instaurando um “teatro Cohab” como modo particular de atuar na comunidade em que estão inseridos: “onde o cortejo de atores se infiltra no espaço coletivo familiar e transforma o morador debruçado na janela em público, o espaço cotidiano em espaço teatral, a soleira da porta do apartamento em boca de cena” (Dossiê Cohab, 2013).



Foto 5 - Espetáculo “Antes que a Terra Fuja”, em apresentação em prédio do Conjunto José Bonifácio, Itaquera, São Paulo, SP (2006) – Fonte: Dossiê COHAB. 2013.

Em mais de uma observação houve a realização de cortejos pelo bairro com o propósito de avisar as pessoas que a atividade estava para começar e de convidá-las a participar. Com uma sanfona, uma alfaia e um triângulo, o grupo do Balaio reuniu todos os presentes no sarau O Que Dizem Os Umbigos do mês de outubro/2012, e seguiram rua abaixo em direção à área residencial. Por três quarteirões foram cantadas cantigas populares – algumas conhecidas, outras provavelmente criadas pelo próprio grupo – e em uma das paradas foi formada uma roda onde todos se puseram a dançar jongo. Na volta, um grupo de jovens a caminho de suas casas reconheceram alguém no meio do cortejo e integraram o grupo, acompanhando o sarau até o final. O cortejo tornou visível

e manifesto o grupo, que vai à rua para se expor e buscar interação com o público. Em relação ao papel do cortejo na comunicação local e na aproximação entre artista-público e público-público, o entrevistado relata:

Quando viajamos pelo interior em 2011 fizemos interfaces com mídias, mas o que dava resultado mesmo era a nossa chegada na cidade, fazendo estardalhaço, subindo com a kombi em cima da praça da igreja matriz no horário da missa. Sabíamos que em alguns minutos a atenção já estava na gente e era só começar (R2).

Há quem diga que a festa seja um mecanismo de pacificação das contradições e dos costumes, enquanto há quem reforce que se trata de uma transgressão necessária à racionalidade técnica das sociedades produtivistas (Morin, 1969; De Certeau, 1995 e Zaluar, 2003). O que se tornou manifesto é que a festa tem, ao mesmo tempo, esse caráter de transgredir a rotina, principalmente entre aqueles que estão inseridos na lógica econômica hegemônica, mas vai além: no lugar de pacificar as contradições, ela as potencializa ao expô-las e problematizá-las, levando, como debatido anteriormente, seu conteúdo às práticas cotidianas. Não se trata de um momento de suspensão de toda a experiência vivida, mas de continuidade e perduração desta.

Ao descrever a cultura popular na Idade Média, Bakhtin (1987) afirma que, por meio da linguagem e das representações, todas as dimensões vividas em sociedade e as necessidades humanas são colocadas sob uma lógica coerente, um nó indissolúvel, capaz de fazer relações entre o profano e o sagrado, o permitido e o proibido; aquilo que não está disponível é retratado e representado sob um jogo de analogias e subversões, e estabelece a ponte entre o passado, presente e futuro: “É um jogo livre e alegre, mas dotado de um sentido profundo” (*idem*:180).

Esse espaço aberto, que transmite liberdade e confiança aos frequentadores, pôde ser verificado no sarau, onde as donas de casa, por exemplo, encontravam lugar para recitar seus contos e poesias; os poetas marginais expõem seus trabalhos e lançam seus livros; onde militantes registravam suas denúncias; artesãos vendiam suas produções e crianças apresentam suas encenações. Ou seja, configura-se um espaço para apresentação de processos e experimentações, de lazer, confraternização e acolhida, que nada mais é que uma representação da praça pública de Bakhtin ou de um fórum popular onde todos podem falar e serem escutados.

Nos saraus e no Slam da Guilhermina, havia momentos de distração nos quais o público, ou uma parcela dele pelo menos, por estar entretido em conversas paralelas não prestava atenção à poesia do poeta ao microfone, mesmo nessa situação havia a

solidariedade coletiva expressa a cada aplauso. Em momento algum foi visto um poeta ser vaiado, censurado ou ignorado pelo público, ainda que sua poesia fosse longa ou seu estilo de récita fosse pouco envolvente. “[Aquele] que tem a palavra é solidário do público, não se opõe a ele, não lhe passa sermão, não o acusa, não o intimida, mas *ri* com ele” (Bakhtin, pp. 144).

O ambiente do sarau, por ser realizado em uma escola de samba, cria um cenário peculiar: o teto da quadra é de lona de circo (alto e de tecido colorido), dando um ar mais intimista ao sarau e reforçando sua identidade com a cultura popular. Em determinado momento do ano há a confecção das fantasias e também há presença de cultos religiosos, como verificado em uma das observações posteriores ao carnaval quando foram vistas uma jarra de água, flores e uma bacia de argila, revelando que ali havia ocorrido algum ritual - provavelmente antes do desfile das escolas de samba que tinha acabado de acontecer. Outro elemento que configurou essa marca do popular foi a divisão do muro da escola com a sede de um diretório do Partido dos Trabalhadores. A cultura popular mais tradicional estava presente e fortemente representada pelas fantasias, cortejo (música e dança) e pelo cordel recitado ao microfone.



Foto 6 - Sarau O Que Dizem os Umbigos Foto 7 - Sarau O Que Dizem os Umbigos

Os instrumentos ficavam dispostos no chão sem qualquer controle ou supervisão, com fácil acesso das crianças, que, aliás, não eram apenas público, mas também participantes do sarau. O mesmo se passava com os livros, disponíveis para qualquer um ler e recitar. A lista de títulos ia do clássico ao contemporâneo, passando pela literatura periférica e editoras independentes: Manuel Bandeira, Marcelino Freire, Manoel de Barros, Victor Rodrigues, Castro Alves, Maiakovski, Sergio Vaz, Coletivo Perifatividade, Akins Kinte, Brecht, todos juntos e sem distinção.

A cultura urbana, por sua vez, se fez presente por meio dos aparelhos digitais

(principalmente celulares e máquinas fotográficas) e nas letras das poesias. A forma de expressão destes poemas foram do rap ao cordel.



Foto 8 - Galeria: Sarau OQDU/ Vamos ZL; 2. Festa de Encerramento da 1ª Mostra das Periferias/ FCZL

Na festa de encerramento da 1ª Mostra das Periferias realizada pelo FCZL, a festa, o samba, a dança e o humor foram utilizados como forma de expressar as denúncias do dia a dia e de resistir culturalmente. A relação entre memória e poder se torna evidente nesta leitura sobre o resgate de danças tradicionais e histórias do passado, que, trazidos ao presente toma forma de resistência e continuidade histórica.

O samba-enredo da Unidos da Lona Preta, grupo que também participa do carnaval contra-hegemônico produzido pelos grupos da região leste, trabalha sobre a musicalidade e sobre a sátira para fazer denúncias a respeito de fatos que aconteceram durante o ano e relatando uma experiência do grupo na ocupação cultural de 15 dias da praça do Artur Alvim – em uma ação de construção do Monumento do Trabalhador, um elefante pisando em ratos:

A Ocupação

A mesma praça
O mesmo banco
As mesmas flores no Arthur Alvim
Ó que legal, que lindo fim
O elefante pisou no ratim

Foram quinze dias de ocupação

Teve teatro, teve samba e mutirão
O elefante que ali se construía
Nasceu da força, união e ousadia.

Vem Milton Santos, vem Pinheirinho
Com o povo unido ninguém vai ficar sozinho

Um elefante incomoda muita gente
Mil militantes incomodam muito mais

E o povo inteiro
É a força da transformação

Fim do rato
Comida de gato
Sem tempero e sem sal

Fim do ato
Fim de papo
Vamos pular o carnaval
(*Samba-enredo 2013 – Unidos da Madrugada*)

Nas ocasiões de festa e na ocupação da praça pública, desafia-se o poder e os poderosos por meio da sátira, da farsa e da ironia, licenciadas por uma liberdade e não-oficialidade, através de linguagem acessível e popular, gerando assim um ambiente de abertura, franqueza e familiaridade (Bakhtin, 187: 132). A praça, também reconhecida como espaço de confrontos (guerra) e confraternização (festa), dos grandes eventos oficiais ou não. Para Bakhtin, “era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘exterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra” (pp. 132).

Diante do contexto abordado, pergunta-se então, qual seria o propósito da arte? Deveria ela ter uma finalidade social? Deveria ser utilitária ou estar a serviço de um projeto político? As respostas dadas pelos grupos seguiram dois sentidos que se complementam ao final. Parte delas afirma que a arte deve ser livre, compreendida como integrada à natureza humana de criação e manifestação, estando, na sua essência, isenta de qualquer compromisso social. Contudo, o processo de criação, esta relação entre objetividade e subjetividade, está vinculado à necessidade de experimentar e comunicar alguma mensagem entre seres humanos. Com isso, o aspecto social está intrinsecamente presente no fazer artístico sem que, por isso, seja exigida do artista uma responsabilidade social ou um posicionamento político no processo de criação.

O artista tem que se sentir livre para produzir. (R3)

A arte é criação. As pessoas que fazem se transformam e isso pode gerar uma mudança social, mas não ser uma finalidade, se não você mata a criatividade. (R5)

O outro conjunto de resposta não desarticula arte e política, sendo a cultura a dialética dessas duas dimensões. Em diálogo com a visão de Gramsci (1986), a arte seria parte do processo político de construção de hegemonias e difusão de ideologias, assim como também tem a potencialidade de abrir brechas para a elaboração de práticas e pensamentos de resistência. A arte seria, portanto, instrumento de poder com possibilidades de dominação e emancipação, dependendo da sua orientação política. O Coletivo de Vídeo Popular afirma em manifesto ser contrário à arte pela arte, “que isenta seus realizadores da responsabilidade com o contexto social”, justamente por compreender sua capacidade de criação e difusão de estereótipos e visões de mundo.

Para os críticos da Escola de Frankfurt, em especial para Theodor Adorno, a arte nunca seria livre na sociedade capitalista. Não haveria a possibilidade de desvinculação da arte à ideologia imposta pelo pensamento dominante e intrínseca a todas as formas de relações e produções sociais. Para ele todas as relações seriam determinadas *a priori* pela estrutura de dominação que suprime o indivíduo. A saída para essa situação, onde tudo se encontra forjado e determinado, seria uma revolução socialista, sem classes sociais ou grupos dominantes. A arte, para ser autêntica, deveria ser autônoma, patamar alcançado apenas quando distanciada do mundo empírico (ideologizado, falseado).

Elaborando um contraponto a esta perspectiva e questionando a primazia dada à infraestrutura em detrimento da superestrutura, Edgar Morin desenvolveu sua teoria do pensamento complexo e da dialogia, em resposta ao determinismo e à noção de dialética implícitos nas teorias marxistas e estruturalistas. O autor propõe uma abordagem transversal, onde o homem é concebido tanto como produtor, quanto produto de relações sociais. Ao inserir a subjetividade e a imaginação como variável de estudo, Morin também apontou para o caráter *criativo* do ser humano e sua capacidade de reação aos estímulos apresentados pelo meio externo. Com isso, rompeu com o pensamento frankfurtiano ao relativizar a existência de uma ideologia hegemônica homogênea difundida pela comunicação, fazendo emergir o plano das leituras e mediações heterogêneas elaboradas pelos sujeitos.

Nesse sentido, no final dos anos 1970 no Brasil, Paulo Freire (2011) discutiu a questão da conscientização e politização popular via ação cultural. Sob uma perspectiva marxista e humanista, afirmou que, apesar de estar em uma sociedade de classes, sob relações de dominação, determinações, limitações diversas e constituição de

hegemonias, o ser humano seria um ser histórico, ou seja, não estaria submerso no tempo seguindo lógicas instintivas ou puramente técnicas, tendo por natureza a possibilidade de criação e de trabalho consciente sobre um plano dado. Apostou em uma concepção de indivíduo que seria sujeito em permanente e íntima relação com as estruturas de poder e não objeto vazio receptor de conteúdos externos. Assim, a cultura estaria entremeada na estrutura social total, refletindo não só os valores hegemônicos em forma de ideologia, mas também todos os processos de enfrentamento, resistência ou tomada de consciência por parte dos dominados. Portanto, não se trataria de pura reprodução da cultura imposta, mas da possibilidade de criação de todos os seres humanos, em uma relação dialética e não apenas determinação, como vista anteriormente em Adorno. “Temos insistido, neste como em outros trabalhos, em que a estrutura social, como um todo, é, em última análise, não a soma (nem também a justaposição) da infra-estrutura com a superestrutura, mas a dialetização entre as duas” (*ibidem*: 114). Da mesma forma, ao analisar a organização e estruturação dos movimentos sociais tradicionais ou contemporâneos, Gohn (1997) conclui que a ideologia está presente também no projeto de atuação desses movimentos, não abafando resistências contra-hegemônicas como algumas perspectivas marxistas e estruturalistas afirmam, diz ela:

Todo movimento está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte a suas estratégias e desempenham seus projetos político-ideológicos. Não se trata da vertente marxista ortodoxa que vê a ideologia como mistificação da realidade, mas sim da vertente marxista-gramsciana que trata a ideologia no campo das práticas sociais, como conjunto de idéias que dão suporte a projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social. E isto é válido tanto para os movimentos populares como para os novos movimentos sociais. (*idem*: 235)

Morin tratou da possibilidade humana de subjetivar o objetivado, com trabalho metabólico de mediação e criação. Freire, por sua vez, destacou como esse processo poderia vir acompanhado de uma conscientização sobre a realidade em que se está inserido e não apenas da reprodução instintiva. É na combinação entre essas perspectivas que a relação entre arte, cultura e política se daria¹⁸.

¹⁸ Há um vasto material produzido pelo Grupo de Trabalho Clacso “Juventud y nuevas practicas políticas en América Latina”. No Brasil essa rede de pesquisadores encontra sede no grupo de pesquisa “Jovens Urbanos” do Departamento de Antropologia / Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Diversas produções do Grupo discorrem sobre a emergência de novas articulações entre política, cultura e juventude. Para consultar os textos produzidos, acesse a página virtual: <http://www.pucsp.br/projetojovensurbanos>

Os coletivos tendem a buscar o rompimento com essa “cultura do silêncio”, ou uma cultura que seleciona as vozes a serem ouvidas. A arte seria então uma forma de irromper com o estado de imersão na realidade e poder adquirir o distanciamento necessário do mundo objetivo, construindo uma narrativa própria, com leitura de si na “percepção estrutural dos fatos” (Freire, *op. cit.*: 119).

A experiência periférica é assumida como matéria-prima legítima para as práticas artísticas e culturais, com ênfase nos acontecimentos cotidianos, na extensão social da arte e em uma postura combativa em relação à visão da população pobre e trabalhadora, não detentora dos meios de produção, como um objeto passivo, sem qualquer energia criativa própria e sempre determinada pelas estruturas hegemônicas. Através da ação cultural, abre-se uma dimensão possível de questionar os aparatos de dominação e desenvolver espaços de produção de conhecimento e relações diferenciadas e coletivas, apesar dos impactos das intervenções sejam possíveis apenas no plano local.

Convivência traz debate, faz com que as idéias circulem e permite que possamos nos fortalecer como grupo, coletivo, população (R4).

A gente emerge de onde estava programado para não dar frutos, a gente está presente aonde o poder público está mais ausente, a gente realiza ações em/para e com a comunidade, a gente altera os espaços, as relações, a história de um local, das pessoas, a nossa. Fazemos política porque nos organizamos para uma ação que não cabe só no nosso umbigo e a cada dia interfere mais no cotidiano do bairro, da cidade (R6)

Entende-se, portanto, que a arte tem forte carga política, na medida em que: pode acarretar em libertação ou dominação, conscientização ou alienação; bem como apresentar e representar realidades e contradições. Nas entrevistas e nos textos-manifestos analisados não houve nenhum caso em que o processo de disputa pelo poder não estivesse evidente. Todos apresentaram a crença na possibilidade de irromper enquanto sujeito com um projeto de conscientização e crítica pela ação cultural e artística. A militância articula a vida pública à privada, com a intersecção entre elas. Isso porque se trata de um movimento que extrapola a ideia de atividade destinada somente ao lazer de final de semana, inserindo essas questões no cotidiano e orientando a trajetória de vida dos envolvidos.

A respeito do cotidiano, observou-se duas tendências comuns: a politização e a dramatização do cotidiano. A politização pode ser verificada na inter-relação entre militância e projeto de vida. Ao unir arte, cultura, política e trabalho em uma mesma

prática, subverte-se a lógica da divisão do trabalho própria da sociedade atual, alinhando prazer, conscientização e renda (ainda que instável), ou mesmo alterando os sentidos de “dia útil” e “final de semana”, espaço do trabalho e vida privada.

Não tenho um final de semana como seria o considerado normal. Minha rotina não é de trabalhar na semana e passear no fim de semana. Eu trabalho e passeio todos os dias. Mas tem uma coisa que toma muito meu tempo que é a militância política, social. Que muitas vezes atrapalha tirando o tempo do trabalho e do descanso. Mas que me move em outros aspectos. Essa atividade também não tem rotina. As vezes é escrevendo texto na madrugada do domingo, as vezes é fazendo uma ação de protesto em um sábado de manhã. [...] E acho que essa rotina muitas vezes quem te impõe é o trabalho formal, se você não trabalha formalmente essas atividades vão se misturando e até a relação semana e final de semana perde sentido (R2).

Nem todos os entrevistados têm a opção de fazer esse processo de subversão e interligação por completo, então estabelecem estratégias para adaptar sua demanda pessoal à oferta de vagas no mercado de trabalho.

Só me considero isso [artista] (...). Nas horas vagas, finjo que sou professora, mas não é uma opção é um plano! Minha formação é em História, então me interessa muito pelo campo da pesquisa e do registro, as vezes penso em debandar para essa área, mas sempre voltada à cultura, às produções e manifestações artísticas. (R6)

Sem ela [a arte] eu não sei o que seria. Pra mim é tudo, é essencial, é o que me mantém firme e forte na correria da vida, só ser educador de História, seguir alguns padrões não tem nada a ver com minha pessoa (R1).

A poesia é minha combustão para trabalhar até em outras áreas (R5)

A polivalência da arte e da ação cultural não é legitimada no senso comum. Não são todas as famílias, por exemplo, que compreendem esse campo como possibilidade de trabalho sério e de longo prazo.

Até hoje o entendimento é meio difícil, pois não se trata de um trabalho convencional, com hora para entrar, hora para sair, bater ponto. Muitas vezes entendem como ‘atividades’ e não como trabalho propriamente dito. A questão de se afirmar é sempre constante. Contudo hoje o entendimento é um pouco maior do que há anos atrás. (R4)

No sentido da politização do cotidiano, quando perguntados sobre as atividades que costumam fazer no tempo livre, a resposta foi quase unânime em relação a idas as atividades culturais de grupos conhecidos e não conhecidos. Os integrantes do Sarau OQDU, por exemplo, afirmam que escolheram realizar atividades todo 3º sábado do mês para não se privarem de ir a outros saraus.

Por dramatização do cotidiano entende-se o duplo processo de problematização e captação das experiências vividas no dia a dia e de expressão e compartilhamento dessas reflexões, como as manifestações verificadas em poesias, cenas teatrais, cantos, intervenções, etc.. Percebeu-se em diversos casos que, entre um fazer e outro do dia, as pessoas produziam textos ou pensamentos que seriam expostos posteriormente. Nas observações etnográficas foi corrente a utilização dos celulares pelos poetas para a leitura de seus poemas, escritos entre idas e vindas no transporte público, ou em momentos de espera em filas. As poesias tratavam de assuntos variados, mas sempre relacionadas a questões cotidianas, concretas, e, na maioria das vezes, narradas em primeira pessoa.

Exemplo dessa dramatização também pode ser conferido no Slam realizado em março de 2012. Vale contextualizar que no período anterior a esta edição do evento, houve incêndios em diversas favelas que ocupavam áreas de interesse imobiliário na cidade de São Paulo. Havia fortes indícios de aliança entre governo e mercado imobiliário e este ponto de vista foi sistematicamente desenvolvido nas poesias, assim como sugere o trecho de uma das poesias recitadas no dia:

[...] Pavio queima, transforma favela em pó.
Outro acidente.
Governo teima, diz que foi vela e só.
(Thiago Peixoto)

O mesmo aconteceu na edição de junho deste ano, que ocorreu durante a Copa das Confederações no Brasil e após diversas passeatas e manifestações que marcaram o país no período dos jogos. Nela um dos participantes cobriu o rosto com um lenço vermelho e vestia uma camiseta amarela com a frase “*fuck FIFA*”, e por diversas vezes foi citado o tema da corrupção na política brasileira e sua relação com os grandes eventos. Ou seja, situações vividas no espaço do cotidiano são levadas para serem exploradas no espaço coletivo, para a praça pública.

O mesmo foi observado no Sarau OQDU, em que os temas das poesias giravam em torno de assuntos recentes e polêmicos, como a pobreza, negritude e racismo, homossexualidade, a migração e o migrante, delinquência e crime, juventude e cultura periférica, processos de exclusão e fatos recentes como o caso Pinheirinho¹⁹. Assim

¹⁹ Reintegração de posse protagonizada pelo governo do Estado de São Paulo contra a população residente do bairro chamado Pinheirinho, em São José dos Campos/SP – ocupada desde 2004, abrigava cerca de 6 mil habitantes. Ocorrida em 2012, ficou conhecida pela

como demonstra poesia de Marcelino Freire, recitada pelo próprio no sarau em sua homenagem:

Um dia esse povo deixará de ser pneu e carvão
Não mais será palha e papelão
Um dia esse povo cansará de ser jornal e plástico
E deixará de ser tábua sem salvação
Um dia esse povo não virará cinza, nem cinzeiro,
Nem cheiro no ar de fosforo e fumaça
Não deixará de graça a sua morada
Não precisará de bombeiro, negará a ajuda do governo
Um dia esse povo queimará o tempo inteiro
Ninguém o apagar[a do mapa
Um dia esse povo será fogo na brasa!

Dramatizar o cotidiano é também politizá-lo, é agregar valor e significados, é rememorar um fato ocorrido e salientar sua importância, é fazer leituras próprias, pontes entre o macro e micro, passado e presente, estrutura e fato e, em última instância, é provocar sensações: como as de revolta e indignação. Mesmo que a política não esteja em evidência, o ato de registro e manifestação do que foi vivido, essa tomada de distância e consciência, a criação sobre uma experiência e sua expressão pública, representam um empoderamento do sujeito na sua capacidade de refletir e criar de forma mais autônoma e crítica.

2.3 Construindo lugares e ocupando espaços

Interessa a esta pesquisa compreender o processo em que grupos passam a elaborar identidades coletivas e projetos de intervenção político-social. Observou-se nos itens anteriores que parte desse processo ocorre na relação estabelecida com o território e na incidência sobre o espaço ocupado (seja a rua, praça, escola, galpão, etc). Alvarado, Botero e Ospina (2012), retomam os estudos sobre o movimento indígena Alcaro Ulcué, para compreenderem as relações entre território e política. Os pesquisadores concluem que:

“o território se converte em aspecto constitutivo do processo de configuração de movimentos e subjetividades políticas; o território é uma condição para a aparição do sujeito político, pois é nele onde o sujeito tem a capacidade de atuar para transformar, o território é o espaço abstrato e concreto” (pp. 87).

violência e conflito entre a ordem da justiça federal que mandou suspender a reintegração, e a persistência do governo em ignorar tal decisão.

Foi comum a analogia entre periferia e quilombo urbano, espaço de resistência aos valores e ao ritmo da sociedade e da cidade a sua volta. A periferia seria então o espaço onde as estratégias de sobrevivência e resistência de um povo oprimido pela cultura dominante se daria, onde é preciso ter espírito guerreiro para poder transformar dada realidade e inserir-se na sociedade e no contexto da cidade preservando uma identidade própria.

Faço ação cultural nas áreas periféricas porque acredito que isso é parte da revolução diária que travamos na cidade cada vez mais segregada e entregue ao mercado capital. R2

Fazer atividade na região ou próximo de onde morramos gera uma identidade com a localidade, facilita nosso trabalho e temos um reconhecimento local, isso é muito bom. R3

As pessoas passam a perceber que no seu bairro se faz arte e não precisam mais ir até o centro para ver uma peça, para assistir alguém declamando uma poesia. O bairro se transforma. O comércio local passa a falar a cerca da linguagem que desenvolvemos. Isso pode gerar um interesse em outras artes no seu dia-a-dia. R5

É um trampo muito relevante, pois tem um caráter de restituição e retomada de posse, pois a cultura no âmbito artístico sempre nos foi negado ou quando vinha, tinha um ideal de tirar os jovens das drogas. Fazer esse trampo vai muito além, é fortalecer os locais onde moramos, torná-los mais habitáveis, pois as periferias foram lugares historicamente construídos para que fossem somente locais de passagem ou bairros dormitórios. Tornar esses espaços em potências culturais, é descentralizar a cultura dos grandes centros e mostrar que fazemos parte da cidade também e que ela é nossa por direito. R4

É uma questão de reparação histórica, de equiparar direitos, de contribuir para o acesso, de ser o tal sujeito periférico que interfere e modifica o seu cotidiano. É movimento que propicia outros horizontes, que altera o olhar para a cidade, para o sujeito, para a história. R6

Por isso é importante fazer emergir, mesmo que simbolicamente no início, a periferia como território qualificado e valorizar a produção e as relações ali existente. É a partir do sentimento de pertencimento que haveria a adesão da população no sentido de manter “resistência” frente os estigmas e uma série de desigualdades vivenciadas pelos habitantes. Buscam-se sentidos nos quais as pessoas possam identificar-se. As relações estabelecidas localmente, seja no bairro ou na região, podem ser mais personalizadas do que aquelas oferecidas pela cidade como um território generalizante.

São Paulo é muito grande e essa noção de pertencimento numa cidade que é tão grande e proporcionalmente desigual faz você buscar lugares, pessoas, realidades, das quais você se identifica [...], porque as periferias ficaram muito tempo entregues ao ponto de vista dos outros. Agora a zona leste está retomando o seu lugar de autodenominação, de bater no peito e dizer ZL. R2

Cada região tem suas especificidades assim como cada bairro, por isso dividir às vezes é bom, para entender a demanda de cada região e depois construir algo maior. R3

A relevância está na questão identitária, antes de ser um cidadão do mundo precisamos reconhecer o local onde vivemos. Para alguns colocar “Zona Leste” pode parecer regionalista, mas está ligado a origem, da onde veio. R4

Pra fortalecer a identidade. Não conseguíamos falar pela cidade. Já é difícil para pela zona leste. R5

Da mesma forma, na dinâmica de ocupação temporária dos espaços públicos e privados constatou-se a elaboração de um *nós temporário* materializado em um lugar com forte marcação de pertencimento em um determinado espaço de tempo. Não se trata “apenas” de ocupar fisicamente um espaço, mas de qualificá-lo geográfica e simbolicamente, produzindo sentidos e identidades a partir de uma apropriação e representação do próprio território.

Por territorialização entende-se o controle espacial através de uma política de identidade, com produção de subjetividades localizadas em um grupo. Esta relação de poder pode ser tanto no sentido de dominação quanto a uma proposta de anti-poder ou de resistência. Segundo Haesbaert (2004), território “tem a ver com o poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (pp. 01). Nenhum espaço é neutro, assim como toda relação social é política. Apropriar-se de um espaço é impor significados e símbolos, é interferir na lógica anterior e apresentar um outro referencial de ocupação social. Fala-se então da produção de localidades, lugares, ou seja, de um espaço personalizado e de projeção simbólica (Agier, 2011), um espaço socialmente construído e em disputa com a multiplicidade de poderes ali enraizados (Haesbaert, *idem*).

Outros autores como De Certeau (2007), Souza e Teixeira (2009), Milton Santos (2006), Haesbaert (2004) e Agier (2011) concordam que há diferenças entre um espaço e um lugar. No espaço há movimento e a polivalência de programações que orientam seu uso, é instável e marcado pela falta de apropriações contínuas. Já o lugar é um “espaço dotado de significado, um espaço vivido e percebido, intersubjetivamente constituído” (Souza e Teixeira, *op.cit.*: 34).

Dessa maneira, é importante destacar a cidade como dispositivo cultural *per si*, que possibilita a produção de grupos e lugares, a coexistência (ainda que não pacífica)

de uma pluralidade de culturas e identidades. Um cadinho no qual os encontros, as fusões, os conflitos produzem cultura num jogo complexo em que as situações fazem comunidades.

Para Agier, a cidade não deve ser vista como o Mosaico sugerido por Park, mas, antes, se trata de uma “cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo” (pp. 38), cuja construção de localidades é apreendida numa perspectiva dinamizada e tensionada.

Uma das formas de transformar um espaço em lugar é por meio de ritos: um conjunto de práticas conhecidas pelos envolvidos que comunicam e compartilham sentidos entre um grupo e uma sociedade. Assim sendo, o que se seguirá é a descrição deste rito e a relação estabelecida entre territorializações e identidades.

A ocupação de espaços requer identificação mínima entre os propósitos do grupo e o perfil do local escolhido. Nesses meses de pesquisa de campo foi possível ver diferentes formas de apropriações de espaços físicos, algumas ações ocorreram sem autorizações prévias e problematizando o caráter público do “espaço público”, outras mantiveram diálogo com a instituição gestora do espaço, buscando aprofundar o contato com a comunidade do entorno. A escolha do local não se dá de forma arbitrária, ela está atrelada ao perfil do coletivo e aos objetivos da ação cultural. Nesta articulação vê-se o estabelecimento de outros vínculos sociais e outras referências culturais e territoriais surgirem e se consolidarem.

O uso prolongado de um espaço por um determinado grupo personaliza e atribui sentido extra àquele local, conferindo um sentimento de comunidade, mesmo que temporária, entre aqueles que participam da ação.



Foto 9 - Galeria: Slam da Guilhermina

A apropriação pode se dar de diversas formas. A afirmação da existência e identidade do Slam e a formação de uma relação mais densa entre os participantes – a constituição de um *nós temporário* - se dá não apenas pelo uso de artifícios visuais (como o lampião, a bandeira e camisetas do grupo), mas também pelo grito coletivo que antecede a apresentação de cada poeta: “1, 2, 3... Slam da Guilhermina!”. Ao dizer isso, o slam passa a existir e a integrar todos os presentes sob um mesmo guarda-chuva.



Foto 10 - Galeria: Camisetas usadas durante o Slam da Guilhermina

Durante aproximadamente três horas a praça da estação do metrô torna-se o lugar próprio, o espaço de construção semântica do grupo. Como num jogo, há começo, meio e fim e uma série de regras estabelecidas previamente e compartilhadas entre os envolvidos. Escolhe-se os juizes da noite e se realiza uma rodada de poesias curtas para “esquentar” os avaliadores. O encontro é dividido entre um recital livre, a competição e a apresentação de algum artista independente conhecido pelo grupo - que não cobra cachê, mas faz a divulgação de seu trabalho. Os prêmios ao vencedor da batalha são as produções de artistas locais e qualquer outro material que os participantes levem para compartilhar (como demonstra a foto 5).

A escolha pela utilização do espaço do metro demonstra que o que está em disputa é a reivindicação do espaço público, a descolonização do seu código, a desburocratização do uso e, principalmente, o direito a circulação pela cidade – basta ver a importância que a acessibilidade tem para a escolha desse local:

[Escolhemos] por ser de fácil acesso – metrô – e também, por ser um local ocioso e de pouca ação, seja cultural ou de outras esferas (R1)

Porque ali é um local de passagem. Caminho para as lotações. E não temos uma Casa de Cultura. É uma maneira de protesto e de posicionamento político (R4)

A ocupação do metrô também faz analogia às batalhas de hip hop que aconteciam na estação São Bento nos anos 1980/90. Integrado ao circuito das galerias e lojas de discos, o largo da São Bento serviu de sede para encontros dos grupos punks e de bboys no período. O desenvolvimento do transporte urbano colaborou para, que logo no início, houvesse pessoas vindas de diferentes regiões da grande São Paulo²⁰. Naquela época, as cidades de Nova York e Londres (referências para estas culturas) eram os símbolos máximos do consumo, luxúria e vaidade, ao mesmo tempo em que evidenciavam as desigualdades próprias de cidades superdesenvolvidas. Por esse motivo, a ocupação do metrô representava uma vinculação maior com o movimento hip hop americano e todas as expectativas geradas em torno das possibilidades de criação de uma cultura urbana e juvenil no Brasil.

A gente conseguiu a estação do metrô, a gente já tava influenciado pelos filmes, por aquela coisa dos encontros no metrô de Nova York, que tinha aquela impressão de que no metro tudo se podia, tudo se fazia. Então a gente tava contente porque a gente tinha o nosso metrô (Gema - Back Spin Crew. Nos tempos da São Bento)

Espaço de ocupação contínua e encontros diversos, não foi à toa que o centro velho acolheu culturas marginalizadas. Seus principais pontos de encontro foram as Ruas 24 de maio, Barão de Itapetininga e Dom José Gaspar, Praça da República, da Sé, Roosevelt e a Estação de Metrô São Bento – todos espaços que expressavam o urbano, seja pela degeneração (como no caso da Galeria do Rock) seja pela imagem de progresso e sofisticação (como a estação de metrô); espaços lúdicos, de dimensão coletiva, pública e de baixo custo.

As praças e ruas eram espaços públicos ocupados por coletividades que os tornaram um “lugar seu”, principalmente aos finais das tardes e durante os finais de semana. Essa apropriação também se caracteriza como geradora de uma sociabilidade extra-institucional, capaz de se consolidar pelo estabelecimento de novos vínculos sociais entre jovens e a constituição de diferentes elementos de pertencimento e distinção grupal, enquanto lugar para ser visto, “permeável à inscrição da subjetividade dos frequentadores” (Borelli, 2009).

Apesar da convivência entre punks e hip hoppers em um mesmo ambiente, a ocupação da São Bento pode ser identificada como um espaço que produziu diferentes lugares, onde os grupos se diferenciavam entre si e permitiam pouco ou nenhum entrosamento com elementos externos. Um mesmo espaço recebeu (e recebe) mais de

²⁰O primeiro trecho do metrô foi inaugurado em 1973 e seguia do Jabaquara à Saúde (zona sul).

um grupo, sem haver, contudo, interações substantivas entre eles.

Os punks ficava na escada lá, no movimento deles. Os caras levava umas fita, fazia uns rolos de braçadeiras, fazia umas tretas. Mas a gente respeitava o espaço deles e a gente ficava no nosso canto lá, dançando e fazendo nosso movimento. Com o tempo a gente foi criando vínculo (Dj Alan Beat - Sampa Crew. Nos Tempos da São Bento)

A existência de um lugar sede do grupo e a relativa estabilidade das ações culturais são dois aspectos de suma importância para a constituição de referências e circulação de pessoas em determinado circuito cultural. Em conjunto, estas práticas locais produzem complexas redes de apoio que estão interligadas e mobilizadas²¹. A partir delas, os grupos se fortalecem e se tornam mais conhecidas.

Entre os frequentadores do Slam há um que participava deste movimento e que hoje recita poesias quando pode. Suas rimas e ritmos são diferentes daquelas dos outros frequentadores. Neste caso são percebidas duas formações distintas e complementares: enquanto ele trabalha sobre a matriz do rap, os demais, mais jovens, desenvolvem suas poesias sobre a matriz da literatura, envolvidos com o movimento da cultura periférica, participam do circuito de saraus, lêem livros de Sérgio Vaz, Ferréz, Sacolinha, Binho, Buzo, etc., e experimentam articulações entre diferentes gêneros musicais, como o rap e a MPB contemporânea ou clássica.

Participam dessa atividade pessoas de diferentes bairros da cidade, juntando cerca de 40 a 50 pessoas por encontro, sendo a maioria jovem. Muitos frequentadores já o tem como atividade cultural programada que antecede a saída para o centro da cidade em uma sexta-feira a noite, enquanto outros vão ao Slam, participam e logo retomam às suas casas nos bairros vizinhos. Nem sempre houve integração com o público local, mas sempre houve público, já que uma série de pessoas que compareceu em mais de um evento observado, algumas delas apresentando suas produções, outras integrando o público espectador.

Esta visão de termos muitas pessoas de outras regiões e poucas do entorno, tem mudado desde 2012. A galera que mora ao redor tem se aproximado de nossas atividades. [...] Acredito que a curiosidade e também o saber o que é, tem feito com que moradores e comerciantes, após seus afazeres pessoais, tenham comparecido na praça para escutar de perto um pouco de poesia (R1).

Estamos trabalhando na região e percebemos que gradualmente as pessoas estão

²¹ Essas redes são formadas por outros grupos e por parceiros institucionais. Sua principal forma de mobilização é a internet e a vivência comunitária, além do intercâmbio de atividades.

chegando. Na última edição, por exemplo, uma moradora veio perguntar se podia participar, ela ficava sempre olhando de longe, mas não sabia se podia ir (R3).

As pessoas do entorno vão para assistir. Os poetas vêm de longe para competir. São poetas de saraus e ou rappers (R5).

A praça, ao lado da passarela do metrô, da via radial que liga zonas leste e oeste da cidade, e dos pontos de ônibus e lotação, é um lugar de passagem marcado pelo movimento, migração e fluxo de pessoas, sem relações estáveis ou apropriações de qualquer outro grupo. Na perspectiva de Agier (2011) pode-se interpretar que o Slam produz um *lugar temporário*, ou seja, torna-se suporte de trocas simbólicas e sociais por um período de tempo, um ritual altamente codificado, com regras estabelecidas e sentidos compartilhados entre seus frequentadores, a cada última sexta-feira do mês, tendo continuidade no ambiente das redes virtuais.

Em diálogo com essa experiência, no bairro do Itaim Paulista, o coletivo O Que Dizem os Umbigos utiliza um espaço privado todo terceiro sábado do mês para realizar seu sarau. Na entrada da Escola de Samba Unidos do Santa Bárbara é possível ver cartazes que identificam a atividade e convidam os moradores e frequentadores do local a entrar.



Foto 11 – Galeria: Comunicação visual do Sarau O Que Dizem os Umbigos?! no portão da Escola de Samba

É um espaço comunitário (institucional) que, naquele período, é reapropriado por um outro grupo. Neste caso, não há imposição simbólica ou de uso, mas uma complementação entre as praticas e representações. De acordo com o entendimento de um dos integrantes do coletivo, não se trata de uma ocupação e sim de uma parceria,

“pois esse espaço está diretamente ligado à comunidade local e entendeu nossa ida pra lá como parte da ação deles também” (R6).

Nos outros dias da semana, a escola tem atividades relacionadas ao carnaval e diversas outras festas populares. O grupo, ao desenvolver suas ações ali, acredita que contribuiu para a ampliação do público freqüentador e do leque de ações culturais que acontecem no local, “tornando assim a Escola que já era um polo cultural, mais rica e mais artística. [...] Tem pessoas que conheciam a escola de ouvir falar, mas a primeira vez que entraram foi vindo no Sarau” (R4). Além disso, com o apoio do Programa VAI em 2013, o Sarau OQDU comprou alguns equipamentos eletrônicos que acabam sendo compartilhados com o espaço e ajudando a melhorar a infra-estrutura disponível. Por sua vez, a Escola fornece um ambiente cheio de referências culturais que dialogam e reforçam os propósitos da ação do grupo.

Santa Bárbara é uma Escola, não só de samba, mas de humildade e, sobretudo é lá que o sentido de comunidade se faz presente. Lá as pessoas são comuns e solidárias, o presidente e a diretoria nos receberam de braços abertos. Fomos para lá por já estarmos cansados dos desmandos da Casa de Cultura e por termos um contato próximo com eles (R4).

Ademais, também foram conferidas outras formas de apropriações de espaços, como os espaços públicos ociosos ocupados por grupos artístico-culturais, como o coletivo ALMA, em Itaquera, ou Clube da Comunidade Vento Leste, na Penha, ocupado há mais de dez anos e autogerido pelos grupos Esquadrão da Capoeira, Grupo Theatral Parlandas, Banda Nhocuné Soul, Coletivo da Albertina e Coletivo Dolores Boca Aberta, entre outros. O grupo ALMA ocupa espaço cedido pela COHAB e o Clube da Comunidade Vento Leste é o antigo Centro Desportivo Comunitário (CDC) Patriarca – cujo responsável legal é a prefeitura.

Entre os entrevistados há um que já participou da ocupação desse CDC. Ele aponta que logo no início da apropriação, o espaço “era bem precário, sem parte do teto, sem luz, sem a sala anexa, sem banheiro” (R2). Como já se configurava um lugar de outro coletivo, o grupo do entrevistado saiu após dois anos de estada, buscando um local no qual pudesse ter maior autonomia política.

A saída do CDC foi tão importante quanto a chegada, porque foi a primeira vez que buscamos uma ocupação que partisse de nós ao invés de nos agregar a uma ocupação já existente. [...] Conseguimos um apoio no Clube Escola da Vila Curuçá e ficamos por lá por mais um ano [...]. Acho que nessa ocupação o Balaio amadureceu e começou a protagonizar algumas lutas, no sentido de ter se encontrado em algo que fazia sentido politicamente na trajetória do grupo, sem

entrar por tabela em [outras] militâncias. [...] Fomos mais pra rua e botamos mais a cara no mundo. Foi um marco para o grupo. Na época flertamos com a linguagem da performance e fizemos ações radicais de intervenção artística com a comunidade. Foi a época em que mais tivemos gente com a gente, gente que vinha de longe conhecer o que estávamos fazendo (R2)

Este mesmo grupo tem sede hoje no diretório do PT no bairro de Ermelino Matarazzo. Sem conseguir estabelecer um relacionamento com a comunidade do entorno, o grupo ocupa semanalmente o parque linear próximo, que fica à beira de um córrego, com a proposta de realizar treinos abertos e apresentações de circo. Ao dizer que “somos conhecidos no bairro por nossas ações de rua e não pelas ações no diretório” (R2), fica claro um dilema a ser resolvido: o grupo não tem um lugar próprio, o espaço que encontrou para treinar é o diretório de um partido, o que pode se tornar uma referencia negativa para o grupo, visto a segmentação do público freqüentador. A saída para ter maior vínculo com o bairro é a ocupação semanal um espaço aberto, mesmo possuindo uma estrutura de circo guardada na garagem de casa, esperando a decisão da prefeitura em ceder terreno para a montagem.

Só falta isso, posicionamento político da gestão, para que talvez tenhamos um espaço definitivo com a nossa cara, próprio para a nossa atividade. (R2)



Foto 12 - Treino Livre do Balaio



Foto 13 - Estandarte do grupo Do Balaio

Outra ocupação de espaço público acompanhada foi o debate organizado pelo Fórum de Cultura da Zona Leste junto ao Slam da Guilhermina, que integrava a programação da 1ª Mostra Cultural das Periferias. Realizando uma comunicação entre ética e estética, a ação, que visava discutir a arte pública, aconteceu nas catracas da estação do metrô, com diferentes pinturas e fotos expostas ao chão e pessoas ao redor.

Por estar em um local de altíssima visibilidade, muitos passageiros que retornavam do trabalho paravam por algum tempo para ouvir o debate e logo seguiam seu caminho para casa. O importante foi intervir na rotina do espaço e tornar publica a discussão.



Fotos 14 e 15 - 1º Mostra Cultural das Periferias, Debate: "Arte Pública".

Relevante destacar que nessas observações houve relações diferenciadas com o público local. Quanto mais público fosse o espaço, ou seja, quanto menos se caracterizasse em um “lugar”, menor era a participação da população do entorno. Essa situação ocorreu entre os projetos que aconteceram principalmente em praças. Pode-se levantar como hipótese que haveria um estranhamento na utilização de espaços não codificados, visto que as duas praças com eventos (Slam e Festival do Sinfonia de Cães), uma no metro e outra na beira da rodovia, não pareceram ser simbolicamente demarcadas por qualquer outro código que o do des-uso, espaço impróprio para ficar ou desfrutar, espaço de passagem, um não-lugar (Augé, 2011). O que estes grupos teriam feito é a apropriação de um não-lugar e a implicação inicial poderia ser a intimidação, já que envolve uma relação de poder, e a adesão por parte da população local pode ou não ocorrer.

As ações realizadas em espaços institucionais (como o sarau OQDU e os Mesquiteiros, o lançamento do catálogo do Abayomi e a Expofesta do Muros Que Gritam), contam com um público já frequentador dos locais, mas, por isso, segmentado e nem sempre aberto à comunidade.

Os espaços culturais independentes têm maior autonomia para realização de atividades e compartilhamento da gestão com outros grupos, entretanto, para uma parte deles, há uma relação tensa com a vizinhança que assimila a ocupação com situações de “marginalidade” e “desvios”, além de dependerem de cessões de uso do espaço público

que nem sempre são regularizadas.

As práticas investigadas estão fortemente referenciadas por uma noção de territorialidade, de pertencimento a um território que no caso seria a periferia ou mais especificamente, a zona leste. É ao redor deste eixo que são construídas as bases de atuação política e contestação dos grupos, assim como as identidades e a seleção de matrizes culturais e elementos que reconstrõem ligações e sentimentos de pertencimento a este território, e ao modo de vida produzido ali.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é ‘algo abstrato’, como diz Souza, mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma ‘abstração’ também no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado (Haesbaert, 2004: 10)

3. Conexões dialéticas: novas e velhas formas de participação política

Em um mesmo momento histórico se vê a coexistência de movimentos, grupos, redes e manifestações como formas sociais de expressão política, umas mais organizadas que outras, com estruturas e estratégias próprias e distintas, mas convergentes em muitos momentos.

A praça pública, como debatido anteriormente, torna-se objeto de disputa e demonstração de poder. Apropriada pelos coletivos nas suas ações culturais e políticas, a partir de junho de 2013 passou a ser ocupada por múltiplos grupos e indivíduos não organizados por representação, mas formados espontaneamente e sem estruturação ou projeto coletivo.

Neste capítulo não se pretende realizar uma análise sobre as manifestações de rua que ocorreram naquele período, mas problematizar a relação existente entre os movimentos sociais, coletivos e redes culturais periféricas, e as manifestações de rua, compreendendo que se trata de fenômenos históricos e dialéticos, os quais trazem em seu interior (por vezes sob forma re-editada), elementos do passado e carregam as bases do momento futuro.

Grupos e redes se apresentam hoje como uma forma eficaz de participação política, intervindo não apenas em situações relacionadas ao seu território de atuação ou na difusão artística, mas também estabelecendo diálogos com as estruturas governamentais. Configuram-se, contudo, em organizações depositárias de outras mais antigas, que constituíram um histórico de luta e resistência dos setores populares da cidade, como os movimentos sociais dos anos 1980 e 1990.

Os grupos mantêm como estratégia de ação o diálogo com o Estado com a finalidade de reivindicar políticas públicas e obter maior controle sobre a condução das ações do governo. Como estudo de caso, recorreu-se a experiência do Fórum de Cultura da Zona Leste, que em 2013 reuniu dezenas de grupos culturais e coletivos de coletivos da região, com o objetivo de fazer maior pressão política, avançar na direção da conquista de políticas culturais e planejamento de ações para a região.

No mesmo ano, extrapolando qualquer dimensão de grupalidade (no sentido referido no item 2.2.1), ou de movimento (Gohn, 1997), as manifestações de rua ocorridas em junho apresentam uma forma direta de participação popular, e como tal, expressam também as contradições sociais atuais, como se verificou no quesito

(in)tolerância à diversidade. Neste sentido, pergunta-se: como os grupos culturais periféricos lidaram com a oportunidade histórica de expressão massiva e todos os conflitos que se seguiram? Quais foram as interfaces realizadas e quais os principais pontos de conflito? Estas são indagações que, em que pese não serem aprofundadas por não se configurarem o objeto desta pesquisa, serão abordadas enquanto elementos não previsíveis mas decorrentes do processo histórico.

3.1 Movimentos sociais e grupidades emergentes

Foi por meio dos movimentos sociais de base popular que a periferia se constituiu e ganhou visibilidade como sujeito político, reivindicando uma concepção ampliada de cidadania que incluía não só o direito de ter direito (que culminou na Constituição Federal de 1988), mas também o direito à cidade, exigindo que a infraestrutura e os serviços urbanos chegassem aos bairros mais distantes.

Em estudo realizado por Caldeira em 1984 sobre a participação política dos moradores de São Miguel Paulista, bairro da Zona Leste da cidade, são identificadas novas formas de organizações, como partidos políticos, associações de moradores e grupos religiosos. Eram bastante populares as SABs – Sociedade de Amigos do Bairro: com mais de 30 postos só na região de São Miguel, lutavam por melhores condições de vida da população local, recorrendo a abaixo-assinados, petições públicas e reivindicações encaminhadas à prefeitura e promoviam diversas atividades de lazer, como campeonatos de futebol e bailes. A presença das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, também foram marcantes no repertório de lutas políticas nos bairros mais pobres. As CEBs eram coordenadas pela Igreja Católica e parte fundamental do projeto de atuação da Teologia da Libertação, por isso as atividades promovidas eram de cunho religioso e político-social, serviam de ferramenta para a mobilização da do que se denominava comunidade, com forte capacidade reivindicativa. Segundo dados apresentados pela pesquisadora, naquele ano o setor de São Miguel contava com 24 comunidades.

Na verdade, a forma de atuação das SABs (com nova orientação) e das CEBs é idêntica no que se refere a levantar os problemas urbanos e a organizar a população para fazer abaixo-assinados ou visitas à prefeitura ou à Administração Regional. O que diferencia esses dois tipos de entidade são, em primeiro lugar, as atividades religiosas de uma e as ‘recreativas’ das outras. Em segundo lugar, pode-se perceber uma diferença no âmbito da atuação mais diretamente política: enquanto as SABs

permanecem mais restritas às questões do bairro, as CEBs, em função de sua vinculação com a Igreja, têm uma atuação mais ampla, participando dos movimentos e atividades ditados pelas linhas de pastoral (Pastoral da Periferia, do Mundo do Trabalho, da Juventude, dos Direitos Humanos e Marginalizados, da Saúde, etc.). (Caldeira, 1984: 49-50)

A atuação da Igreja Católica também é percebida na implantação de equipamentos públicos para atendimento da população, como o caso do Centro de Defesa dos Direitos Humanos no bairro, em 1978. A Igreja seria então um canal privilegiado de escuta e vocalização das demandas da periferia, oferecendo maior estrutura, força e influência política que outros movimentos populares.

Ambas as organizações (SABs e CEBs) nasceram com a proposta de representar os interesses e necessidades da população operária, católica e imigrante (com ênfase na imigração nordestina), e reivindicar melhorias nos bairros e as políticas públicas como direitos (ex: creches, escolas, atendimento de saúde, transporte e outras). Entretanto, o perfil social da população residente se alterou ao longo dos anos, sendo habitado agora por pessoas já nascidas no bairro, parte da igreja pentecostal e com trajetórias acidentadas de trabalho e desemprego. De forma tal que as “narrativas dos movimentos, fincadas no esquerdismo militante, na teologia da libertação e no sindicato operário, vão dizer pouco aos novos moradores” (Feltran, 2011: 360), em especial à juventude. Há cada vez mais dificuldade, por parte dos movimentos consolidados, em se legitimar como representantes dessa população jovem, emergente.

Para Gohn (1997), contribuindo para esse quadro de dificuldades vivenciadas pelos movimentos no início dos anos 1990, houve também a desestruturação de muitas organizações devido a redemocratização dos países latino-americanos, pois as agências que antes ofereciam suporte aos movimentos sociais, passaram a realocar suas atenções ao processo de abertura política e econômica do leste europeu. “Os movimentos e as ONGs latinas passaram a viver a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criados” (*idem*: 230). No mesmo período, muitos dos líderes destas organizações passaram a compor os quadros dos governos considerados democrático-populares (a maioria ocupando cargos técnicos e não decisórios), distanciando-se ainda mais da base e perdendo sua autonomia (Gohn, 1997; Feltran, 2011).

Houve uma perda de conexão e representatividade entre esses movimentos e as formas emergentes de participação social e política. Sánchez, Martínez e Ramirez (2012) assinalam em seus trabalhos que a *legitimidade* é uma condição histórica, socialmente construída ou imposta, na qual, mediante um contexto, seriam estabelecidos

um conjunto de critérios nômades que habilita (ou não) um grupo ser considerado legítimo.

É possível conferir na história a emergência de grupos disputando ou problematizando os lugares de legitimidade e poder, ocasionando por vezes fissuras que instaurarão outra organização e outros perfis e posições consideradas legítimas.

No Brasil passou-se a questionar a legitimidade dos movimentos e partidos e a noção de comunidade coerente e igualitária. O termo “comunidade” se tornou popular sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 com a Teologia da Libertação. Os movimentos representavam a periferia pela construção de uma imagem socialmente legitimada de si mesmos, fazendo uso do termo “comunidade” para se referir ao círculo de pessoas que comungavam determinada condição e objetivos, emitindo uma sensação de unidade, coerência, homogeneidade interna e solidariedade entre os integrantes.

Baumann (2003) levanta discussão sobre o conceito de comunidade, sendo aquela que promete o prazer, o conforto e aconchego, que oferece segurança e abrigo frente à sociedade implacável e à dura realidade, pedindo em troca da liberdade individual e da lealdade de seus integrantes. O dilema posto pela vida em comunidade é o preço a ser pago...

...em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e ‘à identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atritos. (Baumann, 2003: 10)

As subjetividades que emergiram desde então, com a pluralidade da população periférica, e a nova configuração política, demandavam representações coletivas heterogêneas, nômades e que, ao mesmo tempo, expressassem as individualidades e a existência de sujeitos autônomos.

Em depoimento coletado por Costa (1993), um punk faz a síntese sobre a condição de submissão e massificação do sujeito frente a um estado de agrupamento mais rígido e a necessidade de romper com um modo de pensar e fazer política:

‘Nós criticávamos os partidos políticos, (...) não concordávamos com a visão que tinham da sociedade. Os comunistas com a ‘repressão’ à liberdade individual (...) e o punk colocava “criação individual” como coisa suprema (...). As organizações colocavam você como ‘um’ dos militantes e não valorizavam o individualismo. Os ‘operários’ são muito ‘caretas’, gente que lutava pelo dinheiro, pelo salário. Não

queriam saber de problemas culturais, individuais, discriminações mais profundas'.
(Costa, 1993: 103)

É neste cenário que as ideias do anarco-punk oferecem um repertório de atuação e participação social contestatórias, unindo a discussão política ao universo do lúdico, da diversão e da estética, que por si já representavam uma postura crítica que rompia com os padrões tradicionais e negando quaisquer tipo de autoridade, instituição e exploração, pregando uma revolução cultural baseada em relações interpessoais mais solidárias e no modo de produção coletivo e sustentável.

Não tem razão para eu dizer que estamos preocupados só com os problemas do Brasil. Enquanto houver fome e miséria, enquanto houver a castração de liberdade em qualquer parte do mundo, nós lutaremos contra. ("Movimento Anarcopunk" – Programa Matéria Prima, TV Cultura)

Enquanto o movimento punk se estruturava nas bases do anarquismo e na luta conta o sistema, o hip hop atualizava a discussão dos movimentos sociais de base através da articulação com as preocupações e contradições vivenciadas pelos jovens moradores das periferias. Ambos discutiam, cada um à sua forma, o sistema capitalista e as desigualdades provocadas pela luta de classes: um aspirava a revolução e outro a retratação social.

A periferia foi transformada semanticamente em um forte elemento identitário e político; não se tratava mais da categoria "trabalhador" (classe + condição de trabalho), mas do "periférico" (classe + condição social), onde indivíduos não empregados também a integram (D'Andrea, 2013), com a elaboração subjetiva crítica que define o morador da periferia (de forma ampla), dá a noção de estar entre pares e de pertencer a uma comunidade mais extensa e diversa, com a coexistência de múltiplos grupos sociais. Um pertencimento não mais pelo viés da assimilação, mas pela exposição das contradições. A legitimidade agora estava em ser ou não ser periférico.

Os coletivos investigados e as redes periféricas atuais trazem consigo todo o debate dos movimentos de esquerda e do anarquismo, alguns mais para um lado do que para outro. A estrutura de movimento social, como visto no capítulo anterior, é revogada para a instauração de modelos organizativos mais flexíveis e capazes de atender a pluralidade de sujeitos mobilizados; dialoga com movimentos sociais contemporâneos; mantém as bandeiras da periferia e a reivindicação da legitimidade do "periférico" falar de si e das condições de vida da população que ele representa - destituindo a universidade ou o Estado da vocalização de suas necessidades e demandas;

e a permanência da ludicidade, da arte e da cultura como meios para expressar um novo fazer político.

A formação de “coletivos de coletivos” também indica a importância da circulação e articulação pela cidade e entre agrupamentos, facilitadas pelo desenvolvimento da tecnologia e da comunicação, e atreladas a um contexto no qual se percebe a relevância das ações conjuntas entre periferias (categoria agregadora) para pressionar o poder público. Nos levantamentos realizados percebeu-se que nos movimentos passados, havia uma concentração de energia na ação local, com pouca interação em rede – evidente que essa característica também dependeria do perfil do movimento, mas foi uma situação corrente na bibliografia apresentada sobre o tema (Sader, 1988; Feltran, 2011; Gohn, 1997; Caldeira, 1984 e 2011).

Nos anos 70 e em boa parte dos anos 80, embora existissem pessoas que participavam de vários movimentos sociais ao mesmo tempo, a articulação só ocorria em grandes eventos ou por acontecimentos excepcionais, como na solidariedade diante da morte. (Gohn, 1997: 237).

Para Gohn (*idem*), o que define um movimento social seria sua constituição enquanto coletivo social distinto, compartilhamento de uma identidade (ser negro, mulher ou ser sem teto), trajetória (mote da aproximação dos integrantes) e objetivos comuns, e a não institucionalização (caso contrário se torna organização social). O que se pode afirmar é que há muitos elementos dos movimentos sociais de base que permanecem ativos na estruturação dos coletivos culturais estudados, estes, entretanto, enquanto formações históricas e integrados em um ambiente de rápidas mudanças conjeturais, expressam uma complexidade alta e ainda difícil de analisar. Estariam talvez entre as *formações* de Williams (1979) e os *movimentos sociais* historicamente concebidos. Problemática que instiga uma resposta prematura. Da mesma forma, pergunta-se: estariam eles entre os movimentos sociais e as manifestações de julho de 2013 que desconcertou todo o cenário político e os canais de diálogo entre a população e o poder público? Analisemos.

3.2 Interações entre coletivos e Estado

As relações que os grupos mantêm com o Estado são tensas, intensas, e por vezes contraditórias. Não buscam um rompimento com ele por crerem que é através de políticas públicas, especialmente aquelas garantidas por leis, que se tornam possíveis

intervenções duradouras e de maior impacto. Ao mesmo tempo, produzem críticas severas sobre o Estado e todo o sistema político atual. Na percepção de todos os entrevistados, hoje o Estado teria se desvinculado da sua função real - a garantia do direito e bem-estar públicos, para fixar-se numa posição de mando e poder, conduzindo suas ações em prol de um determinado grupo social em detrimento da maioria.

O Estado é um regulador e, como regulador, preso ao jogo de interesses de quem tem mais poder. (R2)

Quanto ao Estado, esse tem preferência por classes sociais mais abastadas, para os ricos, direitos e regalias, para as periferias genocídio e falta de assistência. [...] O Estado é falho e não está a serviço do povo, povo pobre, periférico, e quando está vem como forma de assistencialismo e não como forma de fomentar a emancipação humana. (R4)

“Não existem relações com o governo, mas com políticas públicas” (R2), esse foi o discurso comum entre os entrevistados e nas práticas observadas. As interações são pontuais, via editais ou contratos de serviços. As políticas mais acessadas foram aquelas vinculadas ao fomento à projetos artístico-culturais, como o Programa VAI e o PROAC, a Virada Cultural e o Programa Teatro Vocacional²² – antes como orientando, agora na função de artista orientador. Deve-se lembrar que, como abordado em capítulo anterior, a trajetória de vida e o processo de formação e aproximação da arte, para muitos deles, se deu via participação em algum programa público.

Como dito, a relação é intensa e contraditória. Apesar de aparecer como manipulado por grupos de interesses e falido, o Estado ainda é a única alternativa aos grupos para conseguirem apoio para suas ações de caráter público, ou seja, sem venda de ingressos ou qualquer outro meio de arrecadação de dinheiro. Na berlinda, entre a iniciativa privada e o setor público, adotam a concepção ampliada do Estado para além da estrutura administrativa e representativa e optam por: lutar pela inclusão de si e de toda a mobilização que representam, reivindicando a recuperação da função pública do Estado; pela convergência dos interesses da sociedade civil e do Estado; pelo reconhecimento da política como parte integrante da vida social e vice-versa.

²² Programa VAI: cf. rodapé nº 02; PROAC, programa do governo estadual que visa apoiar financeiramente projetos culturais. É dividido em duas modalidades: edital e incentivo fiscal; Virada Cultural, programa da prefeitura de São Paulo que realiza um final de semana de programações artísticas e culturais pela cidade; Programa Teatro Vocacional, programa de iniciação artística para pessoas a partir de 14 anos de idade. Atua de forma descentralizada, estando presente em diversos equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura.

A política é iminente ao ser humano, à sua organização e prática coletiva, mas há quem detenha o seu poder e isso estraga todo o resto, porque ela deixa de ser o que é. O Estado parece ser esse poder, mas também não é... O Estado foi comprado e a gente é que segue pagando os juros, numa política que não é a que nos é iminente. Esse formato é o que temos, e historicamente construímos até então, mas o Estado ainda não está num bom estado e sendo ele mesmo, sem mudanças significativas, não sei se estará um dia ou se precisamos desenhar outra coisa, outra política que dê conta dessa transformação. E todo dia a gente tenta e todo dia a gente avança e retrocede. Ambos são dialéticos e nós também. (R6)

As políticas públicas seriam estratégicas por serem oportunidades políticas de manter alguma interface e controle sobre as ações estatais (Gohn, 1997), além de permitirem a participação em uma rede maior, com ampliação do escopo de atuação militante e a garantia de direcionamento do dinheiro público para algo que acreditam ser legítimo e de interesse popular. Para a autora, essa postura de se contrapor ao Estado, mas manter relações com ele, não significa uma contradição em si, tendo em vista que os grupos “pressionam o tempo todo para participar, para ser incluídos, diante da situação de exclusão que vivenciam” (pp. 232).

Penso que participar de um projeto contemplado por alguma política pública possibilita a ampliação da atividade por viabilizar sua produção e mecanismos de alcance ao público, que é o que nos move. Além de fomentar a iniciativa e os sujeitos nela envolvidos. Além disso, vejo também como um processo de formação, pensando que é a prática da gestão de uma verba pública para uma ação coletiva que leva à compreensão de muitas coisas, desde a importância desse recurso, ao direito à ele, as burocracias que envolvem, a desigualdade dos investimentos e assim por diante. (R6)

Conclui-se então que é preciso estar no Estado, e não com ele. No âmbito da trajetória pessoal, há dois entrevistados que são professores de escolas públicas, um foi recém-contratado na função de coordenador do Núcleo de Ação Cultural de uma das unidades do CEU e outro é oficineiro (temporário) das Fábricas de Cultura. Não são funcionários públicos de carreira (concursados), mesmo os professores, e buscam fazer militância dentro das instituições que estão inseridos. Poder-se-ia supor que está sendo repetida a mesma tendência que ocorreu com os movimentos sociais anteriores, incorporados na estrutura estatal e por isso afastados da base. O diferencial nesse caso, é que há ações dos coletivos que prescindem do contato do Estado, isto é, não dependem dele para acontecer. Apesar de alguns integrantes trabalharem para o Estado, os grupos não estão a seu serviço e, pelo perfil das contratações que realizam, possuem autonomia política.

A visão de Estado e das políticas públicas por parte dos pesquisados não é homogênea. As falas indicam, que, mesmo diante de diferentes conjunturas de governo, o Programa VAI seria uma política diferenciada do seu contexto. Mais orgânico e próximo da realidade dos grupos, especialmente quando se fala em grupos de jovens, sempre subestimados e marginalizados nas demais políticas de financiamento. Ainda que não esteja desvinculado do Estado, a leitura que realizam do programa é de distanciamento da política governamental, como uma ilha de resistência da própria periferia. Por isso, provavelmente, há uma aceitação maior do Programa entre os grupos.

Mas, para além do subsídio, temos uma relação de militância também, de busca pela ampliação de investimentos para as ações culturais das periferias e procuramos estar articulados com outros coletivos para viabilizar e fortalecer a luta. (R6)

Em março de 2013, o Slam da Guilhermina foi aprovado no VAI e passou a receber recurso para a execução de suas atividades. Em maio participou da Virada Cultural de São Paulo no palco instalado na estação São Bento do metrô, local destinado a apresentações de rap e saraus literários. A partir desse apoio houve um maior número de frequentadores nas edições seguintes do Slam, maior investimento nos materiais de



Foto 16 - Slam da Guilhermina na Virada Cultural

promoção do coletivo, aumento na participação de outros grupos e a criação de página própria do Slam no *facebook*. O mesmo ocorreu com O Que Dizem Os Umbigos: aprovado no VAI em 2013, foi contratado pela Virada Cultural para realização de um sarau junto a outros grupos e poetas das periferias. Pelo projeto aprovado o grupo publicou uma antologia dos poetas que frequentam o sarau, pôde se estruturar

melhor, produzir registros sobre suas experiências e articular-se à uma rede maior de grupos e programas.

As narrativas, por sua vez, revelam outros conflitos. De um lado há os que afirmam ser o Estado um modelo inviável à sociedade atual, como nos trechos destacado abaixo; não se refere à tomada de poder, e sim a novas relações sociais baseadas no comunitarismo.

Penso que deveria existir política e que não deveria existir Estado. [...] Forço fazer parte do jogo do Estado, mas não acredito que seja o estadismo a única opção de estruturação política de um ou mais povos. Não sou um anarquista radical, participo dos mecanismos democráticos, mas também não acredito que a democracia seja uma solução definitiva. O Estado sempre estará na figura de poder a ser tomado e eu acho que o problema não está em quem está com o poder, mas sim nas próprias relações de poder, do que se considera poder, se considera ter ou não ter poder (R2).

Penso que este modelo não funcione. Não acredito na democracia e muito menos na ditadura. É necessário repensar totalmente a cidade. Tudo que já foi feito mostra que desse jeito não tem solução. Não adianta trocar partido, o sistema de parlamentar é caduco. (R5)

De outro lado, há ainda aqueles que têm trajetória nos sindicatos, partidos e cooperativas; produzem um discurso mais institucional, aceitando e reafirmando um modelo de representatividade. A luta nesse sentido é pelo lugar de poder. Essa postura pôde ser vista principalmente nas reuniões do Fórum de Cultura da Zona Leste, onde houve interações entre grupos mais plurais, o que se configurou como uma das principais razões para o distanciamento de alguns grupos que não aceitavam a coordenação de lideranças e, paradoxalmente, estas interações colaborou para o fortalecimento de uma imagem forte de grupo.

O Fórum tomou uma proporção e importância grande no cenário da cidade, muito pela falta de outros coletivos de coletivos que tivessem forte adesão dos grupos e vontade de dialogar com o governo no intuito de produzir políticas públicas.

3.2.1 Uma relação dialética: a experiência do Fórum de Cultura da Zona Leste

Os meses de janeiro e fevereiro de 2013 foram de intensas mobilizações entre os coletivos acompanhados por esta investigação. Ao mesmo tempo foram chamadas duas grandes reuniões em Ermelino Matarazzo e Guaianazes, ambas com coletivos de coletivos consolidados e de atuação forte nas suas regiões: Rede Livre Leste, Cultura ZL e Movimento dos Guaianás. A motivação para essas movimentações foi a troca de prefeitos e secretários, abrindo outras perspectivas e possibilidades de interação.

Em Ermelino Matarazzo a reunião foi chamada de “Encontro ZL” e aconteceu no diretório regional do Partido dos Trabalhadores – sede provisória do grupo Do Balaio, mobilizando artistas locais e de áreas adjacentes. Em Guaianazes, a Casa do

Norte²³ foi o endereço improvisado para a plenária, já que o espaço previamente programado da Casa de Cultura estava fechado para o grupo.

Em meio a petiscos, cervejas e caldos de mocotó, os participantes resolveram criar uma comissão para assuntos deliberativos do movimento, e de representação frente aos órgãos públicos, além de todos se comprometerem em participar das discussões que estão acontecendo em Ermelino Matarazzo, bairro vizinho. (Lima, Livia. Folha de São Paulo. Blog dos correspondentes comunitários da Grande SP. 26.02.13)

Ao final de fevereiro, com as duas reuniões realizadas, a plenária de Guaianazes compareceu ao segundo Encontro ZL (28.02.13) com a finalidade de propor integração entre as ações e a formação de uma rede regional. Não foi uma reunião fácil, havia muita expectativa de um lado e uma trajetória sendo elaborada com processos mais graduais de outro, ainda assim houve adesão à proposta de criação de uma rede ampla da zona leste.

Neste encontro cada coletivo teve que lidar com gramáticas diferentes daquelas que já estavam habituados. Estávamos encaminhando a construção de uma relação de não subjugação entre os dois movimentos culturais ali presentes. (Comentário postado após publicação da ata do dia 28.02.13²⁴).

A palavra *fórum* vem do latim *foro* e representa o espaço da praça pública da antiga Roma, lugar do conflito, dos debates políticos e reuniões. O Fórum de Cultura da Zona Leste surge desse “encontro de rios” no intuito de canalizar e potencializar as forças, pensar taticamente em formas de criar um grupo de maior peso político no cenário atual.

Diante do calendário apertado e a circulação iminente do secretário municipal de cultura nos espaços da região, o Fórum decide criar uma comissão com representantes de cada subprefeitura para identificar pautas próprias e sintetizar, em um único documento, as demandas coletivas e entrega-lo ao secretário.

Com o tempo essa comissão se responsabilizou por muitas das atividades desenvolvidas em nome do Fórum, ao passo que outros integrantes deixavam de participar das reuniões e debates ou na certeza de que “havia alguém” que lhes representassem ou, por descontentamento devido à divergências entre os grupos. Alguns membros dessa comissão argumentavam que se tratava de um grupo que coordenava e orientava o Fórum; outros alegavam que este não era o princípio fundante da comissão,

²³ Restaurante popular com diversas franquias pela cidade que serve comidas típicas do norte e nordeste do país.

²⁴ Documento público disponível em: <http://vozdaleste.blogspot.com.br/2013/03/ata-ii-encontro-leste-de-cultura.html>

que ela deveria servir apenas para organizar as reuniões e trazer ao debate coletivo questões próprias das suas localidades. Com o tempo, o Fórum acabou contando apenas com a atuação ativa de parte de seus integrantes.

Algumas divergências se acirraram quando foi anunciado que o secretário estaria em um evento organizado pela igreja local. Parte do grupo quis aproveitar este momento para encaminhar a reivindicação ao secretário e outra parte se negou a participar do evento, visto que haviam conflitos de longa data com os representantes daquela paróquia. Por fim foi decidido que os interessados iriam à reunião e representariam o Fórum. Dito, feito e questionado. Ficou transparente o conflito e o enfrentamento entre os coletivos da região de Ermelino Matarazzo e as ações do grupo da igreja. O Fórum que mal havia se constituído, nega este conflito e desconsidera as relações locais em nome do interesse político daqueles que “estão chegando”, os “vindos de fora”.

Via algumas conversas e por um ponto de vista pessoal, atribuo o afastamento dessa galera pela cara que o fórum foi tomando, no sentido de articular melhor uma luta pelo macro e deixar em segundo plano as questões micro que nos uniram enquanto Encontro ZL. Sinto que a pauta comum e alguns caprichos tomaram lugar das pautas dos grupos em suas respectivas ações e talvez a gente não soube lidar com isso a ponto de conseguir viabilizar as duas coisas que são importantes para os coletivos, as periferias e a cidade. (R6)

O FCZL buscou contemplar questões micro e macro e ter uma postura propositiva, no sentido de pensar as demandas da região e a criação de políticas públicas. É possível sintetizar as reivindicações em ao menos três eixos:

1. Participação e controle social: garantia de participação da sociedade civil na gestão dos equipamentos públicos e das políticas públicas, via Conselho Municipal de Cultura e conselhos populares, e tornar transparentes e de fácil compreensão os orçamentos e propostas orçamentárias da prefeitura;

2. fortalecimento das ações da Secretaria Municipal de Cultura: aumento da verba destinada à SMC; distribuição e descentralização de recursos na cidade; retorno das Casas de Cultura para a Secretaria Municipal de Cultura, regularização e implantação das Casas de Cultura em Guaianazes, São Mateus e Ermelino Matarazzo; apoio a aprovação do VAI 2, com dotação orçamentária própria; criação do Fundo Municipal de Cultura e adesão de São Paulo ao Plano Nacional de Cultura;

3. Criação de políticas para a periferia: Fomento à Periferia²⁵ e apoio financeiro e jurídico aos espaços independentes;

As reuniões seguintes buscaram um elemento comum que agregasse as reivindicações locais. O Fomento à Periferia foi escolhido como bandeira comum dos grupos integrantes do FCZL e teve forte adesão de outros coletivos e redes culturais da cidade. Buscou-se um tema que sintetizasse as preocupações de todos e a centralização das bandeiras (tão difusas).

De acordo com documento publicado pelo Fórum no Jornal Voz da Leste, havia desde o início a clareza dos desafios a serem enfrentados por uma organização de proporções tão grandes, contudo havia a certeza da necessidade desse tipo de representatividade e organização para promover algum impacto no campo político.

Paralelo ao debate sobre políticas públicas, também havia uma preocupação do Fórum pela auto-formação dos seus integrantes, tendo no conhecimento adquirido coletivamente um grande aliado para a luta crítica e esclarecida. O Fórum se constituiu também como espaço de trocas de conhecimentos e experiências. Alvarado, Ospina e Botero (2012: 91-2) identificam nos projetos de formação comunitária importantes espaços para “redefinir e elaborar marcos interpretativos da realidade para direcionar e intencional de maneira renovada as ações”. O Fórum realizou um Seminário de Políticas Públicas para a Periferia, convidando todos os interessados para debater as questões mais latentes da região, discutir sobre a estruturação das políticas por meio de diálogos com pessoas convidadas com conhecimento na área e a participação do secretário de cultura para apresentar o que a Secretaria Municipal de Cultura tinha de planejamento para as periferias.

Após essa agitação política, o Fórum foi convidado a participar de reuniões na Secretaria e contribuir no planejamento das ações e integrar o grupo organizador da Conferência Municipal de Cultura – se responsabilizando, inclusive, pela mediação de um dos grupos de trabalho na pré-conferência realizada na zona leste. O Fórum também esteve presente na Câmara Municipal de São Paulo reivindicando a aprovação da lei que implanta o VAI 2, e nas audiências públicas para discussão do orçamento da prefeitura. Nesta teve papel particular, quando apresentou estudos apontando diversas lacunas e falta de transparência no documento disponibilizado pela Secretaria de Planejamento do município. Ficou claro nesse caso que a gestão pública não considerava que algum

²⁵ Programa que apóia financeiramente a manutenção e criação de projetos de pesquisa e produção de grupos de teatro profissionais.

grupo estudasse o orçamento - tão confuso e técnico -, e muito menos reivindicasse reunião para esclarecimentos, paralisando temporariamente o processo de aprovação do orçamento apresentado.

O processo de pressão dos coletivos para a aprovação do VAI 2 na Câmara Municipal dos Vereadores, contou com o apoio de pessoas de dentro da instituição para subsidiar o grupo na obtenção de uma “pressão eficiente”. Esse processo de formação e conhecimento da estrutura ocorreu também entre os movimentos populares mais antigos, como relata Sader (1988) sobre o movimento de saúde da zona leste:

Iniciam a experiência das ‘caravanas’ até a Secretaria da Saúde, onde realizam verdadeiros confrontos com as autoridades. Levam reivindicações, cobram promessas, arrancam compromissos. Na medida em que suas demandas não são mais enviadas por intermediários, mas apresentadas diretamente, elas permitem um aprendizado sobre os mecanismos e astúcias dos governantes e um conhecimento de suas próprias forças e fraquezas. (*idem*: 272)

Ao longo desse processo de interação e pressão da sociedade civil organizada sobre o Estado, descobriram-se canais mais ou menos eficazes para a pressão política, além das limitações do Fórum enquanto rede sem lideranças de fato e sem apoio político institucional, cuja base é os próprios coletivos e redes periféricas, constituídos de maioria jovem e que, apesar da experiência com a militância, desconhecia muitos dos processos de participação política e de controle social e interferência na condução das ações do Estado.

3.3 Manifestações de junho de 2013

“Ao amanhecer de um dia nos fins de 1985, as rádios colombianas informaram:

A cidade de Armero sumiu do mapa.

[...] O vulcão vizinho matou a cidade. Ninguém conseguiu correr mais rápido que a avalanche de lodo fervente: uma onda grande como o céu e quente como o inferno atropelou a cidade, jorrando vapor e rugindo fúrias de animal ruim, e engoliu trinta mil pessoas e todo o resto.

O vulcão vinha avisando há um ano. Um ano inteiro ficou jorrando fogo, e quando não podia esperar mais, descarregou sobre a cidade um bombardeio de trovões e uma chuva de cinzas, para que os surdos escutassem e os cegos enxergassem as

advertências. Mas o prefeito dizia que o Governo Superior dizia que não havia motivos para alarme, e o padre dizia que o bispo dizia que Deus estava cuidando do assunto, e os geólogos e os vulcanólogos diziam que tudo estava sob controle e fora de perigo.

A cidade de Armero morreu de civilização. Não tinha nem cumprido um século de vida. Não tinha hino nem escudo”.

(Galeano, Eduardo. Elogio ao bom senso. In: Livro dos abraços, 2002)

Um relato em primeira pessoa e algumas interpretações

No final da tarde de uma quinta-feira, seguia da zona leste até a Câmara Municipal de São Paulo para uma reunião que debateria o projeto de Lei do VAI 2. No caminho recebo uma ligação que avisa do cancelamento devido à manifestação que iria acontecer no Teatro Municipal contra o aumento da tarifa do transporte público, puxada pelo Movimento Passe Livre²⁶. Sabendo do que se tratava, já que havia divulgação por facebook e uma agitação entre aqueles envolvidos com algum tipo de movimento social, decidi seguir rumo à estação República do metrô.

Ao subir as escadas rolantes da estação, o cenário era de guerra (ou o que penso ser uma guerra): Avenida Ipiranga deserta, suja, cheia de rastros que revelavam que ali havia passado uma multidão. Os barulhentos helicópteros indicavam o caminho dos manifestantes... Chegando à Praça Roosevelt encontro um grupo grande de pessoas na avenida, na escadaria da igreja (umas fazendo performances, entregando flores, etc) e outras já na linha de frente com a polícia. O público era composto por militantes de todos os tipos, mas a causa era comum: a questão do transporte público.

Por coincidência logo encontro alguns amigos e permaneço com o grupo. Momentos depois o primeiro tiro, depois outro. De repente o caos se instala e todos seguem correndo praça adentro. Bombas de gás lacrimogêneo são lançadas pela polícia contra a multidão, que persegue pelas ruas e avenidas próximas os manifestantes com esquema da tropa de choque. Assim começa a saga das manifestações em São Paulo.

Aqui interessa menos o histórico do Movimento Passe Livre e mais as manifestações em si. Cabe dizer, entretanto, que o movimento nasce em 2005 (no

²⁶ A quarta manifestação contra o aumento da tarifa.

Fórum Social Mundial) com a proposta de discutir transversalmente o sistema de transporte e todos os seus desdobramentos na estrutura social urbana e os impactos na vida cotidiana da população. De acordo com artigo publicado pelo MPL logo após a jornada de manifestações de junho, a lógica do transporte público está intrínseca as relações sociais que se dão no espaço urbano, quando “as catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. [...] a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho”. (Movimento Passe Livre, 2013: 15)

A estratégia de ação é bloquear cruzamentos e fazer disso reivindicação política, usar a própria cidade e seus fluxos como objetivo e método de ação política, tornando essa uma forma eficaz de participação direta da população, sem representantes ou mediadores. “É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais -, que se dá a verdadeira gestão popular” (*ibidem*: 17).

As manifestações tomaram uma proporção que nem o MPL imaginaria nos seus melhores sonhos revolucionários. “A repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem no nosso país” (Iasi, 2013: 45-6). Durante o final de semana, houve uma reviravolta no discurso da imprensa: durante a semana fez forte campanha em relação ao protesto, chamando os manifestantes de vândalos e rebeldes sem causa. Com as redes sociais e as mídias independentes, a violência vivenciada foi publicizada e o movimento conseguiu a solidariedade da população, principalmente entre os jovens. Com nova manifestação programada para a segunda-feira (17.06.13) e mais de 300 mil pessoas confirmadas na página do *facebook*, os meios de comunicação se viram forçados a reverter o discurso.



Foto 17 - Panorâmica da Avenida Paulista durante as manifestações



Foto 18 - Manifestação nas imediações da Praça da Sé

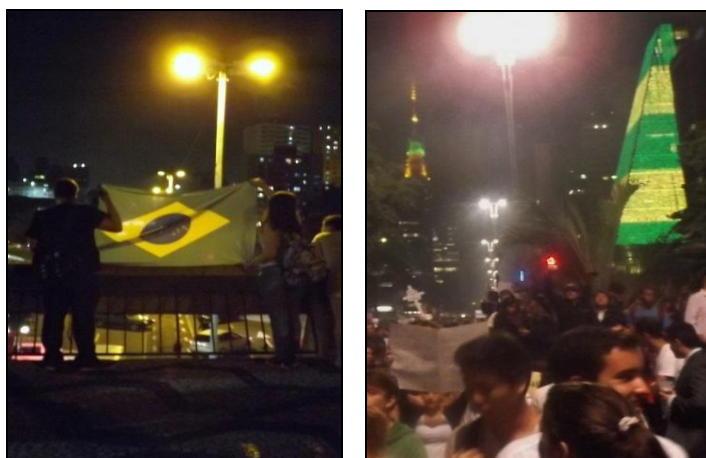
O prefeito se reuniu com representantes do Movimento Passe-Livre que já organizava a manifestação de segunda-feira. Apresentou ao movimento planilhas que comprovavam ser impossível a redução da tarifa. Sem um acordo, foi confirmada a manifestação de rua para aquele dia – que já não dependeria do MPL, mas poderia ser coordenada por ele. Foram combinados todos os procedimentos dessa manifestação: as principais rotas, a identificação da imprensa²⁷, a postura policial, etc. Houve também uma rede de solidariedade da sociedade civil, como a instalação de postos de atendimento para primeiros socorros nas casas incluídas na rota da manifestação e a divulgação de números de telefones para atendimento jurídico no caso de repressão e detenção dos manifestantes (muitas foram realizadas de forma arbitrária).

Não há fotos do dia 17. Com a memória dos conflitos da manifestação anterior, não havia nenhuma garantia de que voltaria para casa com a máquina inteira. Ao final o que se viu dessa manifestação foi um grande espetáculo pacifista, com o hino nacional cantado entre palavras de ordem no caminho do Largo da Batata (zona sul) até a

²⁷ Na manifestação anterior a imprensa também foi agredida juntamente com os manifestantes. Isso repercutiu em diversos jornais e gerou comoção nacional.

Avenida Paulista, passando por grandes centros comerciais e empresariais. A polícia estava sendo informada do trajeto.

Nas manifestações seguintes, com adesão dos meios de comunicação, houve a ênfase no discurso “verde-amarelo”, resgatando um elemento agregador do coletivo e que fornecesse uma contiguidade social. Ao mesmo tempo, os principais meios de comunicação divulgavam essa manifestação como expressão da insatisfação popular e vontade de mudanças no cenário político – no sentido dos representantes e das organizações políticas e não da política em si.



Fotos 19 e 20 - Referências patrióticas durante as manifestações

Contudo, todas as ramificações da manifestação que fugiam do espaço coberto pela imprensa, foram alvo de violência e repressão policial. A postura da multidão também estava dividida: não se tratava, de forma alguma, de um grupo coeso ou que compartilhasse do mesmo objetivo. Ao redor do tema da violência e da desordem ficaram claras essas divergências: uma parcela grande dos manifestantes primava pela civilidade e pela ação inócua e sem danos à cidade – ao centro financeiro e aos bairros centrais pelos quais a multidão passava. Outra parcela queria provocar e desestabilizar o *status quo* e toda a lógica de dominação e concentração das riquezas expressas no território, através de pichações e grafitis, ou estendendo suas bandeiras de luta. No *facebook* os comentários espelhavam essa divergência e demonstra esse pavor da classe média e daqueles que ocupavam os espaços físicos por onde as manifestações passariam:

Eu sou 100% à favor de suas manifestações, mas por favor, passeata sem baderna!!! Sentem no chão se aparecerem baderneiros. E não fechem rodovias porque o

pessoal que volta cansado para casa não tem culpa desse governo sem vergonha e corrupto!!! (C., mulher, em 25 de junho às 17:16hs. <https://www.facebook.com/events/377628569026304/>).

A rede social foi central para a organização e coordenação das manifestações, ativas antes, durante e depois de cada noite - colaborou com avisos sobre trechos problemáticos, novas rotas, condições de segurança, etc. Com aparelhos portáteis e conectados, estávamos todos informados do que acontecia no início da manifestação, no final ou nas ramificações. Meu celular encheu de mensagens sms; esse era o principal meio de comunicação.

Houve algo de dinoisiaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (Carneiro, 2012: 09).

Manifestações registradas por todos e em tempo real. Posts de usuários na página do evento da manifestação do dia 17.06 orientavam ou alertavam sobre a situação:

Amigos amigas pessoas que estão na luta. A Mídia (Globo e congêneres) estão tentando surfar na onda do povo. Querem manipular as pessoas, querem direcionar o movimento. Levem cartazes com dizeres contra a manipulação. Não somos os caras pintadas, não faremos campanha para o ano eleitoral (2014). Não a todos os partidos. Essa história de Jabor e atores apoiando os manifestos é armação. Querem transformar os atos em campanha contra o pt para promover seus aliados. Sou contra o pt mas tb sou contra os aliados da Globo. Eles são todos funcionários dos grandes empresários, dos grandes bancos. Manifestantes levem cartazes com os dizeres : Não seremos manipulados pela Globo. Isso não é um fora Collor. Nós não somos os caras pintadas (V., homem, 17 de junho, às 13:53. Em <https://www.facebook.com/events/193190434172322/>)

ATENÇÃO AMIGOS: Polícia fazendo revistas nas estações Faria Lima, Consolação, Clínicas e Pinheiros. Dois presos já! EVITEM O METRÔ! 22 motos e 2 ônibus cheio de policiais indo para o largo da batata!!! Repassem para quem puder' (De: AnonymousBR. Dia 17 de junho, às 20:40. <https://www.facebook.com/events/193190434172322/>)

Com toda essa gente nas ruas, não se tratava mais dos vinte centavos da passagem. Havia uma “infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” (Rolnik, 2013). As bandeiras eram plurais, cada um levou sua reivindicação – copiando o que estava nas redes sociais ou expressando suas próprias questões, como uma

mensagem levantada por um garoto vestido com camiseta do Objetivo (escola de curso pré-vestibular) e com cara pintada de verde e amarelo: “Se fosse por R\$ 0,20 centavos eu não estaria aqui, afinal pago meia. #RepresentoAlunos”. As faixas, pirulitos e cartazes versavam sobre temas relacionados à brasilidade e integridade nacional, as políticas públicas e direitos, sobre uma geração desacreditada que estaria mostrando as caras, e algumas outras traziam nomes de políticos e partidos como os principais problemas do país.

“Estamos aqui por um Brasil melhor”

“Vândalos não, brasileiros!”

“Brasil mudou seu status. De: ‘deitado eternamente em berço esplendido’. Para: ‘verás que um filho teu não foge a luta!’.

“Para que o país da bunda vire o país da mente!”

“Não é por centavos, é por direito”

“Bem-vindos à Copa das Manifestações. #vemprarua”

“Prezado PT, sua anestesia perdeu efeito”

“Diga não a PEC 37”

“Minha geração reagiu!!! Chega de manipulação. A tampa explodiu”

“Juventude perdida é o _____”

“Ei Elis, o sinal está aberto para nós que somos jovens”



Fotos 21, 22 e 23 - Cartazes na Praça da Sé

Uma das tendências interpretativas para esta movimentação, localiza o problema geral na figura dos políticos apenas. Rolnik (*op. cit*) sugere que essa é uma hipótese orientada pelo pensamento neoliberal, que aponta para a taxaçoão, o alto custo de vida nas grandes cidades, a corrupção, e o crescimento da classe média no país – presente não só nas interpretações, mas também nas próprias manifestações, como “origem da crise atual no campo moral ‘corrupção’, do qual só os políticos participam” (*idem*: 11).

Outra corrente de análise trata das manifestações como expressão de uma crise urbana e a reivindicação do direito à cidade: retomada do espaço público, a garantia dos

fluxos desimpedidos, direito à vida urbana e a experiência da metrópole, participação igualitária aos bens e serviços (públicos e privados), e, como salienta Harvey (2013: 33), o direito de fazer a cidade, “de formá-la de acordo com nossas necessidades coletivas”. Direito não só à mobilidade, mas à moradia, saúde e educação, sem variações em relação a periferia ou ao centro.

O estopim de toda essa crise foi o aumento da passagem, mas já havia um ambiente de reivindicações e indignação formado por acontecimentos que marcaram a cidade, tais como: re-integração de posse violentas (como o caso emblemático de Pinheirinho e diversas outras que ocorreram no centro de São Paulo), o crescente aumento do custo de vida urbano e a agudização das desigualdades sociais, os megaeventos se sobrepondo à agenda nacional, a prioridade e incentivo do poder público ao transporte individual e o sucateamento do transporte coletivo. Múltiplas ações também antecederam as manifestações de junho, como: marcha da maconha, marcha das vadias, ocupações de universidades públicas, churrasco dos indignados, etc.

Havia também a imagem das revoltas que estão ocorrendo nos países europeus desde 2008, quando jovens foram às ruas protestar contra os planos de austeridade dos governos e todo o plano econômico e social orientado por uma política neoliberal. Em 2011 houve uma série de manifestações pelo mundo, entre indignados primaveris e *occupyps*, todos se apropriando das ruas e praças de suas cidades e explorando o “poder coletivo de corpos no espaço público” como estratégia política daqueles destituídos de qualquer outro meio de expressão e pressão política (Harvey, *idem*: 60).

Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do Occupy Wall Street são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, converte-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance (*ibidem*: 60)

Existe um debate interessante que envolve as diferentes leituras sobre a onda de manifestações mundo afora, que revela que a questão de classe não está mais alicerçada no proletariado como única classe explorada. Aponta para o “precariado”, ou seja, um proletariado que participa de um mercado cada vez mais informal, flexível, desregulado e terceirizado, com perda de direitos trabalhistas e estabilidade econômica e social, gerando uma ruptura com as gerações passadas: “O futuro dos jovens, que se encaminha para uma crescente dívida privada e austeridade pública profunda em benefício de 1%, não pode ser considerado um futuro” (*ibidem*: 62).

Há uma desregulamentação global e perda de direitos sociais em nome da ‘flexibilização’ que ampliou a nova camada social precarizada concentrada nos mais jovens. [...] São [eles] que despertaram uma nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo, de perpétua continuidade do cotidiano e de carências de projetos coletivos para o futuro (Carneiro, 2012: 13)

Isso faz com que muitas pessoas se identifiquem ou entrem nessa aventura globalizada de experiências interconectadas. No Brasil, durante as manifestações, foi comum as correlações entre os fenômenos:

“Não é Turquia. Não é Grécia. É o Brasil saindo da inércia”
“Com licença, estamos fazendo HISTÓRIA!”

Uma variável que poucos levaram em consideração é que a maioria dos participantes era jovem, muitos de férias escolares e que viram nesses espaços uma forma de estar em grupo e participar de um momento histórico, reivindicando inicialmente algo que lhes impactavam diretamente – o preço da passagem, e, na complexificação dos acontecimentos, o direito de estar na cidade, ocupá-la, circular por ela. Uma experiência não só política, mas também cultural. Em muitos momentos assemelhando-se a uma festa popular, particularmente quando a polícia diminuiu a repressão. Fez-se política pela festa e pela apropriação do espaço público, e por eles houve o processo de politização. Tem gente que procura uma unidade nas manifestações, mas o que se percebe são polifonias e polivalências.

3.3.1 Ressonâncias nas periferias

As desigualdades sociais e urbanas se tornaram evidentes durante as manifestações, com rechaços coletivos à bandeiras de movimentos sociais populares (como o movimento negro) e partidos políticos (principalmente os governistas). Tal situação demonstrou que a lógica da exclusão se perpetuava no espaço das ruas e por vezes se agudizava proporcionalmente ao volume de pessoas envolvidas.

Em São Paulo, com a forte adesão de outras classes sociais às manifestações e a expansão de reivindicações, ficou claro que quem “acordou” foi uma parcela grande da população que no ímpeto da aventura e do entusiasmo da praça pública e da exposição, se impôs aos que ali ocupavam. Para se contrapor ao movimento do centro, que falavam que “o povo acordou”, os manifestantes da periferia produziram dizeres com a frase “a periferia nunca dormiu”.

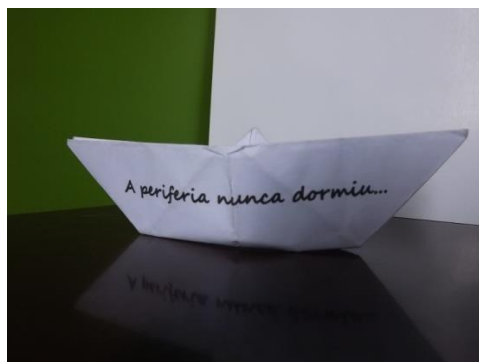


Foto 24 – Manifestante defendendo periferia durante as manifestações

Foto 25 – Barquinho de papel entregue no Debate Livre Leste

Diante das contradições e conflitos nas manifestações, as organizações e movimentos envolvidos no debate da questão urbana se retraíram e lançaram mão de ações menores, com o objetivo de formar, esclarecer e debater a respeito do quadro político que se apresentava na cidade. Quem era da periferia, se voltou a ela, o Movimento Passe Livre e outros mais, retornaram às reuniões com suas bases (agora um pouco mais expandidas e cheias de novatos).

Todos os entrevistados, e mesmo muitas das pessoas que participavam de outras ações ou coletivos culturais, estiveram presentes nas manifestações dos dias 13 (quinta-feira) e 17 (segunda-feira) de junho. Na primeira, como relatado, ainda não havia apoio massivo e a repressão policial foi alta, com diversos jovens presos. A segunda, que se iniciou no Largo da Batata / Pinheiros, foi o divisor de águas para esses militantes, que deixaram de acompanhar as manifestações do centro desde então.

Questionados sobre os motivos que os levaram ir as manifestações, as respostas foram no sentido de que a proposta delas estavam de acordo com seus ideais e com sua trajetória de participação em algumas outras manifestações anteriores pelo transporte público. Já havia o hábito de comparecer a manifestações, sem necessariamente acompanhar sistematicamente o Movimento. “Reuniões de organização para ir nas manifestações, não participei. Pegava e ia” (R5).

Acompanhando uma visão compartilhada por muitos manifestantes, os entrevistados crêem que a partir do momento em que houve a popularização da manifestação e o suporte da grande imprensa, com o surgimento de discursos conservadores, antipartidários e fortemente nacionalistas, “as causas foram se tornando outras, até chegar o momento de as pessoas estarem indo as ruas como se fossem a uma final da copa do mundo, vestidos de verde e amarelo, um nacionalismo doente que

muito se assemelhou ao facismo” (R4).

Acho bem dialético esse momento recente da nossa história, já que tivemos que lidar com tantas coisas ao mesmo tempo e com a direita aproveitando-se de uma luta nossa para atacar o governo em questão, utilizando uma treta de partidos com interesses bem específicos, com apoio inigualável da imprensa para desestruturar a manifestação legítima, os movimentos de esquerda e o próprio governo. O gigante acordou, mas acordou meio dopado! (R6)

A discriminação sentida no início quando os manifestantes foram rotulados de vândalos, migrou para os movimentos e partidos – que faziam sentido na luta do MPL, pois estavam historicamente atrelados, mas que não encontrava espaço entre a população que emergiu nas manifestações. “presenciamos de camarote primeiro o processo de vandalização e depois de cooptação de uma luta, acompanhada de um senso comum que deixou a população ainda mais confusa e dificultou a vida dos movimentos de esquerda” (R6). Já foi mencionado anteriormente o processo de desestruturação que os movimentos sociais sofreram ao longo dos últimos 30 anos. Hoje, contudo, aqueles que ainda se encontram ativos têm um dilema a mais para lidar: a crise dos partidos políticos e da esquerda no Brasil, em especial, do Partido dos Trabalhadores.

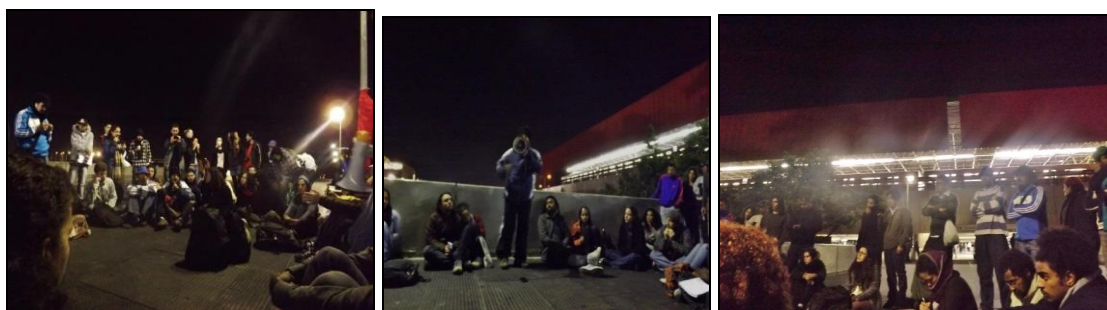
Muitos movimentos foram construídos com a mesma base do PT, pelo fato de ser um partido cujas lideranças estão/estavam engajadas em lutas populares e por receberem apoio desta organização ao longo da sua trajetória. Entretanto, por conta do mensalão e diversas outras denúncias (algumas consistentes, outras sem prova), o partido hoje está estereotipado na figura do que as pessoas já entendiam por política e políticos, ou seja, relacionada à corrupção, ao jogo de interesses e a ilegalidade. Esse, inclusive, foi um dos motivos de discussão nos capítulos anteriores a respeito da sede de um dos grupos acompanhados por essa investigação, ser um diretório regional do partido, sem que o próprio grupo seja partidário.

Incomodados com essa situação, alguns grupos culturais realizaram ações locais para compreender a conjuntura e discutir os desdobramentos. A Rede Livre Leste (coletivo de coletivos que também integra o Fórum de Cultura da Zona Leste) organizou um encontro para debater as passeatas e refletir sobre o contexto da região, o tema era “As manifestações e a verdeamarelização do discurso”. O local escolhido foi a passarela que liga a estação de metrô Corinthians-Itaquera ao estádio conhecido por Itaquerão, construído para atender a Copa do Mundo com investimentos público e privado. Neste dia estavam presentes representantes do Slam da Guilhermina, O Que Dizem os Umbigos, Do Balaio e outros que constituíam o Fórum de Cultura da Zona Leste (como

o ALMA e o Dolores Boca Aberta, já mencionados nessa dissertação).



Ilustração 2 – Flyer do Debate Livre Leste



Fotos 26, 27 e 28 - Debate Livre Leste

A necessidade de discutir as manifestações pelo olhar de quem vive nas periferias se deu: pelo distanciamento do que estava sendo levado às manifestações como reivindicações; pela reprodução dos discursos hegemônicos e dominantes contrários ao que os grupos defendem; pela diferença de tratamento entre manifestações no centro e nas periferias (que já tinha seu calendário de manifestações próprios, como pela luta por moradia, transporte de qualidade, construção do estádio de Itaquera, etc.); pela postura daqueles que passaram a integrá-la, em um evidente conflito de classes (“cantavam hino nacional e pediam licença pra passar sem serem ameaçados pela polícia. Na periferia o contexto é outro: a polícia sempre teve e continua tendo uma ação violenta e indiscriminada”, R2); e pelas ações de repressão que os coletivos e movimentos de esquerda sofreram, não mais da polícia, mas da própria sociedade civil. O relato abaixo apresenta uma mescla de indignação com temor pela violência causada por aqueles que gritam “sem violência” durante as passeatas:

Eu participo do sarau ‘O Que Dizem os Umbigos’ e a gente tem uma proximidade com o pessoal lá da zona sul do sarau ‘Perifatividade’, eles estão muito ligados à

questão contra o genocídio da população negra e periférica, e a bandeira deles é vermelha e leva a inscrição ‘Contra o Genocídio da População Negra e Periférica’ e eles foram agredidos. Foram expulsos da manifestação. [...] Eles também relataram que houve queima da bandeira do movimento negro. [...] Onde tanto patriotismo, tanta manifestação vão parar? (fala do debate da Rede Livre Leste)

Mesmo que em um ambiente cujos princípios políticos estivessem bastante próximos, houve falas no debate que incluía a esquerda aos movimentos de direita no Brasil, reproduzindo o discurso conferido nas manifestações e que faz parte do senso comum atualmente:

O povo já tá vendo a esquerda a *mó cota*, a esquerda taí, a esquerda tá no poder e o que a gente tá esperando não vai vir da esquerda, vai vir daqui ó, daqui da rua, da gente aqui. (fala do debate da Rede Livre Leste)

Na roda de pessoas, as respostas foram imediatas “a esquerda não tá no poder! Os trabalhadores não estão no poder”, ao microfone: “ser de esquerda não significa necessariamente pertencer a um partido político. É uma visão que você tem sobre as coisas e sobre a população realmente se organizar pra decidir as coisas” (falas do debate da Rede Livre Leste).

Termos como “chacoalhão”, “balançar as estruturas”, “renovação”, “multidão indignada” e “marco histórico” foram utilizados para retratarem o que os entrevistados pensam sobre as manifestações e dizem muito sobre o que de fato representaram. De modo geral, mesmo com muitas ressalvas, todos acreditam que as manifestações foram importantes no sentido da participação política direta e da possibilidade de expor as contradições existentes nessa sociedade, por meio do encontro entre diferentes.

Perguntados se participariam de uma nova onda de manifestações e por quais razões, as respostas foram de duas ordens:

Porque sou latino americano, nas minhas veias ainda correm sangue, sangue este que se mistura com tanta indignação, revolta, clamor, repúdio a todo tipo de preconceito e abandono que sofremos, todos os dias, para arrumar um trabalho, para estudar, ter melhores condições de vida. Estar nas ruas, nas manifestações é também manter-se vivo e acreditar que outro mundo é possível, com discussão e principalmente ação. Sem ela nada muda, pois o diálogo é bom, mas agir é melhor ainda! R1

Não sei. Ficarei muito mais atento às origens das movimentações. [...] As manifestações no fundo eram reformistas. O desejo era de revolução, mas a resposta reformista (que nem aconteceu) do governo fez a contenção. A repressão do Estado, via polícia e via lei, fez a outra parte. Acho que novas manifestações só viriam com um caso de comoção nacional. Acho que o momento é o de agir na invisibilidade, roendo as estruturas. Tô mais pro anarquismo, mais pra ação direta, do que pra passeata. R2

Com uma abordagem direta e sem mediadores, as manifestações se apresentaram como uma forma de fazer política. Hoje, em 2014, ainda há ocorrência de manifestações no centro da cidade, cuja pauta continua a ser o transporte público e a questão urbana em geral. Não são mais passeatas com centenas de milhares de pessoas, o número reduziu bastante, mas continuam agregando a juventude paulistana e expressando as contradições dessa sociedade. O policiamento voltou, a violência também. Não são mais vistas bandeiras do país e nem cantados hinos nacionais. Os movimentos voltaram a participar das manifestações. Enquanto isso, nas periferias, nenhum benefício foi conquistado – a não ser o do congelamento da tarifa, não há grandes movimentações, mas continuam as ações dos grupos e suas redes. Ainda há muito que vir nesse ano de Copa do Mundo, especialmente para os moradores da zona leste que lidarão com as implicações de sediarem uma partida de futebol internacional com todo o aparato do exército a disposição da FIFA.

Considerações finais

Esta investigação teve como objetivo principal estudar os coletivos culturais de jovens presentes hoje nas periferias da cidade de São Paulo. Por uma questão de oportunidade histórica, daquelas raras, foi possível estudar não só os coletivos, como também um coletivo de coletivos e a jornada das manifestações de rua que tomaram conta da cidade e do país – ambas, organizações populares, distintas em seus objetivos e proporções de intervenção na realidade social, que ocorreram em 2013 e tiveram significativa importância no cenário político. O elemento comum e de ligação entre elas: a participação ativa de jovens.

Ainda há muito por ser estudado sobre as manifestações; o que se verifica neste momento é que elas amplificaram as questões mais latentes da nossa sociedade. Foi no âmbito da discussão da cidade e dos processos de exclusão que os grupos periféricos e as redes estabeleceram interfaces com as manifestações.

As perguntas iniciais (explicitadas na introdução) que aguçaram a curiosidade científica e resultaram no presente estudo foram: *quais razões de contexto poderiam explicar a emergência de manifestações juvenis em formato de grupo neste momento na cidade de São Paulo? Quais os acontecimentos históricos mais significativos para o aparecimento desses coletivos juvenis? Por que muitos deles encontram-se localizados nas periferias da cidade? Quais as características dessas formas de agrupar-se? De que forma esta ação coletiva permite a elaboração de identidades culturais próprias e orienta um “modo de estar” na sociedade?*

Considera-se que estas questões foram trabalhadas e respondidas ao longo do texto. No entanto, dois aspectos decorrentes deste estudo, só poderiam apresentar suas conclusões provisórias após o processo de sistematização e análise dos dados, que são: por que o movimento de grupos periféricos ganhou tanta força nos últimos anos? Por que o movimento periférico teve a juventude como seu principal ator?

Sem ter a pretensão de esgotar o debate, mas de apenas apresentar conclusões provisórias e possíveis para este momento, destaca-se alguns elementos de síntese. Os estudos indicaram que diante da conjuntura de violência (material e simbólica) presente nas áreas periféricas da cidade nos anos 1990, uma série de agentes trabalharam de diferentes formas para mudar este cenário, dentre eles, o terceiro setor, artistas e

lideranças locais. A juventude era a principal vítima desse “estado de coisas”, e, por isso mesmo, por um lado, objeto de ostensiva intervenção do Estado, e por outro, objeto de atenção para oferta de serviços e políticas públicas (mesmo que de forma precária e insuficiente).

A geração que vemos despontar com maior protagonismo e autonomia, vem do amadurecimento e desenvolvimento dessas iniciativas da sociedade civil. Paralelo a isso, com a evolução da internet, dos meios de comunicação e o advento das redes sociais, há uma maior capacidade de circulação de informação e saberes que independem da posição social ou localização geográfica. Produzem contatos entre realidades diferentes, evidenciando ainda mais os contrastes e a possibilidade de encontro entre iguais. Soma-se ainda a relevância que a cultura tem mostrado como dimensão para construção de políticas públicas que visam o desenvolvimento de comunidades locais e do território onde vivem, de forma crítica e propositiva.

O que se busca dizer com isso é que, ao contrário do que afirmam algumas das escolas estudadas no primeiro capítulo, a formação de grupos não se dá por um simples mecanismo de respostas que reflete a incapacidade dos jovens pobres em se inserirem na sociedade. Ao contrário, há a problematização e o questionamento sobre o modo de vida atual e a estrutura que organiza e determina essa sociedade.

O território e as relações de poder que circulam por ele é parte integrante do repertório de discussões desses coletivos. Berço de lutas populares dos movimentos sociais e de diversas expressões de protesto da população jovem, a periferia é compreendida nas narrativas como um “grande quilombo urbano”, território de resistência e sobrevivência da população mais pobre diante da cultura dominante. Esses grupos tomam para si a responsabilidade de mudar a realidade que vivem e reivindicar por direitos e melhor qualidade de vida para todos à sua volta. É por meio da constituição de grupos e coletivos de coletivos que vêm a possibilidade de ter uma maior (e efetiva) participação social, política e cultural.

Nos grupos os jovens encontram um canal pelo qual podem se expor socialmente, encontrar um lugar destacado na estrutura social, compartilhar experiências comuns entre os integrantes, esclarecer dúvidas, dividir inseguranças, formar uma rede de apoio, fazer amigos e se divertir.

O grupo é aquele espaço de acolhimento e segurança que a comunidade pode representar, entretanto, na exploração sobre as características dos coletivos periféricos, observou-se que a individualidade não é suprimida pela coletividade, podendo haver

múltiplas conexões com outros grupos, inclusive migrações, e conflitos internos. Constitui-se um “nós” heterogêneo de sujeitos livres que se contrapõem aos valores e estilos de vida, construídos e/ou promovidos pela sociedade em geral, marcada por múltiplas contradições, como a relação entre: público e privado; governo e sociedade civil; ilogismo e racionalidade; prazer e trabalho; dia útil e fim-de-semana; ação política e cotidiano; e outras.

Na divisão social por categorias etárias, toda ação voltada para a brincadeira e para o comportamento lúdico (e público), é descrito como parte integrante da infância e da juventude, momentos distintos da racionalidade e das responsabilidades do mundo adulto. Logo, a arte e a cultura aparecem como canais privilegiados de atuação dos grupos juvenis. É por meio de ações culturais que os jovens encontram seus pares e se agregam, ao passo que é através delas que se opõem ao estilo de vida imposto, propondo outros pontos de vista dos quais podem construir novas relações sociais.

Ao levar à praça pública suas questões e proposições por meio da arte, produzem múltiplas e profundas conseqüências: a interferência na rotina local, no que já está consolidado e “acomodado” – seja pela forma ou conteúdo, a intervenção provoca reflexão; a realização de ações culturais e apropriações de espaços públicos geram questionamentos sobre o direito de produzir e ter acesso à cultura, à arte e à cidade; o questionamento sobre a vida na sociedade capitalista pela via do exercício do prazer, do lazer, do criar, enquanto variáveis-chave de resistência e emancipação; o contato entre seres humanos (pessoas que vivem e convivem num mesmo espaço, num mesmo território) e a troca de saberes coletivos, que estabelecem outras (novas) relações sociais; o fortalecimento do sentimento de pertencimento a um determinado grupo (temporário ou não) ou bairro; e outras.

Na esfera da participação política institucional, o que se percebe é que os grupos e os coletivos de coletivos estão em meio a uma construção de formas e de conteúdos, entre a configuração tradicional de se fazer política (via partidos e movimentos) e a participação direta, verificada e vivenciada nas manifestações. Todas essas formas têm suas ressalvas, que são apontadas por eles, mas ainda não encontraram o caminho mais eficaz, inclusivo e equilibrado de se fazer política. Entretanto, os coletivos apontam para uma experiência juvenil diferenciada, onde o jovem é o principal personagem e atua livremente, optando pela liberdade de vinculação ou não com outras organizações. Os jovens estão buscando em processo, em ação. Resistentes deveria ser o predicado destes jovens, grupos e coletivos.

Após este estudo uma coisa é certa: nossos jovens não são passivos, têm grande capacidade criativa, de decisão, de busca de saídas, construção de estratégias e projetos sociais e de vida, “ver o outro” e não somente a si próprios, sonhar e desejar uma sociedade mais justa para todos. Representam uma energia e sinergia contida, direcionada pelo “estar a fazer”, construir o futuro com as sementes do presente.

*“Somos o bando do Lampião,
praticando o slam como num rachão de domingo,
mas prá gente é balada
é resistência
é celebração
é convívio.”*

“A periferia nunca dormiu”.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, mai/jun/ago, 1997, nº 5, set/out/nov/dez, 1997, nº 6, pp. 25-36.

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABREU, Alzira. Quando eles eram jovens revolucionários: Os guerrilheiros das décadas de 60/70 no Brasil. In: VIANNA, Hermano (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UGRJ, 2003, pp. 180-204.

ABREU, James de Lemos. *Nas trilhas das tribos urbanas da Galeria 24 de maio*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), São Paulo: PUC-SP, 1995.

ADORNO, Theodor W. *Mínima moralia*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. Teses sobre sociologia da arte. In: COHN, Gabriel (org), *T. W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural. In: ADORNO, T.W. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, Renato Souza de. *Juventude e participação: novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, São Paulo, 2009.

ALVARADO, Sara V.; BOTERO, Patricia e OSPINA, Hector F. Experiencias alternativas de acción política con participación de jóvenes en Comlombia: tendencias y categorías emergentes. In: ALVARADO, Sara Victoria; BORELLI, Silvia; VOMMARO, Pablo A. (eds.). *Jóvenes, políticas y culturas: experiencias, acercamientos y diversidades*. Argentina: Clacso, 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20121207040846/Jovenes_politica_cultura.pdf .

ALVARADO, Sara Victoria; BORELLI, Silvia; VOMMARO, Pablo A. GT Juventud y prácticas en América Latina: comprensiones y aprendizajes de la relación juventud-política-cultura en América Latina desde una perspectiva investigativa plural. In. *Jóvenes, políticas y culturas: experiencias, acercamientos y diversidades*. Argentina: Clacso, 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20121207040846/Jovenes_politica_cultura.pdf .

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.

ARAÚJO, Alexandre Falcão. O teatro político de rua praticado pelos coletivos ALMA e Dolores: Estéticas de combate e sementeira. Dissertação (Mestrado em Artes). UNESP, São Paulo, 2013. Acesso: <http://www.ia.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Stricto-Artes/dissertacao---alexandre-falcao-de-araujo.pdf>

ARAÚJO, Mariana e COUTINHO, Eduardo Granja. Hip hop: uma batida contra-hegemônica da sociedade global. In: BORELLI, Silvia H. S. e FREIRE FILHO, João (orgs.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC, 2008, pp. 211-227.

ARIES, Philipe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara 1981.

BAENINGER, Rosana. Crescimento da população na região metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In: KOWARIK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed.34, 2011, pp.53-78.

BAKHTIN, Mikhael. O vocabulário da praça pública na obra de Rebelais. In. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais*. São Paulo: UNB, Hucitec, 1987, pp. 125-169.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. São Paulo: Ed. Vozes, 2002.

BECKER, Howard S.. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEDOIAN, Graziela e MENEZES, Kátia (orgs.). *Por trás dos muros: horizontes sociais do graffiti*. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2008.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Jovens, Juventude. In. *Harry Potter: Campo literário e mercado, livros e matrizes culturais*. Tese (Livre-docência em Ciências Sociais), PUC/SP, São Paulo, 2006, pp. 91-98.

BORELLI, Silvia H. S.; ROCHA, Rose de Melo; OLIVEIRA, Rita de Cássia (coords.). Jovens e juventudes: uma questão de comunicação; Conceber juventudes, descobrir seus lugares. In: *Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2009, pp. 13-20, 37-70.

BONDUKI, Nabil. Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo. In: VALLADARES, Lícia Prado (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

_____. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. In: KOWARIK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed.34, 2011, pp. 301-320.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DA JUVENTUDE. *Relatório 2001: Um ano de Juventude*. Brasil:São Paulo/Câmara Municipal de São Paulo (mimeo), 2001.

CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil: O foco da resistência ao regime militar no Brasil*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/movimento-estudantil-o-foco-da-resistencia-ao-regime-militar-no-brasil.htm>. 26.10.2007.

CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena. *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.

CARMO, Paulo Sérgio do. Juventude no singular e no plural. In: Diversos autores. *As Caras da Juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, *Cadernos Adenauer II*, nº 6, dezembro, 2001, pp 19-29.

CARNEIRO, Henrique S. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, Davir [et al]. *Occupy*. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012

CATANI, Afrânio Mendes e GIGLIOLI, Renato de Sousa Porto. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CLARKE, John; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony e ROBERTS, Brian. Subcultures, cultures and class: the theoretical overview. In: HALL, Stuart e JEFFERSON, Tony (orgs.): *Resistance Through Rituals: youth subcultures in post*. Birmingham: Ed. Routledge, 1991.

COHEN, Albert K.. *Delinquent Boys: the culture of the gangs*. Glencoe: The Free Press, 1955.

COSTA, Marcia Regina da. *Os "carecas do subúrbio": caminhos de um nomadismo moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1993.

CUBIDES, Humberto; GUERRERO, Patricia. *Trazos e itinerários políticos de jóvenes*. Bogotá: Universidad Central / IESCO, 2012.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *Formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

_____. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.

FARIA, Glauco. O pai do FSM. In: *Revista Fórum*. 2011. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/o-pai-do-fsm> 24.11.2013.

FEIXA, Carles. Antropologia de las edades. In.: PRAT, J e MARTÍNEZ, A. (eds.). *Ensayos de Antropología Cultural. Homenaje a Claudio Esteva-Fabregat*. Espanha, Barcelona: Editorial Ariel, 1996, pp. 319-335. Disponível em: www.cholonautas.edu.pe. 15.09.2011.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In. KOWARIK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed.34, 2011, pp. 347-394.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra: 2011.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOHN, Maria da Glória, *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf 01.02.2014

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, Davir [et al]. *Occupy*. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012

HERSCHMANN, Micael e GALVÃO, Tatiana. Algumas considerações sobre a cultura hip hop no Brasil hoje. In: BORELLI, Silvia H. S. e FREIRE FILHO, João (orgs.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC, 2008, pp. 195-210.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IASI, Mauto Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e POLIS, Instituto. *Juventude e Integração Sulamericana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Sulamericano*. Rio de Janeiro, 2008.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Juventude e integração sul-americana em foco. *Revista Democracia Viva*, nº 38, março. Rio de Janeiro, 2008.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Ed. Hucitec / Unesp, 1998.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro. In: *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2012, pp. 249-281.

MAIA, Harika M. *O campo da cultura sob o olhar de grupos culturais juvenis em São Paulo*. Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales – CALCSO. Red de posgrado. Documentos de trabajo, nº 34, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20131205121321/Harika.pdf> 10.01.2014

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. *La construcción social de la condición de juventud*.

In: MARGULIS, Mario et al (orgs). *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Departamento de Investigaciones Universidad Central. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1998. pp 3-21. Texto disponível em: www.colombiajoven.gov.co/injuve/instit/clacso/4_con.PDF, Publicação completa disponível no site:

http://books.google.com.br/books?id=kaTk_0KoTxkC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summy_r&cad=0#v=onepage&q&f=false 20.08.2007

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boi tempo; Carta maior, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001a.

_____. Do mal-estar à desordem cultural; Oralidade cultural e imagística popular; Disseminação do saber e novos modos de ler/ver. In: *Os exercícios do ver*. São Paulo: Senac, 2001b.

_____. Tecnologias: inovações culturais e usos sociais. In: *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação da cultura*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 177-206.

_____. De los medios a las culturas. In: MARTÍN-BARBERO, Jesús e SILVA, Armando (comp.). *Proyectar la comunicación*. Colombia: TM editores, 1997, pp. 3-22.

_____. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia H. S. e FREIRE FILHO, João (orgs.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: Educ, 2008, pp. 09-32.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Educação*. Mai/jun/ jul/ago, nº 5, 1997.

MIRAGLIA, Paula. Homicídios: guias para a interpretação da violência na cidade. In: KOWARIK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed. 34, 2011, pp. 321-346.

MISCHE, Ann. *De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política*. ANPED / RBE, maio/jun./ jul., 1997, nº 05.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX: Neurose*. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

_____. *O Enigma do Homem: para uma nova antropologia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979.

_____. *Cultura de Massas no Século XX: Necrose*. Volume 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *A Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MOTTA, Fábio Aparecido (Kaseone); BOTELHO, Guilherme; DIAS, Raul. *Hip hop: cultura de rua*. Brasil: sem editora, 2011.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.

MOYA, Maria Encarnación. Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudança nos olhares sobre a cidade e o social. In: KOWARIK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed. 34, 2011, pp. 25-50.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Ed. Paralelo 15. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, pp. 17-35.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, pp. 26-67.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/ PROGRAMA VAI. *VAI – 5 anos*. Brasil: sem editora, 2008.

_____. *VIA VAI: percepções e caminhos percorridos*. Brasil: sem editora, 2012.

PREFEITURA DE SÃO PAULO / COORDENADORIA DA JUVENTUDE. *Guia de políticas de políticas de juventude da cidade de São Paulo*. 2003. Disponível em: http://mastermorfeu.tripod.com/banco-arquivos/ppj/guia_ppj_sp.pdf. 10.11.2013

PREFEITURA DE SÃO PAULO / COORDENADORIA DA JUVENTUDE. *Texto Base da 2ª Conferencia Municipal de Cultura*. Distribuição impressa limitada ao evento, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Estatuto da Juventude*. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. 10.11.2013

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Texto Base da 2ª Conferencia Nacional de Cultura*. Distribuição impressa limitada ao evento, 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO/PROJETO JOVENS URBANOS. *Políticas Públicas voltadas para juventude*. Grupo de Pesquisa do Departamento de Antropologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, s/data. Disponível em: http://www.pucsp.br/projetojovensurbanos/dados/politicas_publicas_voltadas_para_juventude.html. 03.03.2011.

REGUILLO, Rossana. *Culturas Juveniles: formas políticas del desencanto*. Buenos Aires: Ed. SigloVeintiuno, 2012.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-19780*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANCHÉS, Fabián A.; MARTÍNEZ, Juliana C.; RAMÍREZ, Liliana G. *Condición política juvenil en la universidad. Resultados de investigación en la Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá*. In: ALVARADO, Sara Victoria; BORELLI, Silvia; VOMMARO, Pablo A. (eds.). *Jóvenes, políticas y culturas: experiencias, acercamientos y diversidades*.

Argentina: Clacso, 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20121207040846/Jovenes_politica_cultura.pdf. 20.01.2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. *La democracia en América Latina y el futuro de la utopía*. Entrevista a PINILLA DIAZ, Alexis V. Caja de Herramientas (Nº 40) - Corporación Viva la Ciudadanía, Colombia, 2007, pp. 1-7. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/la_democracia_en_america_latina.pdf

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SARLO, Beatriz. Os militares e a história. In: *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, pp. 25-34.

SERRES, Michel. *O incandescente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. *Juventude de papel: representação juvenil na imprensa contemporânea*. Paraná: Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

_____. *Estamos entrando en un periodo postinstitucional. Los jóvenes en las calles y el secuestro de la democracia*. Brasil: Carta maior, pp. 1-2. Disponível em: www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17862. 20.20.2011.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia: militância política de jovens dos anos 90*. São Paulo: Hacker Ed., 1999.

TURRA NETO, Nécio. Punk e hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade. In: *Cidades. Revista Científica*, 2009, vol. 6, nº 9.

VALENZUELA, José Manuel Arce. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

VALES, Laura. Entrevista com VOMMARO, Pablo. “La política que empieza por el afecto”. Argentina: El País. 10 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-129730-2009-08-10.html> 01.12.2013.

VOMMARO, Pablo A. Los procesos de subjetivación y la construcción territorial: un acercamiento desde la experiencias de organizaciones sociales en Buenos Aires. In: GÓMES, Álvaro D.; VOMMARO, Pablo (orgs.). *Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012. pp. 63-76

VIANNA, Hermano. *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania. In: *Mapa da violência IV*. Brasília: UNESCO; Instituto Ayrton Senna; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979.

_____. Com vistas a uma sociologia da cultura. In: *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011a.

_____. Os usos da teoria da cultura. In: *Política do modernismo: contra os novos conformistas*. São Paulo: Edit. Unesp, 2011b.

_____. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.

WIRTH, Louis. *The Ghetto*. New Jersey: Transaction Publishers, 1998.

WHYTE, William F.. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alzira, Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In. VIANNA, Hermano (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UGRJ, 2003 [1997], pp. 17-57.

ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boi tempo, 2012.

Textos-manifestos consultados:

Agencia Popular de Fomento Cultural “Solano Trindade” (org.). *Carta dos Coletivos Culturais*. (Texto impresso e distribuído publicamente). 2011.

CEDECA Interlagos et al. *Manifesto cultural: O Movimento é Cultural e a Política é Pública*. (Texto impresso e distribuído publicamente). 2010.

Poesia na Brasa. *Nosso Manifesto: A Elite TREME*. (Texto impresso e distribuído publicamente). Sem data.

CICAS – Centro Independente de Cultura Alternativa e Social. *Jornal Cicas*. (Texto impresso e distribuído publicamente). Ano 01/ nº 01, dez. 2009.

CICAS e Sinfonia de Cães. *Pedido de Cessão de Uso de Área Municipal*. 2009.

Coletivo de Vídeo Popular. *Carta Manifesto No. 01*. (Texto impresso e distribuído publicamente). 2011.

Dolores Boca Aberta. *Manifesto Dolores Boca Aberta – Prêmio Shell*. (Texto impresso e distribuído publicamente). 2011.

Rede Livre Leste. *Manifesto Policêntrico*. (Texto impresso e distribuído publicamente). 2010.

_____. *Projeto: nossa teoria é a prática*. 2011.

Vídeos, Filmografia:

BOTELHO, Guilherme (dir.). *Nos tempos da São Bento*. Realização: Guilherme Botelho e Programa VAI/Secretaria Municipal de Cultura. Documentário, Brasil/São Paulo: DVD, 90 min., 2010.

COLETIVO BERINJELA FILMES. *Gente Muda: de muro em muro*. Realização: Berinjela Filmes, Coletivo Gente Muda, Programa VAI/Secretaria Municipal de Cultura. Documentário, Brasil/São Paulo: DVD, 26 min., 2008.

_____. *Entrevias*. Realização: Berinjela Filmes e Programa VAI/Secretaria Municipal de Cultura. Documentário, Brasil/São Paulo: DVD, 40 min., 2010.

DURAN, Roger (dir.) *A cultura em luta pela paz*. Realização: Associação Cultural Sinfonia de Cães, CICAS - Centro Independente de Cultura Alternativa e Social, Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso/Secretaria Municipal de Cultura. Documentário. DVD, 72 min, Brasil: São Paulo, 2011.

MEL FILMES. *Punk de São Paulo*. Documentário, 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TWxb-xOtWa0> 01.08.2013

MOREIRA, Gastão (dir. e prod.). *Botinada : a origem do punk no Brasil*. Documentário, Brasil/São Paulo: DVD, 110 min., 2006.

PEREIRA, Peu (dir.). *Panorama Arte na Periferia*. Realização: Coletivo Arte na Periferia e Programa VAI/Secretaria Municipal de Cultura. Documentário, Brasil/São Paulo: DVD, 50 min., 2007. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=W7iWx5ZjXww>. 01.12.2008

TV CULTURA/PROGRAMA MATÉRIA PRIMA. *Movimento Anarcopunk*. 1991. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PbpADWqvCsk> 01.08.2013

ANEXO

TABELA 3 – Perfil dos Entrevistados (R1 a R6)

ENTREVISTADO	IDADE	CIDADE QUE NASCEU	CIDADE PAI/MÃE	PROFISSÃO PAIS	RELIGIÃO
R1	26	Guarulhos / SP – Sempre morou em São Paulo	Pai: Minas Gerais Mãe: São Paulo	Pai: Eletricista Mãe: Faxineira	Nenhuma
R2	29	Guarulhos / SP – Sempre morou em São Paulo	Mãe: São Paulo/ SP Pai: Tupã/ SP	Pai: falecido. Trabalhava como representante de vendas. Mãe: trabalhou como professora, hoje é dona de casa	Nenhuma
R3	32	São Paulo, SP	Pai: Itarantim/ BA Mãe: São Paulo/ SP	Pai: Tintureiro Mãe: Do lar	Nenhuma
R4	24	São Paulo- SP	Pais: Pernambuco	Pai: Encanador Mãe: Aux. De Serviços Gerais/ Diarista	Nenhuma
R5	31	São Paulo, SP	Pai: Belém/ PA Mãe: São Paulo/ SP	Pai: Metalúrgico Mãe: Dona de casa	Nenhuma
R6	29	Itaquaquecetuba / São Paulo Sempre morou em São Paulo	Pais: Garanhuns/ PE	Pai: cozinheiro Mãe: costureira.	Nenhuma. “Fui criada na igreja evangélica, mas há dez anos já não faço parte de nenhuma instituição religiosa, porém, atualmente me interesse muito pela Umbanda, da qual me considero simpatizante, mas não pratico a religião.”